



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:

CE005/2026PMH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS – BA.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE VIAS NO BAIRRO MELANCIA, NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS. CONFORME CONVÊNIO 082/2026 COM O ESTADO DA BAHIA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 2.361.689,75 (DOIS MILHÕES, TREZENTO E SESENTA E UM MIL, SEISCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

DIA 05 DE JUNHO DE 2026 ÀS 08H00MIN

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM EXECUÇÃO INDIRETA.

MODO DE DISPUTA:

ABERTO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026

1. PREÂMBULO:

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**, através do Departamento de Licitações e Contratos, sediada na Praça José Dantas, S/N – Centro, Heliópolis – Bahia, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam as definições do Decreto Municipal Nº 003/2024 de 03 de janeiro de 2024, demais legislação aplicável.

1.2. **DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:** A Comissão de contratação segue constituída pelo Sr. **CLEISON MATOS GUERRA**, matrícula Nº 5.200, designado pelo Decreto Municipal Nº 038, de 07 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **ELIEL DE OLIVEIRA SANTANA**, matrícula Nº 3.613 e **GILMÁRIA BARBOSA FILHA**, matrícula Nº 123.

1.3. A sessão será realizada conforme informações abaixo:

DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:
Data: 05 de junho de 2026
Horário da Sessão: 08h00min (Horário de Brasília)
Local: <https://licitanet.com.br/>
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Empreitada por Preço Global com Execução Indireta.
MODO DE DISPUTA: Aberto

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão da Concorrência Eletrônica será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Heliópolis – Bahia, através da plataforma eletrônica <https://licitanet.com.br/>.

1.6. Edital completo para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: <https://licitanet.com.br/>, Portal da transparência <https://www.heliopolis.ba.gov.br/site/editais> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://pncp.gov.br/app/editais>.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente via e-mail oficial licitacao.heliopolis@gmail.com, cadastrado no sistema licitatório, sendo considerado válido o envio para tal endereço, para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato.

1.8. A proposta vencedora deverá apresentar planilha orçamentária readequada ao valor global ofertado, assegurando a compatibilidade entre os preços unitários e o valor total, sendo admitidas variações nos preços unitários desde que não comprometam a exequibilidade da proposta e não impliquem jogo de planilha, a critério da Administração, vedada a apresentação de preços manifestamente inexequíveis.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

2. OBJETO:

2.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia para pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no município de Heliópolis. conforme convênio 082/2026 com o Estado da Bahia.**

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação nesta Concorrência Eletrônica, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Não poderão participar desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, recuperação judicial, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.6.1. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) e:

3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:

3.6.1. Somente poderão participar desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.2. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.6.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.6.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.6.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.6.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Concorrência Eletrônica;

3.6.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.7. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.7.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.7.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

3.7.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.7.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3.8. Garantia da proposta:

3.8.1. Será exigida garantia da proposta como condição de participação no certame, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

3.8.3. A comprovação da garantia deverá ser apresentada até a abertura da sessão pública.

3.8.4. A garantia será devolvida:

- I. Aos licitantes não vencedores, após a homologação do certame;
- II. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato e apresentação da garantia contratual, quando exigida.

3.8.5. A garantia será executada caso o licitante:

- I. Retire sua proposta durante o prazo de validade;
- II. Deixe de assinar o contrato ou não apresente a garantia contratual, quando exigida.

3.8.6. A não apresentação da garantia de proposta implicará na desclassificação da proposta, ressalvadas as hipóteses de saneamento mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados em formato digital (PDF), inclusive os emitidos eletronicamente pelos órgãos competentes.”



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

4.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, ressalvadas as hipóteses de saneamento mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes neste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

5.1.1. Valor unitário e valor total dos serviços constantes da planilha orçamentária, com BDI incluso.

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação da planilha orçamentária do projeto;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes, podendo ser utilizado conforme a necessidade da sessão.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo **VALOR GLOBAL**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 1% (um por cento) em relação ao menor lance registrado, aplicável tanto aos lances intermediários quanto à proposta que cobrir a melhor oferta, conforme parametrização definida no sistema eletrônico.

6.12.1. O percentual de que trata o item anterior será automaticamente aplicado pelo sistema durante a etapa competitiva, não sendo admitidos lances em desacordo com esse limite mínimo.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. Encerrada a etapa de lances, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado em primeiro lugar, caso sua proposta permaneça acima do valor estimado da contratação.

6.15.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.2. Caso não seja obtida proposta mais vantajosa, o agente de contratação poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado.

6.15.3. Após a negociação, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.15.4. Em caso de empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

6.15.4.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo;

6.15.4.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, quando houver registros disponíveis;

6.15.4.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

6.15.4.4. Desenvolvimento de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente:

6.15.5.1. Às empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia;

6.15.5.2. Às empresas brasileiras;

6.15.5.3. Às empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento no País;

6.15.5.4. Àquelas que comprovem a adoção de práticas de mitigação ambiental.

6.15.6. Encerrados os procedimentos de desempate, o sistema divulgará a ordem final de classificação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

6.15.7. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de execução ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.15.8. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.8.1. Esse prazo de 2 (duas) horas iniciará a partir do momento que o Agente de contratação registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma**.

6.15.8.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do LICITANET – <https://licitanet.com.br/> após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, considerando-se dias úteis aqueles compreendidos entre segunda e sexta-feira, exceto feriados.

6.15.8.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento poderá acarretar a desclassificação, observadas as hipóteses de diligência previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.15.8.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.9. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata e do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o **artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992**.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (**IN nº 3/2018, art. 29, caput**).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (**IN nº 3/2018, art. 29, §1º**).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (**IN nº 3/2018, art. 29, §2º**).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 3.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no **artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.**

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Nos termos do art. 59, § 4º da Lei nº 14.133/2021, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

7.12. Verificada a apresentação de proposta em valor inferior ao limite estabelecido no item anterior, a mesma será desclassificada, por caracterizar inexecutabilidade, nos termos da legislação vigente.

7.13. Sem prejuízo do disposto acima, a Administração poderá realizar diligências para verificar a executabilidade das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. O licitante é responsável pela veracidade e consistência de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições ofertadas.

7.15. A adoção de parâmetros objetivos para identificação de propostas inexequíveis encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de critérios claros para evitar propostas inviáveis e assegurar a execução contratual.

7.16. Nesse sentido, destaca-se que a fixação de limite mínimo de executabilidade, quando prevista em lei, visa resguardar a Administração Pública contrapropostas incompatíveis com os custos reais de execução, prevenindo riscos à execução contratual e prejuízos ao interesse público.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada física ou eletronicamente e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal (PDF).

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar a proposta final em formato digital editável (XLS ou XLSX) e a Planilha de Preços da Licitante, preenchendo-se os campos destinados aos preços unitários propostos, para todos os itens de serviços relacionados e calculando os respectivos preços parciais e totais.

8.1.4. No mesmo prazo, o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do item, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Agente de Contratação registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET** – <https://licitanet.com.br/> após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no **parágrafo 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021**.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos **artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006**, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos previstos no Projeto Básico / Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021**.

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA** que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001**, que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN Nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º):

9.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame:

9.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas:

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

10. DOS RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão:

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos:

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação:

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do [art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006](#). Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, rerepresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame:

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação:

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível:

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva: ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra:

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração:

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação:

13.1.5. Fraudar a licitação:

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei:

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento:

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada:

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Nº 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência:

13.2.2. Multa:

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1., 13.3.2., e 13.3.3.**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO II)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO III)**.

16. DO PAGAMENTO:

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO III)**, sendo parte integrante deste edital.

17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) <https://licitanet.com.br/>;

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

18.1. Dos atos da Administração decorrentes deste procedimento caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer durante a sessão pública, sob pena de preclusão.

18.3. Manifestada a intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico.

18.4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

18.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, que poderá:

- I – Reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis; ou
- II – Encaminhar o recurso devidamente informado à autoridade competente para julgamento definitivo.

18.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. Os recursos terão efeito suspensivo quando sua análise puder influenciar diretamente o resultado do certame.

18.8. Não serão conhecidos recursos:

18.8.1. Interpostos fora do prazo;

18.8.2. Sem manifestação prévia de intenção;

18.8.3. Apresentados de forma genérica ou sem fundamentação;

18.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.heliopolis.ba.gov.br/Site/DiarioOficial> (link: Diário Oficial).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

19.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

19.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Heliópolis/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.13.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar.

19.13.2. ANEXO II - Termo de Referência.

19.13.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

19.13.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta Financeira.

19.13.5. ANEXO V – Modelo de Credencial.

19.13.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor.

19.13.7. ANEXO VII - Modelo Declaração de Inexistência de Impedimento.

19.13.8. ANEXO VIII - Declaração de Visita.

19.13.9. ANEXO IX - Declaração do Responsável Técnico.

19.13.10. ANEXO X - Declaração de que a Empresa não tem vínculo com o Órgão Contratante.

19.13.11. APÊNDICE - Projeto Básico.

Heliópolis/BA, em 21 de maio de 2026.

José Mendonça Dantas
Prefeito Municipal

Raimundo de Jesus Matos
Secretária Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026
ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

Base legal: Art. 6º, XX, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade subsidiar o planejamento da contratação pretendida, por meio da identificação clara e fundamentada da necessidade administrativa, da análise das possíveis soluções disponíveis no mercado e da indicação da alternativa mais adequada para o seu atendimento, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

O ETP constitui etapa indispensável do processo de contratação pública, integrando a fase de planejamento e servindo como instrumento orientador para a elaboração dos demais documentos técnicos, especialmente o Termo de Referência ou Projeto Básico. Sua elaboração visa promover maior racionalidade nas contratações, permitindo à Administração avaliar a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução pretendida, bem como os riscos envolvidos, as estratégias de execução e os resultados esperados.

Por meio deste estudo, busca-se assegurar que a contratação atenda de forma eficiente e eficaz às demandas institucionais, alinhando-se ao planejamento estratégico do órgão, às diretrizes orçamentárias e às reais necessidades da Administração Pública, evitando contratações inadequadas, desperdícios de recursos e retrabalhos.

Além disso, o ETP possibilita a ampliação da transparência e do controle dos atos administrativos, ao demonstrar de forma clara as justificativas da contratação, os critérios adotados para a escolha da solução e os benefícios esperados, contribuindo para a tomada de decisão fundamentada e para a boa governança pública.

Dessa forma, este instrumento visa garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e do interesse público, promovendo contratações mais seguras, planejadas e alinhadas às melhores práticas da administração pública contemporânea.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente procedimento licitatório será regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, bem como pela legislação correlata aplicável, pelas normas complementares pertinentes e pelas condições específicas estabelecidas no edital e em seus anexos.

Aplica-se, ainda, no que couber, o Decreto Municipal nº 03/2024, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Heliópolis/BA, disciplinando os procedimentos administrativos internos, competências, fluxos processuais e demais diretrizes para a realização das contratações públicas no âmbito municipal, além de outras normas administrativas vigentes que tratem da matéria.

O certame observará, integralmente, os princípios que regem a Administração Pública e as contratações governamentais, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

isonomia, competitividade, economicidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Serão também observadas as boas práticas de governança e gestão pública, com foco na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, na mitigação de riscos, na promoção do desenvolvimento nacional sustentável e na adequada gestão dos recursos públicos.

Por fim, ressalta-se que todos os atos do procedimento licitatório serão devidamente formalizados e publicizados, garantindo a transparência, o controle social e a ampla participação dos interessados, em estrita conformidade com a legislação vigente.

2.1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE VIAS NO BAIRRO MELANCIA, NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS. CONFORME CONVÊNIO 082/2026 COM O ESTADO DA BAHIA.

2.2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- Edijaneide Alves Gama (Coordenadora) – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, designada por meio do Decreto Municipal nº 42, de 25 de fevereiro de 2026
- Irlaine Conceição Santos (Membro) – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, designada por meio do Decreto Municipal nº 42, de 25 de fevereiro de 2026
- José Michael de Jesus Amaral (Membro) – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, designada por meio do Decreto Municipal nº 42, de 25 de fevereiro de 2026.

Considerando que o objeto pretendido compreende a execução de obra e serviços técnicos especializados de engenharia, demandando conhecimentos específicos para elaboração, análise e validação de documentos técnicos, orçamentários e de planejamento, a equipe responsável pela elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar contará, nesta fase de planejamento da contratação, com o apoio técnico especializado da empresa JRibeiro Engenharia LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.637.826/0001-67, contratada pelo Município por meio do Processo Administrativo nº 005/2025, Pregão Eletrônico nº 003/2025 e Contrato nº 34/2025.

O suporte técnico prestado pela referida empresa compreende o assessoramento especializado nas atividades relacionadas à engenharia, incluindo análise de projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, composições de custos, cronogramas físico-financeiros, memoriais descritivos, levantamento de quantitativos, compatibilização de peças técnicas e demais elementos necessários ao adequado planejamento da contratação, observando-se as normas técnicas aplicáveis, as diretrizes dos órgãos concedentes e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

A atuação da empresa especializada possui caráter estritamente técnico e instrumental, objetivando conferir maior segurança, eficiência, precisão e conformidade aos documentos que instruem a fase preparatória da contratação, sem afastar a responsabilidade decisória, administrativa e final da Administração Pública e da equipe de planejamento designada formalmente para condução do processo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, I)

A presente contratação tem por finalidade a execução de obra de engenharia destinada à pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, conforme objeto previsto no Convênio de Finalidade Pública nº 082/2026, celebrado entre o Município de Heliópolis e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

A necessidade da contratação decorre das condições precárias de trafegabilidade atualmente verificadas nas vias contempladas pelo projeto, as quais sofrem com a ausência de pavimentação adequada e de sistema eficiente de drenagem superficial. Em períodos chuvosos, a situação se agrava significativamente, ocasionando formação de lama, erosões, acúmulo de águas pluviais e dificuldades de deslocamento para pedestres e veículos, comprometendo a mobilidade urbana, a segurança da população e o acesso regular aos serviços públicos essenciais.

A execução da obra proporcionará melhorias significativas na infraestrutura urbana do Bairro Melancia, promovendo melhores condições de circulação, acessibilidade, conforto e segurança aos moradores, além de contribuir para a valorização urbana, redução de problemas relacionados à poeira e lama, melhoria das condições sanitárias e prevenção de danos causados pelo escoamento inadequado das águas pluviais.

O projeto contempla a pavimentação e drenagem de diversas vias do bairro, incluindo a execução de pavimento em paralelepípedos, calçadas, rampas de acessibilidade, piso tátil e sinalização viária, totalizando área aproximada de 17.465,23 m², beneficiando diretamente a população local e fortalecendo a infraestrutura urbana do município.

A contratação mostra-se, portanto, necessária e plenamente justificada diante do interesse público envolvido, considerando que a obra atenderá demandas históricas da comunidade local, ampliará a qualidade de vida da população e promoverá desenvolvimento urbano, mobilidade e inclusão social, em conformidade com as diretrizes da administração pública municipal e com os objetivos estabelecidos no Convênio nº 082/2026 firmado com o Estado da Bahia.

4. OBJETIVOS:

4.1. GERAL

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo subsidiar o planejamento da contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, visando à melhoria da infraestrutura urbana, das condições de mobilidade, acessibilidade, segurança viária e escoamento das águas pluviais, mediante a análise da necessidade administrativa, avaliação das soluções tecnicamente viáveis, definição da alternativa mais vantajosa para a Administração Pública e estabelecimento das condições técnicas, operacionais, orçamentárias e executivas necessárias à contratação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, das normas técnicas aplicáveis e das diretrizes estabelecidas no Convênio nº 082/2026 firmado com o Estado da Bahia/CONDER.

4.2. ESPECÍFICOS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Os objetivos específicos do presente Estudo Técnico Preliminar e da futura contratação consistem em:

- Proporcionar melhores condições de trafegabilidade nas vias públicas do Bairro Melancia, garantindo maior conforto e segurança para pedestres, ciclistas e veículos;
- Promover a melhoria da infraestrutura urbana mediante a execução de pavimentação em paralelepípedos e implantação de sistema de drenagem superficial eficiente;
- Reduzir os impactos causados pela ausência de pavimentação, especialmente a formação de lama, erosões, poeira e acúmulo inadequado de águas pluviais;
- Assegurar melhores condições de mobilidade urbana e acessibilidade, mediante a execução de calçadas, rampas acessíveis e piso tátil, em conformidade com as normas técnicas vigentes;
- Contribuir para a valorização urbanística e melhoria das condições sanitárias e ambientais da localidade beneficiada;
- Garantir maior durabilidade e funcionalidade da infraestrutura viária, mediante a adoção de soluções técnicas compatíveis com as características locais e com as normas de engenharia aplicáveis;
- Promover a adequada drenagem superficial das vias, minimizando riscos de alagamentos, degradação do pavimento e danos à infraestrutura urbana;
- Assegurar a execução da obra em conformidade com os projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais peças integrantes do processo administrativo;
- Viabilizar a correta aplicação dos recursos públicos vinculados ao Convênio nº 082/2026 firmado com o Estado da Bahia/CONDER, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público;
- Estabelecer os elementos técnicos e administrativos necessários à futura contratação, garantindo segurança jurídica, adequada definição do objeto e eficiência na fase de execução contratual.

4.3. ESCOPO:

Local da Obra: A obra será executada no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis, Estado da Bahia, abrangendo diversas vias urbanas contempladas no projeto de engenharia e no Plano de Trabalho vinculado ao Convênio nº 082/2026 firmado entre o Município de Heliópolis e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER. As intervenções compreenderão, dentre outras, as seguintes vias públicas: Rua Alex Bruno Nascimento Andrade, Rua Pedro Francisco, Rua Jacônias Ferreira do Nascimento, Rua Antônio Serafim Correia de Andrade, Avenida Felizmina Pereira Souza Santos, Avenida Anízio Barbosa de Andrade, Rua Ângelo Reis Bittencourt, Avenida João Souza Sobrinho e Rua Aluísio Correia da Silva, totalizando área aproximada de 17.465,23 m² de pavimentação e urbanização. As áreas de intervenção caracterizam-se pela existência de vias sem pavimentação adequada, apresentando dificuldades de mobilidade urbana, problemas de drenagem superficial, formação de lama em períodos chuvosos, acúmulo de águas pluviais, poeira excessiva em períodos secos e limitações de acessibilidade, circunstâncias que justificam a necessidade da execução das obras de infraestrutura urbana previstas no empreendimento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Tipologia: O objeto caracteriza-se como obra pública de engenharia voltada à implantação de infraestrutura urbana de pavimentação e drenagem superficial de vias públicas, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação em paralelepípedos, drenagem superficial, urbanização, acessibilidade e sinalização viária. Trata-se de empreendimento de engenharia civil destinado à melhoria da mobilidade urbana e das condições de trafegabilidade das vias públicas municipais, contemplando soluções técnicas compatíveis com a realidade local, com adoção de pavimentação em paralelepípedos sobre colchão de areia, sistema de drenagem superficial por escoamento direcionado, execução de meios-fios, calçadas acessíveis, rampas para pessoas com deficiência, piso tátil e dispositivos de sinalização viária, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis. A obra enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os métodos executivos, materiais empregados, padrões de desempenho e especificações técnicas encontram-se objetivamente definidos nos projetos, memoriais, planilhas e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo.

Objetivo: A contratação tem por objetivo promover a melhoria da infraestrutura urbana do Bairro Melancia, mediante a execução de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial, proporcionando melhores condições de mobilidade, segurança viária, acessibilidade, conforto e qualidade de vida à população beneficiada. Busca-se, ainda, reduzir os impactos causados pela ausência de pavimentação adequada, especialmente a formação de lama, erosões, acúmulo de águas pluviais e poeira, contribuindo para a melhoria das condições sanitárias, ambientais e urbanísticas da localidade. Constituem também objetivos da contratação:

- Assegurar maior durabilidade e funcionalidade das vias urbanas;
- Melhorar o sistema de escoamento superficial das águas pluviais;
- Garantir acessibilidade aos usuários das vias públicas, conforme normas técnicas vigentes;
- Ampliar a segurança de pedestres e condutores mediante implantação de sinalização viária adequada;
- Promover valorização urbana e desenvolvimento da infraestrutura municipal;
- Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos vinculados ao Convênio nº 082/2026.

Descrição dos Serviços

Os serviços objeto da presente contratação compreendem a execução de obra de engenharia para implantação de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias urbanas no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, incluindo todas as etapas executivas, operacionais, fornecimentos e procedimentos técnicos necessários à completa execução do empreendimento, em conformidade com os projetos de engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e normas técnicas aplicáveis.

A execução da obra abrangerá, de forma integrada e sistêmica, os seguintes serviços e etapas construtivas:

- **Serviços Preliminares e Instalação de Canteiro:** Compreendem os serviços iniciais necessários à implantação da obra, incluindo mobilização e desmobilização de equipamentos e pessoal técnico, instalação de canteiro de obras, ligações provisórias,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

sinalização temporária de segurança, isolamento das áreas de intervenção, locação topográfica da obra, marcação de greides, eixos e cotas de projeto, além da implantação dos dispositivos necessários ao controle e acompanhamento da execução. A contratada deverá disponibilizar equipamentos, ferramentas, equipe técnica e estrutura operacional compatíveis com a complexidade e extensão dos serviços, mantendo diário de obra, controle tecnológico e acompanhamento permanente por responsável técnico legalmente habilitado.

- **Terraplenagem, Regularização e Compactação do Subleito:** Os serviços de terraplenagem compreenderão toda a movimentação de terra necessária à adequação geométrica das vias, incluindo cortes, aterros, escavações, regularização e conformação da plataforma, visando garantir condições adequadas de suporte estrutural ao pavimento projetado. Após os serviços de conformação, o subleito deverá ser devidamente regularizado e compactado, eliminando-se saliências, deformações, pontos de instabilidade e reentrâncias, observando-se os níveis, declividades longitudinais e transversais definidos em projeto, de modo a assegurar o adequado comportamento estrutural e hidráulico da via.

- **Sistema de Drenagem Superficial:** A drenagem superficial será executada com a finalidade de disciplinar o escoamento das águas pluviais, reduzindo riscos de erosão, alagamentos, deterioração prematura do pavimento e danos à infraestrutura urbana existente. O sistema será composto por dispositivos de captação, condução e direcionamento superficial das águas, incluindo linhas d'água, sarjetas, declividades transversais, direcionamento hidráulico do escoamento e demais elementos previstos no projeto executivo. O dimensionamento hidráulico deverá observar os parâmetros técnicos definidos no memorial de drenagem, considerando intensidade pluviométrica, coeficiente de escoamento superficial, tempo de concentração e capacidade hidráulica das vias. Os serviços deverão garantir o correto escoamento das águas superficiais até os pontos de deságue definidos em projeto, preservando a estabilidade da estrutura do pavimento e assegurando o adequado funcionamento do sistema viário.

- **Assentamento de Meio-Fio:** Será executado o fornecimento e assentamento de meios-fios em concreto pré-moldado, destinados à contenção lateral do pavimento, definição geométrica da plataforma e condução do escoamento superficial das águas pluviais. Os meios-fios deverão ser assentados sobre base previamente regularizada e compactada, obedecendo alinhamentos, cotas, níveis e dimensões estabelecidos no projeto executivo, com rejuntamento em argamassa de cimento e areia, escoramento lateral e reaterro compactado.

- **Execução da Pavimentação em Paralelepípedos:** A pavimentação será executada sobre colchão de areia previamente espalhado, nivelado e compactado, com espessura compatível às especificações técnicas do projeto. Os paralelepípedos deverão ser assentados de forma manual, obedecendo alinhamento, paginação, abaulamento transversal, cotas e declividades previstas, garantindo adequado intertravamento das peças e uniformidade do revestimento. As juntas deverão apresentar espaçamento compatível com as especificações técnicas e receber rejuntamento em argamassa de cimento e areia no traço previsto em memorial descritivo. Após o assentamento e rejuntamento, o pavimento deverá ser submetido aos procedimentos de compactação e acabamento final, assegurando estabilidade estrutural, regularidade superficial, resistência mecânica e adequado desempenho funcional da via.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- **Execução de Passeios, Rampas e Acessibilidade:** Os serviços contemplarão a execução e adequação de passeios públicos, rampas de acessibilidade e implantação de piso tátil direcional e de alerta, observando integralmente os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050 e demais normas de acessibilidade vigentes. As calçadas deverão ser executadas em concreto com resistência especificada em projeto, incluindo regularização da base, lançamento, adensamento, sarrafeamento, acabamento superficial e juntas de dilatação. As rampas acessíveis deverão atender às inclinações máximas permitidas, dimensões mínimas de circulação e requisitos de acessibilidade universal.

- **Sinalização Viária e Serviços Complementares:** Os serviços finais compreenderão a implantação de sinalização vertical, pintura de meios-fios, dispositivos auxiliares de orientação do tráfego e demais elementos necessários à segurança viária e organização da circulação local. A contratada será responsável pela execução da limpeza final da obra, remoção integral de resíduos, recomposição das áreas afetadas, desmobilização do canteiro e entrega das vias em perfeitas condições de utilização, segurança, trafegabilidade e funcionamento, observadas as exigências da fiscalização e os critérios técnicos estabelecidos nos documentos integrantes da contratação.

As descrições acima apresentam, de forma sintética e consolidada, o escopo dos serviços a serem executados, não esgotando a totalidade das especificações técnicas necessárias à plena execução do objeto, razão pela qual todas as informações detalhadas relativas à obra — incluindo projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos — encontram-se devidamente estabelecidas nas peças técnicas de engenharia que integram o presente Processo Administrativo, as quais constituem referência obrigatória e vinculante para a elaboração das propostas, execução, medição, fiscalização e recebimento dos serviços.

4.4. ABRANGÊNCIA

A presente contratação abrange todas as etapas necessárias à execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, compreendendo, de forma integrada e sistêmica, a execução de serviços preliminares, locação topográfica, terraplenagem, regularização e compactação do subleito, assentamento de meios-fios, execução de colchão de areia, pavimentação em paralelepípedos, drenagem superficial, construção e adequação de calçadas, implantação de rampas de acessibilidade, instalação de piso tátil, sinalização viária vertical e horizontal, pintura de meios-fios, limpeza final da obra e demais serviços complementares necessários à completa execução do empreendimento, conforme especificações constantes nos projetos e peças técnicas de engenharia.

A abrangência contempla a execução integral dos serviços de engenharia necessários à implantação e requalificação da infraestrutura viária urbana das vias contempladas no projeto, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, insumos, transporte, controle tecnológico, sinalização provisória da obra e todos os recursos indispensáveis à perfeita execução do objeto, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especificações do DNIT, diretrizes técnicas da CONDER,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

legislação urbanística, ambiental, de acessibilidade, segurança do trabalho e demais exigências legais pertinentes.

A contratação encontra-se vinculada ao Convênio nº 082/2026, firmado entre o Município de Heliópolis/BA e o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, o qual estabelece as condições técnicas, operacionais e financeiras para execução da obra, incluindo metas, prazos, plano de aplicação dos recursos e cronograma físico-financeiro, devendo a execução observar rigorosamente as disposições pactuadas e os documentos integrantes do convênio.

A intervenção abrangerá diversas vias públicas localizadas no Bairro Melancia, contemplando a implantação de infraestrutura urbana em área aproximada de 17.465,23 m², beneficiando diretamente a população local mediante melhoria das condições de trafegabilidade, mobilidade urbana, acessibilidade e drenagem das águas pluviais.

Considera-se, ainda, o contexto urbano e social do Município de Heliópolis/BA, especialmente das áreas contempladas pela intervenção, que atualmente apresentam deficiência de infraestrutura viária, ausência de pavimentação adequada, dificuldades de deslocamento de pedestres e veículos, formação de lama em períodos chuvosos, poeira excessiva em períodos secos e problemas relacionados ao escoamento superficial das águas pluviais, circunstâncias que comprometem a mobilidade urbana, a segurança, a salubridade e a qualidade de vida da população residente.

Nesse contexto, a intervenção proposta possui relevante interesse público, visando promover melhorias urbanísticas e estruturais no Bairro Melancia, ampliar as condições de acessibilidade e segurança viária, reduzir impactos ambientais decorrentes da erosão e do acúmulo de águas superficiais, valorizar os espaços urbanos e assegurar melhores condições de circulação e mobilidade para moradores, veículos e usuários das vias públicas.

A obra também contempla a implantação de dispositivos de acessibilidade, incluindo passeios públicos, rampas e piso tátil, garantindo maior inclusão e mobilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 9050.

Por fim, destaca-se que todas as informações técnicas detalhadas relativas à obra — incluindo projetos de engenharia, memorial descritivo, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, quantitativos, cronograma físico-financeiro, composições analíticas de custos, memória de cálculo, estudos de drenagem e demais documentos técnicos — encontram-se devidamente acostadas ao Processo Administrativo, constituindo elementos essenciais, vinculantes e indissociáveis para a definição, delimitação, execução, fiscalização, medição e recebimento do objeto contratado.

5. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133, art. 18, § 1º, II.)

Cumprir destacar que a presente contratação, cujo objeto consiste na execução de obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, deverá observar integralmente o prazo de vigência do Convênio nº 082/2026, firmado entre o Município de Heliópolis/BA e o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, bem como as condições estabelecidas no respectivo Plano de Trabalho e



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

eventuais termos aditivos que venham a ser celebrados, de modo a assegurar a plena execução do objeto pactuado e a regular aplicação dos recursos públicos vinculados ao ajuste.

A execução da obra deverá observar rigorosamente os prazos, metas, etapas e marcos definidos no cronograma físico-financeiro aprovado, não podendo ultrapassar os limites temporais estabelecidos para execução, medição, prestação de contas e encerramento do convênio, sob pena de comprometimento da regularidade da parceria institucional, da liberação de recursos e da conformidade da aplicação financeira do empreendimento.

Ressalta-se que o Município, até o presente momento, não possui formalmente instituído e implementado o Plano de Contratações Anual – PCA, encontrando-se, contudo, em processo de estruturação e aperfeiçoamento de seus mecanismos de planejamento e governança administrativa, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 e com os princípios da eficiência, planejamento e transparência da Administração Pública.

Não obstante a inexistência formal do PCA, a presente contratação foi devidamente planejada e fundamentada, encontrando respaldo nos instrumentos orçamentários vigentes, especialmente no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, os quais asseguram compatibilidade orçamentária, previsão de recursos e alinhamento com as prioridades institucionais da Administração Municipal.

Importa destacar que o empreendimento encontra-se alinhado às diretrizes estratégicas da gestão municipal voltadas ao fortalecimento da infraestrutura urbana, melhoria da mobilidade e acessibilidade, ampliação das condições de trafegabilidade das vias públicas, aprimoramento do sistema de drenagem superficial e promoção da qualidade de vida da população residente no Bairro Melancia e adjacências.

A intervenção possui relevante interesse público, considerando que as vias contempladas atualmente apresentam deficiência de infraestrutura urbana, ausência de pavimentação adequada, dificuldades de circulação de veículos e pedestres, formação de lama em períodos chuvosos, poeira excessiva em períodos secos e problemas relacionados ao escoamento superficial das águas pluviais, circunstâncias que impactam diretamente a segurança, a mobilidade urbana e as condições de salubridade da população local.

Eventuais ajustes, adequações ou complementações necessárias nos instrumentos de planejamento, orçamento, cronograma ou execução contratual deverão ser formalizados mediante os instrumentos jurídicos cabíveis, tais como termos aditivos, apostilamentos, decretos, portarias e demais atos administrativos pertinentes, observadas as disposições legais, contratuais e conveniais aplicáveis.

Dessa forma, a presente contratação reafirma o compromisso da Administração Municipal com a melhoria da infraestrutura urbana do Município de Heliópolis/BA, a adequada execução das políticas públicas de mobilidade e urbanização, a correta aplicação dos recursos públicos oriundos do Convênio nº 082/2026 e o atendimento das necessidades coletivas da população beneficiada, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, III)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, indispensáveis para a adequada execução do objeto:

- **Capacidade Técnica Operacional:** A empresa contratada deverá comprovar experiência prévia na execução de obras de engenharia pavimentação em paralelepípedo, recuperação de vias urbanas ou empreendimentos de características semelhantes, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, compatíveis em natureza, complexidade e porte com o objeto.
- **Equipe Técnica Qualificada:** A contratada deverá dispor de equipe técnica habilitada e compatível com as exigências da obra, incluindo, no mínimo, engenheiro civil responsável técnico, além de outros profissionais necessários à adequada execução dos serviços, todos regularmente registrados no CREA/CAU, conforme exigências legais e normativas aplicáveis.
- **Regularidade Fiscal, Trabalhista e Jurídica:** A empresa deverá apresentar e manter, durante toda a execução contratual, a documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigida pela Lei nº 14.133/2021, comprovando sua regularidade perante os órgãos competentes.
- **Obrigações Contratuais, Normativas, de Segurança e Ambientais:** A execução da obra deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT aplicáveis aos serviços de pavimentação, drenagem superficial, acessibilidade e sinalização viária, bem como as especificações do DNIT, diretrizes da CONDER e demais normas técnicas pertinentes. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação de segurança do trabalho, adotando medidas de prevenção de acidentes, sinalização e proteção coletiva e individual, além de observar as normas de acessibilidade, especialmente a ABNT NBR 9050, garantindo adequada execução de calçadas, rampas e piso tátil. Deverão ser observadas, ainda, as exigências da legislação ambiental vigente, incluindo controle e destinação adequada de resíduos da construção civil, mitigação de impactos ambientais e preservação das condições de segurança e mobilidade da população durante a execução dos serviços.
- **Cumprimento do Convênio e das Peças Técnicas:** A contratada deverá cumprir integralmente os prazos, metas, etapas construtivas e obrigações estabelecidas no Convênio nº 082/2026, no respectivo Plano de Trabalho, no cronograma físico-financeiro e nas peças técnicas de engenharia que instruem o processo administrativo, garantindo a execução do objeto conforme aprovado pelo ente concedente.
- **Fornecimento Integral de Materiais, Equipamentos e Mão de Obra:** Todos os insumos, materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução integral da obra serão de responsabilidade da contratada, em conformidade com o Memorial Descritivo, projetos arquitetônicos e complementares, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que integram o processo.
- **Responsabilidade Técnica pela Execução:** A empresa deverá assumir responsabilidade integral pela qualidade, conformidade, segurança e durabilidade dos serviços executados, devendo providenciar a emissão da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (ou RRT, quando aplicável) referente à execução da obra e às etapas pertinentes, assinada por profissional legalmente habilitado.

6.1. Requisitos Técnicos da Contratação



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

A presente contratação deverá atender a um conjunto de requisitos técnicos indispensáveis para garantir a adequada execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, conforme estabelecido no Convênio nº 082/2026, no Plano de Trabalho aprovado e nas peças técnicas de engenharia que integram o processo administrativo.

Os requisitos técnicos têm por finalidade assegurar a qualidade, durabilidade, funcionalidade, segurança e desempenho da infraestrutura urbana a ser implantada, bem como a correta aplicação dos recursos públicos e a conformidade da execução com as normas técnicas e legais vigentes.

Conformidade com as Peças Técnicas de Engenharia

A execução da obra deverá observar integralmente os documentos técnicos constantes no processo administrativo, incluindo:

- Projetos de pavimentação, drenagem, acessibilidade e sinalização viária;
- Memorial descritivo e especificações técnicas;
- Planilha orçamentária e quantitativos;
- Cronograma físico-financeiro;
- Composições de custos e demais peças técnicas.

Os documentos técnicos definem os métodos executivos, materiais especificados, critérios de medição, parâmetros de qualidade e etapas da obra, sendo de observância obrigatória pela contratada.

Atendimento às Normas Técnicas e Legais

A execução deverá atender às normas técnicas vigentes, especialmente as normas da ABNT aplicáveis a obras de infraestrutura urbana, pavimentação, drenagem e acessibilidade, bem como às especificações técnicas do DNIT e demais regulamentos aplicáveis, incluindo, quando couber:

- ABNT NBR 9050 – Acessibilidade;
- Normas técnicas aplicáveis à pavimentação em paralelepípedos e drenagem superficial;
- Normas relativas a terraplenagem, compactação, concreto e sinalização viária;
- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente NR-18, NR-06, NR-10 e NR-35;
- Legislação urbanística, ambiental e de segurança do trabalho aplicável.

Materiais, Equipamentos e Insumos

Os materiais e insumos empregados deverão:

- Atender às especificações dos projetos e memoriais descritivos;
- Ser novos, de primeiro uso e possuir qualidade comprovada;
- Apresentar conformidade técnica e certificações aplicáveis;
- Garantir desempenho, resistência, durabilidade e segurança da obra.

Os equipamentos utilizados deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e adequados à execução dos serviços previstos.

Execução dos Serviços

A execução deverá observar:

- Fiel cumprimento dos projetos executivos e do cronograma físico-financeiro;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- Correta execução dos serviços de terraplenagem, regularização e compactação do subleito;

- Adequado assentamento de meios-fios e pavimentação em paralelepípedos;
- Execução eficiente do sistema de drenagem superficial;
- Conformidade de alinhamento, nivelamento, abaulamento e acabamento das vias;

- Execução adequada de calçadas, rampas acessíveis e piso tátil;
- Implantação da sinalização viária prevista em projeto.

Controle Tecnológico e Qualidade

Deverão ser realizados, sempre que previstos em projeto ou exigidos pela fiscalização:

- Ensaios de compactação do subleito e camadas executadas;
- Verificações de nivelamento, alinhamento e declividades;
- Controle de qualidade dos materiais empregados;
- Inspeções dos serviços de drenagem, pavimentação e acessibilidade;
- Verificações de conformidade da sinalização viária e acabamentos.

Os resultados deverão ser registrados e apresentados à fiscalização sempre que solicitado.

Equipe Técnica e Responsabilidade Profissional

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, incluindo engenheiro civil responsável técnico pela execução da obra, devidamente registrado no CREA, com apresentação da respectiva ART de execução, além de profissionais e mão de obra capacitados para as atividades previstas no contrato.

A responsabilidade técnica deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

Segurança do Trabalho e Meio Ambiente

A execução deverá observar:

- Cumprimento das Normas Regulamentadoras aplicáveis à construção civil;
- Fornecimento e uso obrigatório de EPIs e EPCs.
- Sinalização e isolamento das áreas em execução;
- Organização do canteiro e segurança operacional;
- Controle e destinação adequada dos resíduos da construção civil;
- Adoção de medidas para mitigação de impactos ambientais e redução de interferências à população local.

Garantias Técnicas

A contratada deverá assegurar:

- Garantia dos serviços executados, conforme legislação aplicável;
- Correção de falhas, defeitos ou vícios identificados após a execução;
- Responsabilidade pela qualidade, estabilidade e durabilidade dos serviços e materiais empregados.

Documentação e Registros da Obra

Durante a execução deverão ser mantidos:

- Diário de obra atualizado;
- Registros fotográficos das etapas executivas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- ART(s) e documentos técnicos pertinentes;
- Relatórios de medição e acompanhamento físico-financeiro;
- Documentação necessária ao recebimento da obra.

Entrega e Recebimento do Objeto

A obra será considerada concluída após:

- Execução integral dos serviços previstos nos projetos e peças técnicas;
- Realização de inspeção final pela fiscalização;
- Correção de eventuais pendências identificadas;
- Entrega da documentação técnica exigida;
- Emissão do recebimento provisório e definitivo, nos termos da Lei Federal nº

14.133/2021.

6.2. Requisitos de Sustentabilidade

A execução da obra deverá observar diretrizes e práticas de sustentabilidade ambiental, operacional e social, visando reduzir impactos ambientais, promover o uso eficiente de recursos naturais, assegurar a adequada gestão dos resíduos da construção civil e garantir condições seguras de execução das intervenções de pavimentação e drenagem urbana no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA.

Para tanto, a contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Gestão e Destinação de Resíduos da Construção Civil

A contratada deverá implementar medidas adequadas de gerenciamento dos resíduos gerados durante a execução da obra, observando:

- Segregação, acondicionamento e armazenamento adequado dos resíduos;
- Transporte e destinação final ambientalmente adequada;
- Atendimento à Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas ambientais aplicáveis;
- Retirada periódica de entulhos e limpeza das áreas de intervenção;
- Apresentação de comprovantes de destinação sempre que solicitado pela

fiscalização.

Uso Racional de Água

Deverão ser adotadas medidas para racionalização do consumo de água durante a execução dos serviços, incluindo:

- utilização controlada de água em serviços de compactação, limpeza e umidificação;
- Prevenção de desperdícios e vazamentos no canteiro;
- Reaproveitamento de água, quando tecnicamente viável.

Uso Eficiente de Energia

A contratada deverá promover o uso racional de energia elétrica e combustíveis, mediante:

- Utilização adequada de máquinas e equipamentos;
- Desligamento de equipamentos quando fora de operação;
- Manutenção preventiva de equipamentos para redução de consumo e emissões;
- Priorização, quando possível, de equipamentos mais eficientes e menos

poluentes.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Controle de Impactos Ambientais

Durante a execução da obra deverão ser adotadas medidas destinadas à mitigação dos impactos ambientais e urbanos, incluindo:

- Controle de poeira mediante umidificação das vias e áreas de circulação;
- Controle de ruídos e observância dos horários permitidos;
- Preservação das condições de drenagem natural do entorno;
- Prevenção de erosões, assoreamentos e obstruções das vias públicas;
- Proteção das áreas adjacentes e da circulação de moradores e veículos.

Canteiro de Obras Seguro e Organizado

O canteiro e as frentes de serviço deverão manter condições adequadas de organização, segurança e sustentabilidade, contemplando:

- Armazenamento adequado de materiais e insumos;
- Utilização obrigatória de EPIs e EPCs;
- Sinalização das áreas em execução;
- Prevenção de derramamentos de óleo, combustíveis e materiais contaminantes;
- Limpeza periódica das áreas de trabalho e circulação.

Sustentabilidade Social

A execução da obra deverá contribuir para:

- Melhoria da infraestrutura urbana e da mobilidade da população local;
- Ampliação das condições de acessibilidade e segurança viária;
- Melhoria das condições sanitárias e de trafegabilidade das vias públicas;
- Geração de emprego e movimentação da economia local, priorizando, sempre que possível, mão de obra do município e da região.

Conformidade Ambiental e Normativa

A contratada deverá cumprir integralmente:

- A legislação ambiental municipal, estadual e federal aplicável;
- As normas da ABNT relacionadas à pavimentação, drenagem, acessibilidade e sustentabilidade;
- As exigências ambientais constantes no Convênio nº 082/2026, no Plano de Trabalho e nas peças técnicas integrantes do processo administrativo.

6.3. Requisitos Normativos que Disciplinam os Serviços a serem contratados

A execução dos serviços objeto desta contratação deverá observar integralmente a legislação vigente aplicável às obras públicas de infraestrutura urbana, bem como as normas técnicas que disciplinam os serviços de pavimentação, drenagem superficial, acessibilidade, sinalização viária e demais sistemas previstos nos projetos de engenharia. Constituem requisitos normativos obrigatórios:

Legislação Geral de Licitações e Contratos

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Regulamentação municipal aplicável à Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Heliópolis/BA;
- Normas e exigências estabelecidas no Convênio nº 082/2026 e no respectivo Plano de Trabalho.

Normas Técnicas da ABNT e Normas de Infraestrutura Urbana



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

Deverão ser rigorosamente observadas, no que couber ao objeto:

Pavimentação, Terraplenagem e Drenagem

- Normas técnicas aplicáveis à execução de pavimentação em paralelepípedos;
- Normas relativas à terraplenagem, regularização e compactação de subleito;
- Normas aplicáveis à drenagem superficial urbana;
- Especificações técnicas do DNIT aplicáveis à infraestrutura viária urbana;
- Normas relacionadas ao controle tecnológico de materiais e pavimentos.

Concreto, Meio-Fio e Artefatos

- ABNT NBR 6118 – Projeto de Estruturas de Concreto;
- ABNT NBR 14931 – Execução de Estruturas de Concreto;
- Normas aplicáveis à fabricação e assentamento de artefatos pré-moldados de

concreto.

Acessibilidade

- ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Sinalização Viária

- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN;
- Normas técnicas aplicáveis à sinalização vertical e horizontal.

Normas Regulamentadoras – Segurança do Trabalho (NRs)

Conforme Ministério do Trabalho e Emprego:

- NR-18 – Condições de Segurança e Saúde na Indústria da Construção;
- NR-06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- NR-12 – Segurança em Máquinas e Equipamentos;
- NR-35 – Trabalho em Altura, quando aplicável;
- Demais normas regulamentadoras pertinentes às atividades executadas no

canteiro de obras.

Normas Ambientais e de Sustentabilidade

- Resolução CONAMA nº 307/2002 – Gestão e destinação de resíduos da construção civil;

- Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Legislação ambiental municipal e estadual aplicável.

Normas Urbanísticas e Locais

- Código de Obras e Posturas do Município de Heliópolis/BA;
- Normas municipais relacionadas à execução de obras em vias públicas;
- Legislação urbanística e de mobilidade urbana aplicável ao objeto.

Demais Instrumentos Normativos Aplicáveis

- Código Civil Brasileiro, especialmente disposições relativas à responsabilidade técnica, garantia e solidez da obra;

- Exigências constantes no Convênio nº 082/2026, Plano de Trabalho, memorial descritivo, projetos e demais peças técnicas integrantes do processo administrativo;

- Demais leis, decretos, resoluções, instruções normativas e normas técnicas aplicáveis à execução dos serviços contratados.

6.4. Requisitos de Desempenho e Qualidade



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

A contratação deverá assegurar que a obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, atenda a padrões adequados de desempenho, qualidade, durabilidade, funcionalidade e segurança, garantindo condições adequadas de mobilidade urbana, acessibilidade, trafegabilidade e escoamento das águas pluviais.

Desempenho Estrutural e Funcional

A infraestrutura implantada deverá apresentar estabilidade, resistência mecânica e desempenho compatíveis com as condições de uso das vias urbanas, suportando adequadamente o tráfego previsto, as cargas atuantes e as condições climáticas locais, observando os parâmetros definidos nos projetos e normas técnicas aplicáveis.

O pavimento deverá garantir:

- Adequada trafegabilidade para veículos e pedestres;
- Regularidade superficial e nivelamento compatíveis com o uso urbano;
- Eficiência no escoamento superficial das águas pluviais;
- Integração funcional entre pavimentação, drenagem, calçadas e acessibilidade;
- Segurança na circulação de usuários e veículos.

Desempenho de Durabilidade

Os materiais e sistemas executivos empregados deverão apresentar resistência ao desgaste, às intempéries e às condições de uso contínuo, assegurando maior vida útil da infraestrutura implantada e redução da necessidade de manutenção corretiva.

A pavimentação, os meios-fios, os dispositivos de drenagem e os passeios públicos deverão ser executados com materiais adequados e técnicas compatíveis com as exigências de desempenho previstas nos documentos técnicos da contratação.

Desempenho de Segurança

A obra deverá garantir:

- Segurança estrutural e operacional das vias e dispositivos implantados;
- Adequada execução da drenagem superficial, evitando erosões, alagamentos e deformações do pavimento;
- Condições seguras de circulação para pedestres e veículos;
- Atendimento às normas de segurança do trabalho durante a execução dos serviços;
- Correta sinalização das áreas executadas e da circulação viária.

Desempenho de Acessibilidade

Os passeios públicos, rampas e demais elementos de circulação deverão atender às exigências de acessibilidade previstas na ABNT NBR 9050, assegurando condições adequadas de deslocamento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo:

- Circulação acessível;
- Rampas adequadas;
- Instalação de piso tátil;
- Eliminação de barreiras arquitetônicas nas áreas contempladas.

Qualidade dos Materiais e da Execução

A execução deverá assegurar:

- Utilização de materiais novos e de qualidade comprovada;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

técnicas;

- Conformidade com os projetos, memoriais descritivos e especificações técnicas;

- Adequado assentamento dos paralelepípedos e meios-fios;
- Correto alinhamento, nivelamento e compactação das vias;
- Execução eficiente dos dispositivos de drenagem e acessibilidade;
- Acabamento uniforme e compatível com os padrões técnicos exigidos.

Desempenho da Drenagem Superficial

O sistema de drenagem superficial deverá apresentar capacidade hidráulica compatível com as vazões previstas em projeto, garantindo o adequado escoamento das águas pluviais e reduzindo riscos de erosão, acúmulo de água, deterioração precoce do pavimento e danos à infraestrutura urbana.

Qualidade Final e Aceitação da Obra

A obra deverá ser entregue:

- Em conformidade com os projetos, memoriais e especificações técnicas;
- Em plenas condições de uso, trafegabilidade e funcionamento;
- Sem falhas executivas aparentes ou vícios construtivos;
- Acompanhada da documentação técnica exigida para recebimento.

O recebimento da obra estará condicionado à verificação do atendimento integral dos requisitos de desempenho e qualidade estabelecidos no contrato, nas peças técnicas e na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5. Requisitos de Manutenção e Garantia

A contratação deverá assegurar que a obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, seja executada com padrões adequados de durabilidade, resistência, funcionalidade e facilidade de manutenção, garantindo a adequada conservação da infraestrutura implantada ao longo de sua vida útil.

Manutenibilidade da Infraestrutura

As soluções de engenharia adotadas deverão permitir a realização de manutenções preventivas e corretivas de forma simples, segura e economicamente viável, contemplando:

- Facilidade de manutenção da pavimentação, meios-fios e dispositivos de drenagem;
- Utilização de materiais padronizados e de fácil reposição;
- Adequada execução dos sistemas de escoamento superficial, visando minimizar intervenções futuras;
- Compatibilidade entre os elementos executados e as condições operacionais das vias urbanas.

Garantia dos Serviços e Materiais

A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, observando os prazos legais e contratuais aplicáveis, incluindo:

- Garantia mínima de 05 (cinco) anos para a solidez, segurança e estabilidade dos serviços de engenharia, conforme legislação aplicável;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- Garantia dos materiais, pavimentação, drenagem e demais elementos executados contra defeitos decorrentes de falhas executivas ou emprego inadequado de materiais;

- Responsabilidade pela correção de falhas, defeitos ou vícios construtivos identificados durante o período de garantia.

Responsabilidade Técnica e Assistência

A contratada deverá:

- Manter responsabilidade técnica pelos serviços executados durante a vigência contratual;

- Prestar assistência técnica sempre que necessário, dentro do período de garantia;

- Executar, sem ônus adicional para a Administração, os reparos necessários à correção de falhas ou defeitos decorrentes da execução da obra.

Condições para Acionamento da Garantia

O acionamento da garantia ocorrerá mediante comunicação formal da Administração, devendo a contratada atender às solicitações em prazo compatível com a gravidade da ocorrência, especialmente quando houver comprometimento da segurança, trafegabilidade, drenagem ou funcionalidade da infraestrutura executada.

Recebimento e Início da Garantia

O prazo de garantia será contado a partir da emissão do recebimento definitivo da obra, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, condicionando-se à verificação da execução integral do objeto, da inexistência de pendências relevantes e da conformidade dos serviços com os projetos e especificações técnicas da contratação.

6.6. Fiscalização e Comprovação

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, por meio de servidor(es) ou equipe técnica formalmente designada, podendo contar com apoio técnico especializado, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das condições contratuais, das especificações técnicas, dos projetos de engenharia e das normas aplicáveis à obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial das vias contempladas.

Fiscalização da Execução Contratual

A fiscalização compreenderá:

- Acompanhamento contínuo da execução dos serviços;
- Verificação da conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro;

- Controle da qualidade dos materiais e serviços executados;
- Conferência das etapas executadas para fins de medição e pagamento;
- Verificação dos serviços de pavimentação, drenagem, acessibilidade e sinalização viária;

- Registro de ocorrências, irregularidades e não conformidades identificadas durante a execução.

A contratada deverá garantir livre acesso da fiscalização aos locais da obra, fornecendo todas as informações, documentos e esclarecimentos solicitados.

Instrumentos de Controle e Registro



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Durante a execução deverão ser mantidos e apresentados, quando solicitado:

- Diário de obra atualizado;
- Relatórios de acompanhamento físico-financeiro;
- Registros fotográficos das etapas executivas;
- Boletins de medição;
- Relatórios técnicos e atas de reuniões, quando aplicável.

Medição e Comprovação dos Serviços

A comprovação da execução ocorrerá mediante:

- Medições periódicas conforme evolução física da obra;
- Verificação quantitativa e qualitativa dos serviços executados;
- Compatibilidade entre os serviços executados e os quantitativos medidos;
- Validação da fiscalização antes da liberação de pagamentos.

Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização.

Controle Tecnológico e Ensaios

A fiscalização poderá exigir ensaios e testes destinados à comprovação da qualidade dos serviços executados, incluindo:

- Ensaios de compactação do subleito e das camadas executadas;
- Verificação de alinhamento, nivelamento e abaulamento das vias;
- Controle de qualidade dos materiais empregados;
- Inspeção dos serviços de drenagem superficial, acessibilidade e sinalização;
- Demais verificações técnicas previstas nos documentos da contratação.

Os resultados deverão ser apresentados pela contratada para análise e aprovação da fiscalização.

Tratamento de Não Conformidades

Eventuais falhas, vícios ou não conformidades identificadas deverão:

- Ser formalmente registradas pela fiscalização;
- Ser corrigidas pela contratada dentro do prazo estabelecido;
- Não gerar ônus adicional à Administração quando decorrentes de falha executiva ou uso inadequado de materiais.

A permanência das irregularidades poderá ensejar aplicação das penalidades previstas contratualmente.

Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento da obra ocorrerá em duas etapas:

- Recebimento provisório, após a conclusão dos serviços e realização de vistoria inicial;
- Recebimento definitivo, após a correção de pendências eventualmente identificadas e verificação da plena adequação do objeto às condições contratuais e técnicas.

Os recebimentos observarão os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no contrato administrativo.

Comprovação Final da Execução

Para fins de encerramento contratual, a contratada deverá apresentar:

- Documentação técnica da obra executada;
- Relatórios finais de execução;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- ART(s) e demais documentos técnicos pertinentes;
- Registros e comprovantes exigidos pela fiscalização;
- Demais documentos necessários ao recebimento definitivo do objeto.

7- VANTAGENS DA CONTRATAÇÃO.

A contratação para execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, apresenta relevantes vantagens sob os aspectos técnico, operacional, urbanístico, econômico e social, contribuindo diretamente para a melhoria da infraestrutura urbana e para a promoção do interesse público.

- Melhoria da Infraestrutura Urbana e da Mobilidade – A intervenção proporcionará significativa melhoria das condições de trafegabilidade das vias contempladas, garantindo maior segurança, conforto e mobilidade para pedestres, ciclistas e veículos, especialmente em períodos chuvosos, quando atualmente ocorrem problemas relacionados à lama, erosões e acúmulo de águas pluviais.

- Implantação de Sistema de Drenagem Superficial – A execução da drenagem superficial permitirá o adequado escoamento das águas pluviais, reduzindo riscos de alagamentos, processos erosivos e deterioração precoce das vias, contribuindo para a conservação da infraestrutura urbana e para a segurança da população local.

- Ampliação da Acessibilidade e Segurança Viária – A obra contempla a execução de calçadas, rampas acessíveis, piso tátil e sinalização viária, promovendo melhores condições de acessibilidade e circulação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 9050.

- Redução de Custos de Manutenção e Maior Durabilidade – A implantação da pavimentação em paralelepípedos, associada às soluções adequadas de drenagem e contenção, proporcionará maior durabilidade da infraestrutura viária, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas frequentes e os custos de manutenção atualmente suportados pela Administração Municipal.

- Valorização Urbanística e Qualidade de Vida – A melhoria das vias públicas contribuirá para a valorização urbanística do Bairro Melancia, melhoria das condições sanitárias e redução dos impactos causados pela poeira e lama, proporcionando melhores condições de habitabilidade, circulação e bem-estar à população beneficiada.

- Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos – A contratação está fundamentada em projetos técnicos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais peças de engenharia, permitindo maior controle da execução, rastreabilidade dos atos administrativos, segurança técnica e eficiência na aplicação dos recursos públicos vinculados ao Convênio nº 082/2026.

- Cumprimento das Metas do Convênio – A execução da obra possibilitará o cumprimento das metas e obrigações assumidas pelo Município junto ao Governo do Estado da Bahia/CONDER, assegurando a adequada utilização dos recursos conveniados e reduzindo riscos de inadimplemento, glosas ou devolução de recursos.

- Impacto Social e Desenvolvimento Local – A intervenção possui relevante impacto social, considerando que as vias contempladas atendem diretamente moradores do Bairro Melancia, promovendo inclusão urbana, melhoria das condições de deslocamento,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

fortalecimento da infraestrutura municipal e desenvolvimento local, além de contribuir para geração de emprego e movimentação da economia durante a execução da obra.

- Maior Controle e Segurança na Execução Contratual – A existência de projetos executivos, estudos técnicos, especificações detalhadas e cronograma físico-financeiro possibilita maior controle da execução contratual, mitigação de riscos técnicos, melhor acompanhamento da fiscalização e maior transparência na gestão da contratação, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

(Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV)

O quantitativo estimado para a presente contratação corresponde à execução integral dos serviços de engenharia necessários à implantação da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, conforme especificações constantes nos projetos de engenharia, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, planilha de levantamento de quantitativos, cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas integrantes do Processo Administrativo e do Convênio nº 082/2026 firmado com o Estado da Bahia/CONDER.

Os quantitativos dos serviços, materiais, insumos, dispositivos de drenagem, elementos de acessibilidade e demais componentes técnicos foram definidos a partir de levantamento detalhado realizado pelo setor técnico de engenharia, considerando as características geométricas das vias contempladas, as condições existentes do terreno, as necessidades de infraestrutura urbana identificadas e as soluções técnicas adotadas no projeto executivo.

Nesse contexto, os quantitativos contemplam, de forma integrada e compatibilizada, dentre outros:

- Serviços preliminares, mobilização, desmobilização, instalação de canteiro e locação da obra;
- Serviços de terraplenagem, regularização, conformação e compactação do subleito;
- Execução de colchão de areia e pavimentação em paralelepípedos;
- Fornecimento e assentamento de meios-fios em concreto pré-moldado;
- Execução de dispositivos de drenagem superficial, sarjetas e direcionamento de escoamento pluvial;
- Execução de calçadas, passeios públicos, rampas de acessibilidade e instalação de piso tátil;
- Implantação de sinalização viária horizontal e vertical;
- Execução de pavimentações complementares, recomposição de áreas afetadas e acabamentos;
- Realização de controle tecnológico, testes, verificações e ajustes técnicos;
- Limpeza final da obra e desmobilização das estruturas provisórias.

Ressalta-se que os quantitativos foram obtidos mediante critérios técnicos objetivos, observando-se normas técnicas de engenharia, metodologias de levantamento de quantidades, compatibilização entre projetos e memória de cálculo dos serviços, garantindo coerência entre os elementos técnicos e o orçamento estimado da contratação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

A intervenção contempla área aproximada de 17.465,23 m² de pavimentação e urbanização das vias públicas contempladas no projeto, conforme detalhamento constante nas peças técnicas do convênio e do processo administrativo.

Dessa forma, o quantitativo estimado encontra-se devidamente fundamentado nas peças técnicas de engenharia acostadas ao Processo Administrativo, constituindo referência obrigatória para elaboração das propostas, formação do preço global, execução, medição, fiscalização e recebimento do contrato, assegurando precisão técnica, transparência, rastreabilidade e conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as condições estabelecidas no Convênio nº 082/2026.

9. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Para definição da solução mais adequada à execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as práticas correntes no setor de infraestrutura urbana, aferir referências de custos, avaliar a capacidade operacional de empresas especializadas e verificar os modelos de contratação usualmente adotados para empreendimentos de natureza semelhante.

O levantamento foi desenvolvido com base em múltiplas fontes técnicas e mercadológicas, destacando-se:

- Consultas aos sistemas oficiais de referência de custos da construção civil e infraestrutura, especialmente SINAPI e ORSE, amplamente utilizados na elaboração de orçamentos de obras públicas;
- Análise de contratações similares realizadas por órgãos e entidades públicas envolvendo obras de pavimentação, drenagem urbana, urbanização e acessibilidade;
- Levantamento de empresas atuantes no mercado regional e estadual com experiência comprovada em obras de infraestrutura viária e pavimentação urbana;
- Avaliação das composições analíticas de custos, planilhas orçamentárias, Curva ABC de serviços e insumos, memória de cálculo e demais peças técnicas integrantes do processo administrativo;
- Observância das diretrizes técnicas, operacionais e financeiras estabelecidas no Convênio nº 082/2026 e respectivo Plano de Trabalho.

A partir das análises realizadas, verificou-se que:

- O mercado regional e estadual possui quantidade significativa de empresas aptas à execução de obras de pavimentação e drenagem urbana, assegurando competitividade ao certame;
- Os referenciais SINAPI e ORSE apresentam compatibilidade técnica e econômica com os serviços previstos no objeto, permitindo a elaboração de orçamento estimativo consistente e aderente à realidade de mercado;
- A execução integrada dos serviços de pavimentação, drenagem superficial, acessibilidade e sinalização viária é prática consolidada no mercado de obras públicas de infraestrutura urbana;
- O modelo de contratação por empreitada por preço global é amplamente utilizado para obras dessa natureza, especialmente quando há projetos executivos, quantitativos e especificações técnicas previamente definidos;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- Existem soluções técnicas consolidadas para execução de pavimentação em paralelepípedos e drenagem superficial urbana, proporcionando previsibilidade técnica, maior controle executivo e redução de riscos operacionais.

Diante desse cenário, conclui-se que a solução mais adequada à necessidade da Administração consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução global da obra, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, insumos e todos os serviços necessários à completa implantação da infraestrutura prevista nos projetos e peças técnicas.

A escolha da solução mediante empreitada por preço global justifica-se tecnicamente pelos seguintes fatores:

- Existência de projetos executivos, planilhas e especificações técnicas detalhadas, permitindo definição precisa do escopo contratual;
- Necessidade de execução integrada e coordenada entre os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, acessibilidade e sinalização viária;
- Centralização da responsabilidade técnica e operacional na contratada, favorecendo maior controle da qualidade dos serviços;
- Redução de riscos decorrentes da fragmentação da execução em múltiplos contratos;
- Maior previsibilidade de custos, prazos e controle físico-financeiro da obra;
- Aderência às práticas consolidadas do mercado de infraestrutura urbana;
- Compatibilidade com as exigências técnicas e operacionais estabelecidas no Convênio nº 082/2026, especialmente quanto ao cumprimento das metas físicas e do cronograma pactuado.

Assim, com base no levantamento de mercado realizado e nas características técnicas do objeto, resta demonstrado que a contratação por empreitada por preço global constitui a solução tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e administrativamente eficiente para atendimento da demanda pública, assegurando qualidade na execução, segurança jurídica, previsibilidade de resultados e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1. Da Modalidade De Licitação “CONCORRÊNCIA”

A escolha da modalidade Concorrência, na forma eletrônica, justifica-se pela necessidade de garantir ampla publicidade e competitividade no processo de contratação da empresa responsável pela execução da obra, bem como pela possibilidade de se verificar previamente se as empresas participantes atendem aos requisitos mínimos de qualificação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira exigidos para execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a Concorrência é a modalidade adequada para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, bem como de bens e serviços especiais, permitindo a participação de quaisquer interessados que comprovem capacidade para atender às exigências editalícias. Em sua natureza, a Concorrência assegura maior rigor na fase de habilitação, o que se mostra essencial em contratações que envolvem obras de engenharia com responsabilidade técnica e elevado grau de complexidade.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Além disso, o art. 29 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a Concorrência e o Pregão seguem o mesmo rito procedimental comum — contemplando fases preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances (quando couber), julgamento, habilitação, recursos e homologação — reforçando a segurança jurídica e a padronização processual.

Entretanto, a fase de planejamento da contratação exige a correta análise da natureza do objeto para definição da modalidade adequada. Embora o pregão seja aplicável para contratação de bens e serviços comuns, inclusive para alguns serviços comuns de engenharia, não se aplica à contratação de obras ou serviços de engenharia que não se qualifiquem como comuns, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, exposto no Informativo de Licitações e Contratos nº 227/2015. No referido entendimento, o TCU afirmou que o pregão não é modalidade adequada para contratação de obras e reformas prediais de engenharia e arquitetura, salvo quando tais serviços forem estritamente comuns, o que não é o caso do presente objeto.

Corroborando esse entendimento a Orientação Técnica OT-IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), que define:

- Obra de engenharia: ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, mediante utilização de conhecimentos técnicos específicos, sob responsabilidade de profissional habilitado (Lei nº 5.194/1966);
- Reforma: intervenção que altera características de partes de uma obra sem modificação de sua volumetria ou função;
- Construção: intervenção que resulta na edificação de uma nova estrutura ou edificação, com modificação significativa do espaço ou criação de área construída.

Dessa forma, a execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia caracteriza-se inequívoca e tecnicamente como obra de engenharia, demandando conhecimentos técnicos especializados, elaboração e observância de projetos de infraestrutura urbana, drenagem, acessibilidade e sinalização viária, responsabilidade técnica formalmente assumida por profissional legalmente habilitado, bem como o cumprimento de normas técnicas específicas relacionadas à pavimentação, controle tecnológico, segurança, mobilidade urbana, acessibilidade e desempenho da infraestrutura implantada.

Portanto, trata-se de objeto de engenharia cuja execução exige capacidade técnica especializada, utilização de métodos executivos específicos, emprego de equipamentos apropriados e observância rigorosa das normas técnicas e dos projetos executivos, não se caracterizando como objeto comum dissociado de complexidade técnica, nos termos da legislação aplicável às contratações públicas.

Ademais, o art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que as licitações devem ser realizadas, preferencialmente, na forma eletrônica, o que reforça a adoção da Concorrência Eletrônica como a modalidade mais apropriada ao caso, por ampliar a competitividade, assegurar transparência, economicidade e ampla participação de potenciais licitantes.

Assim, diante da natureza do objeto (obra de engenharia), do entendimento consolidado dos órgãos de controle e da legislação vigente, conclui-se que a modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, é a mais compatível com a complexidade, o porte e



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

as exigências técnicas da contratação, garantindo segurança jurídica, seleção da proposta mais vantajosa e a plena observância dos princípios da legalidade, publicidade, eficiência e isonomia.

9.2. Do critério de Julgamento “MENOR PREÇO”

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, a modalidade Concorrência, quando utilizada para contratação de bens e serviços especiais, bem como de obras e serviços comuns ou especiais de engenharia, admite a aplicação dos seguintes critérios de julgamento:

- Menor preço;
- Melhor técnica ou conteúdo artístico;
- Técnica e preço;
- Maior retorno econômico;
- Maior desconto.

Considerando o conjunto das alternativas previstas no regramento legal e analisando-se o ciclo de vida do contrato, a complexidade do objeto e o princípio da seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, definiu-se que o critério de julgamento a ser adotado será o de Menor Preço, sob o regime de empreitada por preço global.

A escolha do critério “Menor Preço” se justifica por ser o mais adequado à contratação de obras de engenharia com projeto básico plenamente definido e quantitativos detalhados nas peças técnicas, conferindo:

- maior objetividade no julgamento;
- aumento da competitividade entre os licitantes;
- transparência na formação do preço global;
- facilidade na comparação entre as propostas;
- redução dos riscos de subjetividade na avaliação;
- promoção da economicidade na aplicação dos recursos públicos.

Ao adotar o critério de menor preço, garante-se que a proposta vencedora será aquela que atender plenamente às especificações técnicas do edital, assegurando simultaneamente:

- conformidade com o Memorial Descritivo, Projetos de Engenharia e Planilha Orçamentária;
- respeito às normas técnicas aplicáveis (ABNT e demais NBRs pertinentes ao objeto);
- atendimento às condições e diretrizes estabelecidas no Convênio nº 082/2026 e no respectivo Plano de Trabalho.

Assim, o tipo de julgamento “Menor Preço” revela-se o mais vantajoso para a Administração Pública, por permitir a seleção da proposta que apresente o menor valor global para a execução da obra, sem prejuízo da qualidade técnica exigida, observadas as especificações do edital, as peças técnicas de engenharia e as diretrizes legais e normativas aplicáveis.

9.3. Do Regime “EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL”

A doutrina e a jurisprudência consolidaram o entendimento de que, quando a Administração Pública dispõe previamente dos quantitativos, do projeto completo e dos elementos necessários para definir com precisão o objeto da obra, o regime adequado é o de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

empreitada por preço global. Ainda que a Lei nº 14.133/2021 não estabeleça expressamente as hipóteses de adoção de cada regime, permanece plenamente aplicável a lógica já consagrada no âmbito do direito administrativo e das contratações públicas.

Como afirma a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão nº 2432/2016, a empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível determinar de forma precisa, no projeto, as quantidades dos serviços a serem executados. Nesse mesmo acórdão, o TCU esclarece que a empreitada por preço unitário deve ser utilizada apenas quando a natureza do objeto não permitir a definição exata dos quantitativos orçamentários, o que não é o caso da presente contratação.

No regime de empreitada por preço global, a Administração contrata o particular para executar a totalidade da obra por um preço previamente estabelecido, assumindo o contratado a responsabilidade pelos custos e pelos riscos inerentes à execução, dentro dos limites legais. A diferença essencial em relação à empreitada por preço unitário reside na forma de medição e remuneração, e não no resultado final, pois em ambos os regimes o particular se compromete a entregar a obra completa.

Conforme ressalta Marçal Justen Filho, referência nacional em licitações e contratos administrativos, mesmo nas empreitadas por preço unitário, o objeto contratado é o conjunto integral da obra, e não a soma de itens isolados: “Na empreitada por preços unitários, o licitante não se obriga a executar cada item isoladamente. A contratação versa sobre o objeto integral. (...) Mesmo numa licitação por preço unitário, o julgamento se faz em vista do montante total a ser desembolsado pelo Estado. Seria antijurídico selecionar o vencedor a partir do menor preço de cada item, pois o licitante não está obrigado a honrar preços unitários se não houver contratação para o conjunto da obra ou serviço.”

Esse entendimento reforça que, quando há projeto detalhado, quantitativos definidos, planilha orçamentária consolidada, memorial descritivo completo e demais peças técnicas devidamente compatibilizadas — como no caso da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA —, o regime de empreitada por preço global revela-se o mais adequado, uma vez que:

- Garante maior previsibilidade técnica, financeira e administrativa para a Administração Pública;
- Reduz riscos de aditivos contratuais decorrentes de inconsistências ou imprecisões de quantitativos;
 - Facilita o acompanhamento, controle e fiscalização da execução da obra;
 - Assegura maior integração entre os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, acessibilidade e sinalização viária;
- Reforça a obrigação de resultado por parte da contratada, responsável pela entrega integral do objeto em conformidade com os projetos e especificações técnicas;
- Proporciona maior eficiência, economicidade e transparência na formação dos preços e na execução contratual;
- Contribui para melhor controle físico-financeiro do empreendimento e cumprimento das metas previstas no Convênio nº 082/2026.

Assim, diante da completa caracterização do objeto, da definição precisa dos quantitativos constantes nas peças técnicas de engenharia e do entendimento técnico



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

consolidado acerca da adequação do regime de execução, reafirma-se que a empreitada por preço global constitui a solução que melhor atende ao interesse público e à adequada execução da obra de pavimentação e drenagem superficial das vias contempladas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das condições estabelecidas no Convênio nº 082/2026 firmado com o Estado da Bahia/CONDER.

9.4. Do Fracionamento do Lote

A contratação para execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, deverá ocorrer como objeto não divisível, sem parcelamento ou fracionamento do lote, de modo que uma única empresa seja responsável pela execução integral dos serviços de engenharia previstos nas peças técnicas do processo administrativo.

A opção pela indivisibilidade do objeto decorre da natureza integrada da intervenção e da interdependência técnica entre os serviços de terraplenagem, regularização e compactação do subleito, assentamento de meios-fios, execução da pavimentação em paralelepípedos, implantação do sistema de drenagem superficial, execução de calçadas, acessibilidade, piso tátil, sinalização viária e demais serviços complementares necessários à plena funcionalidade da infraestrutura urbana projetada.

Destaca-se, ainda, que o Convênio nº 082/2026, firmado entre o Município de Heliópolis/BA e o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da CONDER, estabelece a execução do empreendimento como objeto único e integrado, com metas, etapas e cronograma físico-financeiro interdependentes, reforçando a necessidade de contratação unificada para assegurar a adequada execução da obra, a compatibilidade técnica entre os serviços e o correto cumprimento das obrigações convencionais.

O fracionamento do objeto, além de tecnicamente desaconselhável para obras de infraestrutura viária dessa natureza, poderia comprometer a uniformidade da execução, gerar incompatibilidades técnicas entre etapas executadas por diferentes contratadas, dificultar a coordenação operacional dos serviços e aumentar os riscos relacionados à definição de responsabilidades por eventuais falhas, defeitos executivos, patologias construtivas ou atrasos no cronograma da obra.

Ademais, a fragmentação da contratação implicaria maior complexidade administrativa e operacional para a Administração Pública, especialmente quanto à gestão contratual, fiscalização simultânea de múltiplos contratos, compatibilização de cronogramas, controle de interfaces entre serviços e gerenciamento de responsabilidades técnicas, podendo ocasionar impactos negativos na continuidade da execução, aumento de custos indiretos e maior probabilidade de aditivos decorrentes de conflitos executivos entre diferentes empresas.

Por outro lado, a centralização da execução em uma única contratada revela-se medida tecnicamente mais adequada e administrativamente mais eficiente, permitindo execução integrada e coordenada da obra, uniformidade dos padrões executivos, maior controle tecnológico, melhor gerenciamento dos riscos, otimização da fiscalização, maior rastreabilidade dos serviços executados e responsabilização direta da contratada pela qualidade e desempenho final da infraestrutura implantada.

A análise técnica e econômica do empreendimento demonstra, ainda, que o parcelamento do objeto não proporcionaria ganhos relevantes de competitividade ou



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

economicidade, tendo em vista a existência de empresas no mercado regional e estadual com capacidade técnica e operacional para execução integral da obra. Ao contrário, o fracionamento poderia resultar em sobreposição de custos indiretos, dificuldades de coordenação operacional, conflitos contratuais e comprometimento da eficiência da execução.

Dessa forma, conclui-se pela não divisão do objeto, devendo a contratação ocorrer em lote único, sob regime de empreitada por preço global, assegurando maior eficiência administrativa, economicidade, continuidade executiva, qualidade técnica, segurança jurídica e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as condições estabelecidas no Convênio nº 082/2026.

9.5. Do Parcelamento ou não da Contratação

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

A análise técnica, operacional e econômica realizada no âmbito da presente contratação demonstra a inviabilidade do parcelamento do objeto, considerando as características específicas da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, bem como a necessidade de garantir execução integrada, contínua e tecnicamente compatível entre todas as etapas previstas nas peças técnicas do Convênio nº 082/2026.

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, desde que não haja prejuízo à economia de escala, à segurança técnica, à funcionalidade do objeto e à eficiência da execução contratual. No caso em análise, entretanto, tais condições não se verificam, razão pela qual o parcelamento se revela inadequado sob os aspectos técnico, operacional e administrativo.

A execução da obra exige integração direta e permanente entre os serviços de terraplenagem, regularização e compactação do subleito, assentamento de meios-fios, execução da pavimentação em paralelepípedos, implantação dos dispositivos de drenagem superficial, execução de calçadas, acessibilidade, piso tátil, sinalização viária e demais serviços complementares previstos nos projetos de engenharia.

O eventual parcelamento do objeto poderia:

- Gerar incompatibilidades técnicas entre métodos executivos, materiais e etapas executadas por diferentes empresas;
- Comprometer a uniformidade da pavimentação, drenagem e acabamentos;
- Dificultar o controle tecnológico e a fiscalização dos serviços;
- Ampliar riscos de falhas executivas, retrabalhos, deformações e patologias construtivas;
- Dificultar a definição de responsabilidades por defeitos, vícios ou atrasos na execução;
- Ocasionar conflitos operacionais entre diferentes contratadas;
- Impactar negativamente o cronograma físico-financeiro da obra;
- Aumentar custos indiretos relacionados à mobilização, gestão e administração contratual.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Sob o aspecto da fiscalização e gestão do contrato, a fragmentação da contratação implicaria maior complexidade administrativa, exigindo acompanhamento simultâneo de múltiplos contratos, ampliação do volume de medições, controles e registros, além de dificultar a coordenação das etapas executivas e o gerenciamento das interfaces operacionais da obra.

Além disso, a execução do objeto deve observar rigorosamente os padrões técnicos, as especificações construtivas, o cronograma físico-financeiro e as diretrizes estabelecidas no Convênio nº 082/2026, no Plano de Trabalho e nas peças técnicas aprovadas, circunstâncias que recomendam a execução unificada do empreendimento.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento também não se mostra vantajoso, considerando que o mercado regional e estadual dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional para execução integral da obra. A contratação em lote único favorece ganhos de escala, otimização logística, redução de custos indiretos e maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto revela-se técnica, operacional e economicamente inviável, devendo a contratação ocorrer em lote único, sob regime de empreitada por preço global, de modo a assegurar:

- Maior eficiência e continuidade na execução dos serviços;
- Melhor controle e fiscalização pela Administração Pública;
- Uniformidade técnica e qualidade da infraestrutura executada;
- Economicidade e racionalização dos custos da contratação;
- Adequada responsabilização técnica da contratada;
- Segurança jurídica e operacional na execução contratual;
- Plena aderência às diretrizes estabelecidas no Convênio nº 082/2026 e nas

peças técnicas integrantes do processo administrativo.

9.6. Da Subcontratação

Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que observadas rigorosamente as condições legais, técnicas e operacionais aplicáveis à presente contratação. A subcontratação não constitui transferência da responsabilidade da contratada pela execução total da obra, mas apenas a permissão para que atividades acessórias sejam executadas por terceiros, desde que autorizadas e devidamente justificadas.

Em conformidade com as melhores práticas de gestão de obras públicas e em alinhamento com o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão TCU nº 2450/2025 – Plenário, a subcontratação deve obedecer às seguintes diretrizes:

Vedação à Subcontratação Completa ou da Parcela Principal do Objeto

É terminantemente vedada:

- A subcontratação integral da obra;
- A subcontratação da parcela principal, entendida como o conjunto de atividades essenciais, técnicas e indispensáveis ao alcance do resultado final da obra.

Segundo o Acórdão TCU 2450/2025-Plenário, a Administração pode permitir a subcontratação parcial, desde que preservada a parcela principal, que deve permanecer sob responsabilidade direta da empresa contratada. O TCU reforça que a parcela principal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

compreende as atividades nucleares que determinam o desempenho estrutural, funcional e operacional da obra, não podendo ser delegadas a terceiros.

Esse entendimento decorre de fundamentos já tradicionais na jurisprudência do Tribunal, no sentido de que a subcontratação não pode descaracterizar o objeto contratado nem fragilizar a responsabilização da empresa vencedora perante a Administração.

Limitação da Subcontratação a Serviços Acessórios

Para esta contratação, a subcontratação fica restrita exclusivamente à:

- Locação de máquinas e equipamentos pesados, tais como escavadeiras, retroescavadeiras, motoniveladoras, caminhões caçamba, compactadores, rolos e equipamentos equivalentes, sempre que necessários à execução da obra.

Essa limitação tem por objetivo:

- Evitar a transferência de etapas técnicas fundamentais;
- Permitir otimização dos recursos da contratada;
- Garantir eficiência operacional sem comprometer a responsabilidade técnica da empresa vencedora;

- Manter o controle direto sobre os serviços essenciais da obra.

A locação de máquinas não transfere à subcontratada a execução da etapa construtiva, mas apenas o fornecimento dos meios necessários, mantendo-se a contratada responsável pela execução, supervisão e qualidade dos serviços.

Manutenção da Responsabilidade Integral da Contratada

Mesmo nos casos de subcontratação autorizada, a empresa contratada:

- Permanece integralmente responsável pela execução da obra, dos serviços, da qualidade, dos prazos e da conformidade com as normas técnicas e contratuais;
- Deve supervisionar, fiscalizar e responder por todas as atividades executadas por terceiros;
- Deverá apresentar a ART abrangendo a totalidade da obra, incluindo os serviços eventualmente subcontratados.

Esse entendimento também é reafirmado pelo Acórdão TCU 2450/2025-Plenário, que reforça a responsabilidade solidária da contratada por todos os atos e omissões dos subcontratados.

Exigência de Autorização Prévia da Administração

Toda subcontratação:

- Deverá ser previamente informada e justificada pela contratada;
- Dependerá de aprovação expressa da Administração;
- Deve estar em conformidade estrita com o edital e com a legislação vigente.

A ausência dessa autorização implica irregularidade contratual e poderá acarretar penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

Finalidade da Restrição e Alinhamento Legal

A restrição à subcontratação da parcela principal assegura:

- A manutenção da coerência técnica da obra;
- A integridade da responsabilidade contratual;
- A segurança jurídica da execução;
- A rastreabilidade das etapas realizadas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- A conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, com o entendimento consolidado pela doutrina e com a jurisprudência do TCU.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no conjunto de peças técnicas de engenharia que integram o presente Processo Administrativo, incluindo projetos de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária sintética e analítica, planilha de levantamento de quantitativos, composições analíticas de preços unitários, cronograma físico-financeiro e memória de cálculo do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

Para definição dos custos foram utilizados referenciais oficiais de preços da construção civil e infraestrutura urbana, especialmente os sistemas SINAPI e/ou ORSE, observando-se as metodologias de composição de custos, encargos sociais, especificações técnicas e critérios aplicáveis à execução de obras públicas de pavimentação e drenagem urbana, bem como as diretrizes estabelecidas no Convênio nº 082/2026 e no respectivo Plano de Trabalho.

A estimativa considerou todos os serviços necessários à execução integral da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, compreendendo serviços preliminares, terraplenagem, regularização e compactação do subleito, assentamento de meios-fios, execução da pavimentação, drenagem superficial, calçadas, acessibilidade, sinalização viária, controle tecnológico, limpeza final da obra e demais serviços complementares previstos nas peças técnicas.

Os quantitativos e custos unitários foram definidos a partir de levantamento técnico detalhado, compatibilizado com os projetos executivos e demais documentos de engenharia, assegurando coerência entre o escopo físico da intervenção e a estimativa financeira da contratação, com aplicação de BDI calculado especificamente para o empreendimento, em conformidade com as boas práticas da Administração Pública e orientações dos órgãos de controle.

Conforme estabelecido nas peças técnicas e no instrumento convenial, o valor total estimado para execução do objeto é de R\$ 2.361.689,75 (dois milhões, trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Os recursos financeiros destinados à execução da obra serão provenientes do Convênio firmado com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, bem como de contrapartida financeira do Município de Heliópolis/BA, conforme previsão constante no Plano de Trabalho e demais documentos vinculados ao convênio.

O montante estimado reflete:

- Os custos diretos e indiretos dos serviços de engenharia previstos;
- A utilização de referenciais oficiais de preços atualizados;
- A aplicação de BDI conforme metodologia técnica consolidada;
- A compatibilidade com os projetos aprovados e com o escopo pactuado no convênio;
- A adequação aos parâmetros de mercado e às exigências legais vigentes.

A presente estimativa constitui parâmetro para análise de aceitabilidade das propostas na fase licitatória, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

economicidade, transparência, rastreabilidade e aderência ao planejamento da Administração Pública.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII)

A solução mais adequada para atendimento da demanda identificada consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução integral da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, conforme projetos de engenharia, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas aprovadas no âmbito do Convênio nº 082/2026 firmado com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

A opção pela execução integral da obra por empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, apresenta-se como a alternativa tecnicamente mais eficiente, segura e economicamente vantajosa para a Administração Pública, por concentrar em uma única contratada a responsabilidade pela execução completa do objeto, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, gestão operacional da obra, controle tecnológico dos serviços, atendimento às normas técnicas aplicáveis, observância das exigências de segurança do trabalho, acessibilidade, mobilidade urbana e cumprimento dos prazos e metas estabelecidos no cronograma físico-financeiro do convênio.

A solução proposta contempla, de forma integrada e compatibilizada, todas as etapas necessárias à completa execução do empreendimento, incluindo:

- Serviços preliminares, mobilização, desmobilização e instalação do canteiro de obras;
- Serviços de terraplenagem, regularização e compactação do subleito;
- Assentamento de meios-fios em concreto pré-moldado;
- Execução de colchão de areia e pavimentação em paralelepípedos;
- Implantação de sistema de drenagem superficial para escoamento das águas pluviais;
- Execução de passeios públicos, calçadas, rampas acessíveis e instalação de piso tátil;
- Implantação de sinalização viária horizontal e vertical;
- Execução de serviços complementares, acabamentos, limpeza final e entrega das vias em plenas condições de utilização.

Sob o ponto de vista técnico-operacional, a solução adotada mostra-se superior a alternativas parciais ou segmentadas, uma vez que permite tratamento integrado das necessidades de infraestrutura urbana das vias contempladas, promovendo melhoria das condições de mobilidade, acessibilidade, drenagem, segurança viária e trafegabilidade da população beneficiada.

A implantação da pavimentação associada ao sistema de drenagem superficial contribuirá para redução dos impactos decorrentes da ausência de infraestrutura adequada, especialmente formação de lama, erosões, acúmulo de águas pluviais e emissão excessiva de poeira, proporcionando melhoria das condições sanitárias, urbanísticas e ambientais da localidade.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Adicionalmente, a execução integrada dos serviços de acessibilidade e sinalização viária garantirá melhores condições de circulação e segurança para pedestres, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e usuários das vias públicas, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 9050.

A solução encontra-se plenamente alinhada ao planejamento urbano e às diretrizes estabelecidas no Convênio nº 082/2026, cujo objeto consiste na execução integrada da obra de pavimentação e drenagem das vias contempladas, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos, o cumprimento das metas físicas e financeiras pactuadas e a entrega de infraestrutura urbana adequada às necessidades da população local.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta é a que melhor atende ao interesse público, conciliando viabilidade técnica, eficiência administrativa, economicidade, segurança jurídica, controle da execução e impacto social positivo, garantindo maior durabilidade, funcionalidade e sustentabilidade da infraestrutura implantada ao longo de sua vida útil.

11.1. Justificativa da Solução Escolhida.

A escolha da solução consistente na contratação de empresa especializada em engenharia para execução integral da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, revela-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e institucional, considerando a natureza integrada da intervenção, a necessidade de compatibilização entre os diversos serviços de infraestrutura urbana e o cumprimento das metas e prazos pactuados no Convênio nº 082/2026 firmado com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

Do ponto de vista técnico, a intervenção envolve serviços de engenharia interdependentes, tais como terraplenagem, regularização e compactação do subleito, assentamento de meios-fios, pavimentação em paralelepípedos, implantação de drenagem superficial, execução de calçadas acessíveis, piso tátil e sinalização viária, os quais demandam planejamento executivo integrado, coordenação técnica especializada, controle tecnológico de materiais e execução sob responsabilidade técnica formalmente assumida por profissional habilitado. Nesse contexto, não se mostra viável a execução direta pelo Município, considerando a inexistência de estrutura operacional, parque de equipamentos e quadro técnico suficientes para atendimento à complexidade, volume e padrão de qualidade exigidos pela obra.

Sob o enfoque operacional e gerencial, a contratação de uma única empresa responsável pela execução global do objeto possibilita maior controle da execução física e financeira, melhor coordenação das atividades em campo e adequada compatibilização entre as diferentes etapas da obra, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, retrabalhos, descontinuidade executiva e conflitos operacionais entre múltiplas contratadas. Tal modelo favorece maior eficiência na fiscalização contratual e melhor controle do cumprimento do cronograma físico-financeiro.

No aspecto econômico, a execução integrada do objeto proporciona ganhos de escala, racionalização de custos indiretos relacionados à mobilização, logística, administração local e gestão operacional da obra, além de maior previsibilidade financeira,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

uma vez que a definição prévia do escopo e a adoção do regime de empreitada por preço global reduzem riscos de desequilíbrios contratuais e aditivos decorrentes de falhas de interface entre serviços. Em sentido contrário, a fragmentação da contratação tenderia a elevar custos administrativos, aumentar riscos operacionais e comprometer a eficiência global do empreendimento.

Sob a perspectiva institucional e social, a solução adotada atende de forma mais eficaz ao interesse público, na medida em que viabiliza a implantação de infraestrutura urbana adequada, promovendo melhoria das condições de mobilidade, acessibilidade, tráfegabilidade, drenagem e segurança viária nas vias contempladas, além de reduzir problemas relacionados à lama, erosões, poeira excessiva e acúmulo de águas pluviais, proporcionando melhores condições de circulação e qualidade de vida à população local.

Adicionalmente, a solução contempla a implantação de dispositivos de acessibilidade e sinalização viária, garantindo melhores condições de deslocamento para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 9050.

Por fim, a solução encontra-se plenamente alinhada ao planejamento da Administração Municipal e às diretrizes estabelecidas no Convênio nº 082/2026 e no respectivo Plano de Trabalho, cujo objeto possui natureza integrada e indivisível, exigindo execução coordenada e compatibilizada, garantindo, assim, a adequada aplicação dos recursos públicos, a conformidade com os projetos aprovados e a entrega de infraestrutura urbana com adequado padrão de qualidade, durabilidade e impacto social positivo, em consonância com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX)

Com a contratação e execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, pretende-se alcançar resultados estruturais, urbanísticos, operacionais, ambientais e sociais que assegurem melhoria significativa da infraestrutura urbana e das condições de mobilidade da população beneficiada, notadamente:

- Melhoria das condições de tráfegabilidade das vias públicas, proporcionando maior segurança, conforto e mobilidade para pedestres, ciclistas e veículos;
- Implantação de infraestrutura viária adequada, mediante execução de pavimentação em paralelepípedos e sistema eficiente de drenagem superficial das águas pluviais;
- Redução dos impactos decorrentes da ausência de pavimentação, especialmente formação de lama em períodos chuvosos, emissão excessiva de poeira em períodos secos, erosões e acúmulo inadequado de águas superficiais;
- Melhoria das condições de acessibilidade urbana, com execução de calçadas, rampas acessíveis e instalação de piso tátil, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 9050;
- Ampliação da segurança viária, mediante implantação de sinalização adequada e organização das condições de circulação nas vias contempladas;
- Valorização urbanística da área beneficiada, promovendo melhores condições de habitabilidade, circulação, salubridade e qualidade de vida para a população local;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- Aumento da durabilidade e funcionalidade da infraestrutura urbana, reduzindo a necessidade de manutenções corretivas frequentes e proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos;
- Melhoria do sistema de drenagem superficial, reduzindo riscos de alagamentos, processos erosivos e deterioração precoce da pavimentação;
- Fortalecimento da infraestrutura urbana municipal, contribuindo para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de mobilidade e integração urbana do Bairro Melancia;
- Geração de impacto social positivo, mediante melhoria das condições de deslocamento da população, ampliação da segurança e valorização dos espaços públicos urbanos;
- Cumprimento das metas físicas e financeiras estabelecidas no Convênio nº 082/2026, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos, a regularidade da execução contratual e a entrega do objeto dentro dos padrões técnicos e prazos estabelecidos;
- Promoção de maior eficiência administrativa, controle da execução e segurança jurídica da contratação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)

Com vistas à correta execução do contrato e ao adequado planejamento da contratação, a Administração deverá adotar, no mínimo, as seguintes providências antes da publicação do edital e da celebração do contrato:

Providências da Administração na Fase de Planejamento

- Elaboração de Relatório Circunstanciado, contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, conforme o art. 40 da Lei nº 14.133/2021;
- Definição do Programa de Necessidades, especificando claramente as ações, serviços e entregas relativas ao projeto e à obra;
- Elaboração do Projeto Básico, com elementos suficientes para definir e dimensionar a obra, garantindo viabilidade técnica, tratamento do impacto ambiental, definição de métodos e avaliação do custo e prazos de execução, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- Elaboração do Termo de Referência, contemplando todos os elementos técnicos, metodológicos e administrativos necessários à contratação, conforme art. 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/2021;
- Aprovação formal do Projeto Básico e dos Projetos Complementares pela autoridade competente;
- Elaboração e aprovação do Edital de Licitação, com todas as regras, anexos e exigências técnicas pertinentes;
- Demais providências necessárias, relativas ao planejamento e à preparação da licitação, conforme legislação e normativos aplicáveis.

Responsabilidades da Administração durante o Processamento da Concorrência Eletrônica e Execução do Contrato

Compete à CONTRATANTE:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- Fornecer todas as informações técnicas, por meio do Projeto Básico, Projeto Executivo e seus anexos, assegurando clareza e precisão quanto à execução do objeto;
- Exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas do contrato e os termos da proposta vencedora;
- Acompanhar e fiscalizar a execução da obra, por meio de servidor designado ou comissão especialmente constituída, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021;
- Notificar formalmente a contratada sobre quaisquer irregularidades, desconformidades, atrasos ou falhas verificadas no curso da execução;
- Registrar todas as ocorrências e atos formais no processo administrativo, garantindo rastreabilidade, transparência e controle.

Obrigações da Licitante e da Contratada

As licitantes deverão observar integralmente as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, bem como as normas específicas aplicáveis à execução de obras e serviços de engenharia. Após proclamada vencedora, a CONTRATADA deverá:

- Executar o objeto contratual exatamente conforme o Termo de Referência, seus anexos e a proposta apresentada, garantindo conformidade técnica, qualidade e prazos;
- Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular, imprevisto, risco ou situação que possa comprometer a execução da obra;
- Prestar esclarecimentos e enviar informações sempre que solicitados pela CONTRATANTE, em especial aqueles relacionados às medições, cronograma, materiais, equipamentos e mão de obra;
- Observar rigorosamente as normas técnicas (ABNT) e de segurança, bem como todos os requisitos constantes do Projeto Básico e Executivo.

14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)

Para a adequada execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, consistente na obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, verifica-se a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes, na medida em que o pleno alcance dos resultados pretendidos poderá demandar articulação com instrumentos contratuais complementares e ações administrativas associadas à execução e ao acompanhamento da obra.

Consideram-se contratações correlatas aquelas que possuem relação funcional ou operacional com o objeto principal, ainda que não integrem diretamente a execução da obra, a exemplo de eventuais contratações destinadas à aquisição de materiais complementares de sinalização urbana, serviços de manutenção viária, conservação urbana, limpeza pública ou outras ações relacionadas à operação e manutenção da infraestrutura implantada após a conclusão dos serviços.

Por sua vez, caracterizam-se como contratações interdependentes aquelas cuja execução possua relação direta de dependência técnica, operacional ou temporal com o objeto principal, podendo influenciar a qualidade, funcionalidade, fiscalização ou regularidade da execução contratual. Enquadram-se nessa condição, quando aplicável, serviços técnicos de fiscalização, supervisão de obras, controle tecnológico, apoio técnico especializado,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

atualização de projetos executivos, levantamentos topográficos complementares e demais serviços auxiliares necessários ao adequado acompanhamento da execução da obra.

Registra-se que, embora a obra de pavimentação e drenagem constitua o núcleo central da contratação, sua plena efetividade dependerá da adequada coordenação entre as ações administrativas e eventuais contratações complementares necessárias à fiscalização, manutenção e operacionalização da infraestrutura implantada, evitando sobreposição de atividades, incompatibilidades técnicas, conflitos de cronograma ou duplicidade de despesas.

A Administração deverá, portanto, avaliar a necessidade de formalização de processos específicos para eventuais contratações complementares, observando planejamento prévio, disponibilidade orçamentária e compatibilidade técnica e operacional entre os instrumentos envolvidos, de modo a assegurar que, ao final da execução da obra, as vias contempladas estejam plenamente aptas ao uso, em adequadas condições de trafegabilidade, segurança, acessibilidade e funcionalidade para a população beneficiada.

15. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII)

A execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, poderá gerar impactos ambientais diretos e indiretos, típicos de intervenções de infraestrutura urbana e serviços de pavimentação em área urbanizada. Tais impactos possuem caráter predominantemente temporário, localizado e mitigável, desde que sejam adotadas medidas adequadas de controle ambiental, planejamento executivo e boas práticas de engenharia, em conformidade com o Convênio nº 082/2026, o Plano de Trabalho aprovado e as peças técnicas que integram o processo administrativo.

Impactos Ambientais Potenciais e Medidas de Prevenção e Mitigação

a) Geração de resíduos da construção civil (RCC)

A execução dos serviços de terraplenagem, regularização do subleito, assentamento de meios-fios, pavimentação e adequações de acessibilidade poderá gerar resíduos como solo excedente, restos de concreto, embalagens, areia, fragmentos de pavimentação, materiais de construção e resíduos diversos.

Medidas de mitigação:

- Segregação e acondicionamento adequado dos resíduos no canteiro e frentes de serviço;
- Destinação ambientalmente adequada, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002;
- Reaproveitamento de materiais sempre que tecnicamente viável;
- Remoção periódica de entulhos e limpeza das áreas executadas.

b) Alteração temporária do solo e interferências no entorno

As atividades de terraplenagem, escavações e regularização das vias poderão ocasionar movimentação de solo, compactação localizada e interferências temporárias na circulação urbana.

Medidas de mitigação:

- Execução controlada das escavações e movimentações de terra;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

• Recomposição e estabilização das áreas afetadas após a conclusão dos serviços;

- Proteção das áreas adjacentes contra processos erosivos e assoreamento.

c) Emissão de poeira e material particulado

Os serviços de escavação, compactação, transporte de materiais e movimentação de equipamentos poderão gerar emissão temporária de poeira.

Medidas de mitigação:

- Umidificação periódica das vias e áreas em execução;
- Cobertura de cargas durante o transporte de materiais;
- Organização e limpeza das frentes de serviço.

d) Emissão de ruídos e vibrações

O funcionamento de máquinas, equipamentos e veículos poderá ocasionar ruídos temporários durante a execução da obra.

Medidas de mitigação:

- Planejamento das atividades em horários adequados;
- Manutenção preventiva dos equipamentos;
- Utilização de máquinas em boas condições operacionais.

e) Risco de contaminação do solo e drenagem

Poderão ocorrer riscos pontuais de vazamento de combustíveis, óleos lubrificantes e outros insumos utilizados na operação dos equipamentos.

Medidas de mitigação:

- Armazenamento adequado de combustíveis e produtos químicos;
- Adoção de medidas de contenção para evitar derramamentos;
- Proibição de descarte irregular de resíduos ou substâncias contaminantes.

f) Consumo de recursos naturais

A execução da obra demandará utilização de água, energia elétrica, combustíveis e materiais de construção.

Medidas de mitigação:

- Uso racional de água e energia;
- Planejamento logístico para redução de desperdícios;
- Utilização adequada dos materiais e equipamentos empregados.

g) Interferências temporárias na mobilidade urbana

A movimentação de máquinas, caminhões e trabalhadores poderá ocasionar interferências temporárias no tráfego local e no acesso às vias contempladas.

Medidas de mitigação:

- Sinalização adequada das áreas em execução;
- Planejamento das frentes de trabalho e rotas de circulação;
- Orientação à população e controle operacional das intervenções.

2. Impactos Ambientais e Sociais Positivos Esperados

A execução da obra proporcionará impactos positivos relevantes e permanentes, dentre os quais destacam-se:

- Melhoria das condições de mobilidade e trafegabilidade urbana;
- Redução da formação de lama, poeira e processos erosivos;
- Melhoria do escoamento superficial das águas pluviais;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- Valorização urbanística das vias contempladas;
- Melhoria das condições de acessibilidade e segurança viária;
- Redução de danos à infraestrutura urbana decorrentes da ausência de pavimentação;
- Melhoria das condições sanitárias e ambientais da localidade;
- Fortalecimento da infraestrutura urbana municipal e melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.

3. Conformidade Legal, Normativa e Compromissos da Contratada

A execução da obra deverá observar, no mínimo:

- Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
 - Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - Resolução CONAMA nº 307/2002 – Resíduos da Construção Civil;
 - Normas técnicas da ABNT aplicáveis à pavimentação, drenagem e acessibilidade;
 - Legislação ambiental municipal, estadual e federal aplicável;
 - Normas de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente vigentes.
- A empresa contratada deverá, ainda:
- Adotar práticas de gestão ambiental durante toda a execução da obra;
 - Manter organização, limpeza e controle ambiental das áreas de serviço;
 - Implementar, quando necessário, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;
 - Orientar e capacitar trabalhadores quanto às boas práticas ambientais;
 - Atender às exigências da fiscalização e dos órgãos competentes.

Conclusão

Os impactos ambientais decorrentes da execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial das vias do Bairro Melancia possuem caráter predominantemente temporário, localizado e mitigável, sendo plenamente compensados pelos benefícios urbanos, ambientais e sociais permanentes proporcionados pela melhoria da infraestrutura viária, drenagem urbana, acessibilidade, segurança e qualidade de vida da população beneficiada, em consonância com os objetivos estabelecidos no Convênio nº 082/2026 firmado com a CONDER.

16. MAPA DE RISCOS

O mapa de risco da contratação será retratado no tópico abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de Concorrência Eletrônica, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos, materializando-se no mapa de risco da contratação.

FASE DE PLANEJAMENTO				
Causa Provável	Impacto	Probabilidade	Responsável pela Mitigação	Medidas Mitigadoras
Risco I: Falta de designação ou designação incorreta de responsáveis				
Ausência de portaria ou definição clara de papéis	Retrabalho e atraso	Média	Autoridade Competente	Publicar portaria; definir responsabilidades; capacitar equipe



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Risco II: Identificação incorreta da demanda (programa de necessidades)				
Falta de dados reais; ausência de validação técnica	Objeto inadequado; aditivos	Média	Setor Requisitante / Área Técnica	Reuniões técnicas; validação do programa de necessidades; vistoria prévia
Risco III: Estudos preliminares incorretos				
Informações desatualizadas; falta de vistoria	Orçamento impreciso; riscos estruturais	Média/Alta	Área de Engenharia	Revisão dos estudos; vistoria in loco; validação técnica
Risco IV: Estimativas Inadequadas de Quantitativos ou Custos				
Erro na PLQ; incorreções no SINAPI; falhas no levantamento	Propostas inexecutáveis; aditivos	Média	Área de Engenharia / Comissão Técnica	Conferência da PLQ; estimativa com base no SINAPI; revisão cruzada
Risco V: Fracasso da Licitação				
Edital restritivo; ausência de interessados; valor irreal	Atraso; risco ao Termo de Compromisso	Baixa/Média	Comissão de Licitação / Autoridade Competente	Revisão de valores; ampla publicidade; reavaliação do edital
Risco VI: Impugnação de Edital				
Falhas técnicas; exigências ilegais; inconsistências	Suspensão; retrabalho; atraso	Média	Comissão de Licitação / Jurídico	Revisão jurídica prévia; clareza das exigências; ajustes necessários

FASE DE GESTÃO CONTRATUAL E EXECUÇÃO DO OBJETO				
Causa Provável	Impacto	Probabilidade	Responsável pela Mitigação	Medidas Mitigadoras
Risco I – Execução do Objeto em Desacordo com o Contrato				
Erro técnico; descumprimento do projeto; materiais inadequados	Comprometimento da qualidade; reprovação	Média	Fiscal do Contrato / Gestor do Contrato	Fiscalização ativa; ordens de serviço; exigência de retrabalho
Risco II – Atrasos ou Baixa Produtividade				
Falta de mão de obra; logística ruim; má gestão	Atraso no cronograma; risco ao Termo de Compromisso	Média/Alta	Contratada / Gestor do Contrato	Monitoramento contínuo; exigência de correções; reuniões periódicas
Risco III – Períodos chuvosos fora da previsão				
Fatores climáticos	Paralisações;	Média	Contratada /	Planejamento com



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

extremos	retrabalho; danos estruturais		Fiscal	margens; proteção do canteiro; ações emergenciais
Risco IV – Contratação de Empresa sem capacidade técnica				
Habilitação falha; avaliação incompleta	Atrasos; falhas técnicas; risco de abandono	Baixa	Comissão de Licitação / Engenharia	Exigência rigorosa de qualificação; análise de atestados e acervos
Risco V – Execução Inadequada (Qualidade Inferior)				
Equipe não qualificada; falhas de supervisão	Patologias; irregularidade s; retrabalho	Média	Fiscal do Contrato / Contratada	Controle tecnológico; inspeções; exigência de correções
Risco VI – Falta de Pagamento a Contratada				
Falhas administrativas; atraso no repasse	Paralisação da obra; ruptura contratual	Baixa	Setor Financeiro / Gestor do Contrato / Autoridade Competente	Planejamento financeiro; medições tempestivas; controle orçamentário

O presente Mapa de Riscos visa identificar, avaliar e estabelecer medidas preventivas e corretivas para os principais riscos relacionados à contratação e execução da obra de engenharia destinada à pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, no âmbito do Convênio nº 082/2026 celebrado com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, atendendo às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fins de melhor organização e gerenciamento, os riscos foram analisados em duas etapas distintas: fase de planejamento da contratação e fase de gestão contratual e execução do objeto.

Riscos da Fase de Planejamento

Na fase de planejamento foram identificados riscos capazes de comprometer o adequado delineamento da contratação, a elaboração dos documentos técnicos e a conformidade da obra com as exigências do convênio e das normas aplicáveis.

- Um dos riscos identificados refere-se à ausência ou inadequação da designação dos responsáveis pelo planejamento da contratação, situação que pode decorrer da inexistência de formalização das atribuições da equipe técnica e administrativa. A mitigação compete à Autoridade Competente, mediante publicação de portaria específica, definição clara de responsabilidades e capacitação dos agentes envolvidos.

- Outro risco relevante consiste na identificação inadequada da demanda e das necessidades de infraestrutura urbana das vias contempladas, ocasionada por ausência de levantamentos técnicos, falhas de diagnóstico ou delimitação incorreta do escopo da pavimentação e drenagem. A mitigação compete ao Setor Requisitante e à Área Técnica, mediante realização de vistorias in loco, levantamento topográfico, compatibilização com o



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Plano de Trabalho do Convênio nº 082/2026 e validação técnica prévia das intervenções previstas.

- Identificou-se, ainda, o risco de elaboração inadequada dos Estudos Técnicos Preliminares, projetos e demais peças técnicas, decorrente de informações desatualizadas, falhas metodológicas, ausência de levantamentos de campo ou incompatibilidades entre projetos de pavimentação, drenagem, acessibilidade e sinalização viária. A mitigação deverá ser realizada pela Área de Engenharia, mediante revisão técnica, compatibilização dos projetos e conferência detalhada das soluções executivas adotadas.

- Há também o risco de estimativa inadequada dos quantitativos e custos da obra, ocasionado por erros na planilha de levantamento de quantitativos, utilização inadequada de composições de custos referenciais (SINAPI/ORSE) ou inconsistências nos levantamentos iniciais. A mitigação compete à Área Técnica e à Comissão de Planejamento, mediante revisão cruzada das planilhas, utilização de referenciais oficiais atualizados e compatibilização entre quantitativos e projetos executivos.

- Outro risco identificado é o fracasso da licitação, decorrente de exigências excessivamente restritivas, valores estimados incompatíveis com o mercado ou inadequações do edital. A mitigação caberá à Comissão de Licitação e à Autoridade Competente, mediante revisão do instrumento convocatório, adequação das exigências de habilitação ao princípio da proporcionalidade e ampla divulgação do certame.

- Destaca-se, ainda, o risco de impugnação ou judicialização do edital, causado por inconsistências técnicas, cláusulas restritivas ou incompatibilidades entre edital, Termo de Referência, projetos e demais peças técnicas. A mitigação deverá ocorrer por meio de revisão jurídica e técnica prévia do processo licitatório, padronização documental e correção tempestiva de eventuais inconsistências.

Riscos da Fase de Gestão Contratual e Execução do Objeto

Durante a execução contratual foram identificados riscos capazes de comprometer o cumprimento do cronograma, a qualidade dos serviços e a adequada aplicação dos recursos públicos vinculados ao convênio.

- Um dos principais riscos consiste na execução dos serviços em desacordo com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais, situação que pode decorrer de falhas executivas, utilização de materiais inadequados ou deficiência de supervisão da obra. A mitigação compete ao Fiscal e ao Gestor do Contrato, mediante fiscalização contínua, registros em diário de obra, emissão de notificações e exigência de correções imediatas das não conformidades identificadas.

- Outro risco relevante refere-se a atrasos na execução da obra e descumprimento do cronograma físico-financeiro, normalmente associados à má gestão operacional da contratada, insuficiência de equipes, falhas logísticas ou organização inadequada do canteiro de obras. A mitigação deverá ocorrer mediante acompanhamento sistemático do cronograma, reuniões periódicas de alinhamento, monitoramento da produtividade e aplicação das penalidades contratuais cabíveis em caso de descumprimento injustificado.

- Considera-se também o risco de interferências climáticas, especialmente em períodos chuvosos, capazes de impactar os serviços de terraplenagem, compactação e pavimentação. A mitigação deverá ser realizada pela contratada, com acompanhamento da



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

fiscalização, mediante planejamento de contingência, proteção das áreas executadas e reprogramação adequada das frentes de serviço.

- Outro risco identificado é a contratação de empresa sem capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade da obra. A mitigação caberá à Comissão de Licitação e à Área Técnica, mediante análise rigorosa da qualificação técnica, verificação de acervos profissionais, ARTs e comprovação de experiência anterior em obras similares de pavimentação e drenagem urbana.

- Há também o risco de execução inadequada dos serviços por mão de obra desqualificada ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis. A mitigação compete à contratada e à fiscalização da obra, mediante inspeções periódicas, controle tecnológico dos materiais e exigência de profissionais tecnicamente habilitados durante toda a execução contratual.

- Por fim, identificou-se o risco de atrasos nos pagamentos à contratada, decorrentes de falhas administrativas, atrasos nos repasses do convênio ou insuficiência de fluxo financeiro. A mitigação envolve o Setor Financeiro, o Gestor do Contrato e a Autoridade Competente, mediante planejamento orçamentário adequado, instrução tempestiva dos processos de medição e observância dos prazos legais e contratuais para pagamento.

Conclusão do Mapa de Riscos

O presente Mapa de Riscos apresenta visão sistematizada dos principais riscos relacionados às fases de planejamento, contratação e execução da obra de pavimentação e drenagem superficial das vias contempladas, identificando causas prováveis, responsáveis pela mitigação e medidas preventivas e corretivas aplicáveis.

O documento constitui importante instrumento de governança, planejamento, fiscalização e controle da execução contratual, contribuindo para redução de incertezas, mitigação de falhas operacionais, fortalecimento da gestão pública e adequada aplicação dos recursos vinculados ao Convênio nº 082/2026.

17. DA CONCLUSÃO

(Ref.: Lei Federal Nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII)

A execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, no âmbito do Convênio nº 082/2026 celebrado com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, configura intervenção estratégica e essencial para a melhoria da infraestrutura urbana municipal, contribuindo diretamente para a ampliação das condições de mobilidade, acessibilidade, segurança viária, drenagem urbana e qualidade de vida da população beneficiada.

O conjunto de estudos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar — abrangendo a definição da necessidade administrativa, análise das alternativas disponíveis, descrição da solução mais adequada, requisitos técnicos e operacionais, avaliação de riscos, impactos ambientais, estimativa de custos e fundamentos legais — demonstra, de forma consistente, que a solução mais adequada, viável e vantajosa para a Administração Pública consiste na contratação de empresa especializada para execução integral da obra de engenharia, sob o regime de empreitada por preço global, mediante procedimento licitatório compatível com a natureza e vulto do objeto, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

As peças técnicas de engenharia que instruem o processo administrativo — incluindo projetos de pavimentação, drenagem, acessibilidade e sinalização viária, memorial descritivo, planilha de levantamento de quantitativos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos — conferem precisão ao escopo da contratação e estabelecem parâmetros objetivos para o adequado controle, fiscalização e avaliação da execução contratual, assegurando a conformidade técnica da obra e a observância das normas da ABNT, especificações do DNIT e demais legislações aplicáveis.

A compatibilidade entre o escopo do projeto, os quantitativos estimados e o valor global previsto no Convênio nº 082/2026 evidencia a viabilidade técnica e financeira da contratação, bem como sua aderência ao planejamento orçamentário municipal e às condições pactuadas com a CONDER, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a observância do princípio da economicidade.

A análise de riscos realizada indica que os principais eventos adversos relacionados ao planejamento, à licitação e à execução da obra são passíveis de mitigação mediante adoção de mecanismos adequados de governança, fiscalização, controle técnico e gestão contratual. Da mesma forma, os impactos ambientais identificados possuem caráter predominantemente temporário, localizado e mitigável, podendo ser adequadamente controlados mediante adoção de medidas preventivas e corretivas compatíveis com a legislação ambiental vigente e com as boas práticas de engenharia.

Conclui-se, portanto, que a contratação pretendida é necessária, oportuna e plenamente justificada, representando a alternativa mais eficiente para alcance dos resultados pretendidos, especialmente a melhoria das condições de trafegabilidade, drenagem, acessibilidade, segurança e mobilidade urbana das vias contempladas, promovendo impacto social positivo e valorização da infraestrutura urbana do Bairro Melancia.

Diante do exposto, recomenda-se o prosseguimento do processo de contratação, com a adoção das providências legais e administrativas necessárias à deflagração do procedimento licitatório e posterior formalização do contrato administrativo, assegurando-se o estrito cumprimento das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, das diretrizes técnicas constantes nas peças de engenharia e das obrigações estabelecidas no Convênio nº 082/2026 celebrado com a CONDER.

Heliópolis/BA, em 21 de maio de 2026.

Raimundo de Jesus Matos
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026
ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, compreendendo a execução dos serviços de terraplenagem, regularização e compactação do subleito, assentamento de meios-fios, execução de pavimentação em paralelepípedos, implantação de sistema de drenagem superficial, calçadas, acessibilidade, sinalização viária e demais serviços complementares necessários à plena execução do empreendimento, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Projeto Básico/Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Plano de Trabalho e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo e do Convênio nº 082/2026 firmado com o Estado da Bahia.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE VIAS NO BAIRRO MELANCIA, NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS. CONFORME CONVÊNIO 082/2026 COM O ESTADO DA BAHIA	R\$ 2.361.689,75

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do art. 23 da Lei 14.133/2021, constam dos autos do Processo Administrativo nº 036/2026.

1.3. O objeto da licitação possui natureza de obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei 14.133/2021.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens encontram-se discriminados na planilha orçamentária e demais anexos que integram o processo.

1.5. A presente contratação adotará o regime de execução por empreitada por preço global, considerando a natureza integrada e indivisível dos serviços.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021.

1.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como obra de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.8. A execução do objeto compreende, de forma geral, a realização integrada e sistêmica dos serviços de engenharia necessários à completa execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, conforme detalhamento a seguir:

1.8.1. Execução de serviços preliminares, mobilização, desmobilização, instalação de canteiro de obras, locação e sinalização das áreas de intervenção;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

1.8.2. Execução de serviços de terraplenagem, regularização, conformação e compactação do subleito das vias contempladas;

1.8.3. Fornecimento e assentamento de meios-fios em concreto pré-moldado, sarjetas e demais elementos de contenção e direcionamento do escoamento superficial;

1.8.4. Execução de colchão de areia e pavimentação em paralelepípedos, conforme especificações técnicas constantes nos projetos e memoriais descritivos;

1.8.5. Implantação de sistema de drenagem superficial das águas pluviais, incluindo dispositivos necessários ao adequado escoamento e proteção da infraestrutura viária;

1.8.6. Execução de passeios públicos, calçadas, rampas acessíveis e instalação de piso tátil, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade vigentes;

1.8.7. Implantação de sinalização viária horizontal e vertical, conforme projetos e normas aplicáveis à segurança e organização do tráfego urbano;

1.8.8. Execução de serviços complementares, acabamentos, controle tecnológico, limpeza final da obra e entrega das vias em plenas condições de trafegabilidade, funcionalidade e segurança.

1.9. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos técnicos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos que compõem o processo administrativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se devidamente pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra este Termo de Referência como documento complementar.

2.2. A definição dos quantitativos necessários à execução do objeto encontra-se detalhada nas peças técnicas auxiliares de engenharia, incluindo projetos, planilha orçamentária, planilha de levantamento de quantidades, cronograma físico-financeiro e demais documentos que compõem o processo administrativo.

2.3. A presente contratação decorre da necessidade de melhoria da infraestrutura urbana do Município de Heliópolis/BA, por meio da execução de obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, visando proporcionar melhores condições de mobilidade, acessibilidade, trafegabilidade, segurança viária e escoamento das águas pluviais, conforme diretrizes estabelecidas no Convênio nº 082/2026, firmado com o Estado da Bahia, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

2.4. A solução adotada foi definida a partir de análise técnica constante do Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a viabilidade e adequação da contratação de empresa especializada para execução integral da obra, sob regime de empreitada por preço global.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, considerada sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra este Termo de Referência como documento complementar.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

3.2. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução integral da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, contemplando todas as etapas necessárias à entrega da infraestrutura urbana em plenas condições de trafegabilidade, funcionalidade, acessibilidade e segurança, conforme projetos, memoriais descritivos e demais peças técnicas integrantes do processo administrativo.

3.3. O ciclo de vida do objeto compreende as fases de planejamento, execução, entrega, operação e manutenção da infraestrutura implantada, devendo a contratada observar, durante toda a execução, as melhores práticas de engenharia, garantindo qualidade, durabilidade, desempenho, segurança viária, eficiência do sistema de drenagem superficial e facilidade de manutenção dos serviços executados.

3.4. A especificação do objeto está definida nas peças técnicas de engenharia que compõem o processo administrativo, incluindo projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos, os quais estabelecem os padrões construtivos, materiais, métodos executivos e requisitos de desempenho.

4. PRAZOS

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que haja justificativa técnica e interesse da Administração.

4.2. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei 14.133/2021, mediante justificativa devidamente fundamentada.

4.3. Os prazos de execução e de vigência contratual deverão estar compatíveis com o cronograma físico-financeiro aprovado e com as condições estabelecidas no Convênio nº 082/2026, firmado entre o Município de Heliópolis/BA e o Estado da Bahia, por intermédio da CONDER, observando-se os limites temporais, metas e obrigações pactuadas no respectivo instrumento convenial, garantindo a adequada execução e conclusão da obra dentro do período de vigência estabelecido.

4.4. Eventuais prorrogações deverão respeitar, além da legislação aplicável, as condições e limites estabelecidos no convênio e no respectivo plano de trabalho, de modo a não comprometer a execução física e financeira do objeto e a regular prestação de contas dos recursos recebidos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação deverá atender a requisitos técnicos, operacionais, normativos, de sustentabilidade, desempenho e qualidade, manutenção e garantia, fiscalização e subcontratação, conforme descrito a seguir:

Requisitos Técnicos

5.2. A execução dos serviços deverá observar integralmente:

- 5.2.1. Os projetos de engenharia, drenagem, acessibilidade e sinalização viária;
- 5.2.2. O memorial descritivo e as especificações técnicas;
- 5.2.3. A planilha orçamentária e de quantitativos;
- 5.2.4. O cronograma físico-financeiro;
- 5.2.5. As demais peças técnicas integrantes do processo administrativo;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

5.2.6. Os serviços deverão ser executados com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à perfeita execução da obra.

Requisitos Operacionais

5.3. A contratada deverá:

5.3.1. Executar os serviços conforme planejamento executivo aprovado;

5.3.2. Manter adequada organização e funcionamento das frentes de serviço e do canteiro de obras;

5.3.3. Garantir a continuidade da execução dos serviços, observando o cronograma físico-financeiro;

5.3.4. Adotar medidas destinadas à redução dos impactos à mobilidade urbana e à população local;

5.3.5. Assegurar logística adequada para fornecimento, transporte e armazenamento de materiais e equipamentos;

5.3.6. Manter sinalização adequada das áreas em execução e controle operacional das intervenções.

Requisitos Normativos

5.4. A execução deverá atender:

5.4.1. Às normas técnicas da ABNT aplicáveis às obras de pavimentação, drenagem e acessibilidade;

5.4.2. À legislação urbanística, ambiental e de mobilidade urbana aplicável;

5.4.3. Às normas regulamentadoras de segurança do trabalho;

5.4.4. Às especificações técnicas do DNIT e demais normas correlatas aplicáveis;

5.4.5. Às exigências estabelecidas no contrato administrativo e no Convênio nº 082/2026 firmado com o Estado da Bahia/CONDER.

Requisitos de Sustentabilidade

5.5. Deverão ser observadas práticas sustentáveis, tais como:

5.5.1. Uso racional de água, energia e demais recursos naturais;

5.5.2. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil;

5.5.3. Redução de desperdícios de materiais e insumos;

5.5.4. Adoção de medidas de controle de poeira, ruídos e impactos ambientais;

5.5.5. Prevenção de danos ambientais durante toda a execução da obra.

Requisitos de Desempenho e Qualidade

5.6. A obra deverá garantir:

5.6.1. Desempenho estrutural, funcionalidade e durabilidade da infraestrutura implantada;

5.6.2. Qualidade dos materiais e dos serviços executados;

5.6.3. Conformidade com os projetos, memoriais e especificações técnicas;

5.6.4. Condições adequadas de segurança viária, acessibilidade e mobilidade urbana;

5.6.5. Eficiência do sistema de drenagem superficial e adequada trafegabilidade das vias.

Requisitos de Manutenção e Garantia

5.7. A contratada deverá:

5.7.1. Entregar a obra em perfeitas condições de uso e funcionamento;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

5.7.2. Garantir os serviços executados conforme os prazos legais e contratuais aplicáveis;

5.7.3. Corrigir, sem ônus para a Administração, eventuais falhas, defeitos ou vícios identificados durante o período de garantia;

5.7.4. Responsabilizar-se pela estabilidade, segurança e qualidade dos serviços executados.

Requisitos de Fiscalização e Comprovação

5.8. A execução será acompanhada e fiscalizada pela Administração, devendo a contratada:

5.8.1. Permitir acesso irrestrito da fiscalização às áreas de execução da obra;

5.8.2. Manter diário de obra atualizado;

5.8.3. Apresentar relatórios, registros e documentos técnicos quando solicitado;

5.8.4. Submeter-se às medições, verificações e controles tecnológicos exigidos;

5.8.5. Cumprir integralmente as determinações da fiscalização contratual.

Subcontratação

5.9. Será admitida a subcontratação parcial de serviços, desde que:

5.9.1. Previamente autorizada pela Administração;

5.9.2. Restrita a parcelas acessórias e não essenciais do objeto;

5.9.3. Seja mantida a responsabilidade integral da contratada pela execução do contrato;

5.9.4. Sejam observadas as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

5.9.5. A subcontratação fique limitada à locação de máquinas, equipamentos e maquinário pesado necessários à execução da obra.

Garantia da Contratação

5.10. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal Nº 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, deverá ser recolhida pela licitante, sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei Federal Nº 14.133/2021, devendo apresentar o comprovante para ser aceito no certame, sob o risco de ser desclassificado.

5.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.12. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.13. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Instrução sobre a Vistoria Técnica

5.15. A vistoria técnica tem como finalidade possibilitar que as empresas interessadas conheçam, de forma prévia e adequada, as condições reais do local onde será executada a obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, permitindo a correta avaliação das condições de acesso, logística operacional, características das vias, interferências existentes, condições topográficas, aspectos relacionados à drenagem urbana e demais peculiaridades



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

que possam influenciar direta ou indiretamente a execução dos serviços, subsidiando, assim, a elaboração de propostas compatíveis com as exigências constantes nos projetos, memoriais descritivos e demais peças técnicas integrantes do processo administrativo.

5.15.1. A vistoria técnica não será obrigatória, sendo facultada às licitantes, nos termos do art. 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável legal ou técnico da licitante, atestando pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, inclusive quanto às características do local, acessos, interferências e condições operacionais da obra.

5.15.2. A realização da vistoria técnica permitirá à licitante avaliar, entre outros aspectos relevantes à execução contratual:

5.15.2.1. Condições de acesso às vias contempladas pela intervenção;

5.15.2.2. Logística para mobilização de equipes, equipamentos, materiais e maquinário;

5.15.2.3. Condições topográficas e operacionais das áreas de execução;

5.15.2.4. Existência de interferências físicas, redes públicas, drenagem ou obstáculos operacionais;

5.15.2.5. Disponibilidade de áreas para apoio operacional e instalação de estruturas provisórias;

5.15.2.6. Condições do entorno urbano e circulação local;

5.15.2.7. Eventuais limitações operacionais que possam impactar a execução dos serviços.

5.16. A vistoria, quando realizada, deverá ser previamente agendada junto ao setor responsável da Administração Municipal, por meio dos contatos informados no edital, observando-se os prazos estabelecidos no cronograma da licitação.

5.17. A visita técnica será acompanhada por servidor designado pela Administração, que prestará orientações gerais acerca do local da obra e registrará a presença dos representantes das empresas interessadas, vedado o fornecimento de informações que alterem, modifiquem ou substituam os documentos integrantes do processo licitatório.

5.18. Ao final da vistoria, poderá ser emitido Atestado de Vistoria Técnica para fins de comprovação da realização da visita pela licitante, quando previsto no edital.

5.19. A não realização da vistoria técnica não poderá ser utilizada como fundamento para descumprimento de obrigações contratuais ou solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de alegado desconhecimento das condições locais, devendo a licitante, em qualquer hipótese, declarar formalmente que possui pleno conhecimento das condições e exigências técnicas relacionadas à execução do objeto.

5.20. Não serão aceitas alegações posteriores, por parte da contratada, de desconhecimento das condições do local, acessos, interferências, limitações operacionais, características das vias ou quaisquer outras circunstâncias que possam impactar a execução do objeto, devendo tais fatores ser considerados na elaboração da proposta, em conformidade com o art. 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, especialmente o Acórdão nº 138/2024 – Plenário.

Do Fornecimento de Material.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

5.21. Todo o Material derivado de jazidas como PEDRAS, AREIA, entre outros deve ser fornecido com a apresentação de licenças ambientais pertinentes para a sua extração e comercialização. A não apresentação das licenças quando solicitadas, provocará a recusa desses produtos na execução dos serviços propostos.

5.22. Para efeito do cumprimento do que trata o item 5.21 acima, deverá ser apresentada a licença ambiental da jazida de origem desses produtos.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto deverá ocorrer de forma integral, contínua e planejada, abrangendo todas as etapas necessárias à execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, conforme os projetos de engenharia, memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo e do Convênio nº 082/2026 firmado com o Estado da Bahia/CONDER.

Forma de Execução

6.2. A contratada será responsável pela execução completa da obra, sob o regime de empreitada por preço global, abrangendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, logística operacional, gestão das frentes de serviço e todos os insumos necessários ao cumprimento integral do objeto.

Obrigações Técnicas da Contratada

6.3. A contratada deverá:

6.3.1. Cumprir integralmente os projetos de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação;

6.3.2. Observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT, especificações do DNIT, normas ambientais e legislações aplicáveis;

6.3.3. Adotar medidas de segurança do trabalho, controle ambiental e boas práticas de engenharia;

6.3.4. Manter responsável técnico habilitado, com emissão e manutenção da respectiva ART durante toda a execução da obra.

Etapas de Execução

6.4. As atividades deverão ser executadas em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado, observando a sequência lógica e a compatibilização entre as frentes de serviço, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:

6.4.1. Serviços Preliminares

6.4.1.1. Implantação de canteiro e instalações provisórias;

6.4.1.2. Limpeza das áreas de intervenção e preparação das vias;

6.4.1.3. Locação da obra e marcação das frentes de serviço;

6.4.1.4. Sinalização, isolamento e mobilização de equipes, equipamentos e materiais.

6.4.2. Terraplenagem e Regularização

6.4.2.1. Execução de escavações, cortes, aterros e reaterros, quando necessários;

6.4.2.2. Regularização, conformação e compactação do subleito;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

6.4.2.3. Preparação das bases necessárias à execução da pavimentação.

6.4.3. Drenagem Superficial

6.4.3.1. Execução de dispositivos de drenagem superficial;

6.4.3.2. Assentamento de meios-fios, sarjetas e elementos de escoamento;

6.4.3.3. Adequação das declividades e direcionamento das águas pluviais.

6.4.4. Pavimentação em Paralelepípedos

6.4.4.1. Execução de colchão de areia;

6.4.4.2. Assentamento de paralelepípedos;

6.4.4.3. Rejuntamento, alinhamento e compactação da pavimentação;

6.4.4.4. Acabamentos e ajustes necessários à adequada tráfegabilidade das vias.

6.4.5. Acessibilidade e Passeios

6.4.5.1. Execução de calçadas e passeios públicos;

6.4.5.2. Implantação de rampas acessíveis;

6.4.5.3. Instalação de piso tátil e demais elementos de acessibilidade.

6.4.6. Sinalização Viária

6.4.6.1. Implantação de sinalização horizontal;

6.4.6.2. Implantação de sinalização vertical;

6.4.6.3. Execução dos dispositivos necessários à segurança e organização do tráfego.

6.4.7. Serviços Complementares

6.4.7.1. Recomposição das áreas afetadas pela execução da obra;

6.4.7.2. Controle tecnológico e verificações técnicas;

6.4.7.3. Execução de acabamentos e ajustes finais;

6.4.7.4. Limpeza final e desmobilização das estruturas provisórias.

Fiscalização da Execução

6.5. A execução será acompanhada por fiscal designado pela Administração, que verificará:

6.5.1. A conformidade dos serviços com os projetos e especificações técnicas;

6.5.2. A qualidade dos materiais e serviços executados;

6.5.3. O cumprimento do cronograma físico-financeiro;

6.5.4. As condições de segurança, sinalização e controle ambiental;

6.5.5. Os registros e relatórios relacionados à execução da obra.

Controle e Registros

6.6. A contratada deverá manter diário de obra atualizado durante toda a execução;

6.7. Atender prontamente às determinações da fiscalização;

6.8. Registrar eventos relevantes relacionados à execução contratual.

Medição e Pagamento

6.9. As medições serão realizadas conforme o cronograma físico-financeiro, mediante verificação dos serviços executados, sendo pagos apenas os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização contratual.

Responsabilidades da Contratada

6.10. Compete à contratada:

6.10.1. Garantir a qualidade, estabilidade e segurança da obra;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

6.10.2. Executar os serviços conforme as especificações técnicas e normas aplicáveis;

6.10.3. Corrigir falhas, defeitos ou irregularidades sem ônus adicional para a Administração;

6.10.4. Responsabilizar-se integralmente pela obra até o recebimento definitivo;

6.10.5. Cumprir integralmente as determinações da fiscalização.

Dinâmica de Execução

6.11. A execução dos serviços deverá iniciar em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço;

6.12. A contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários à execução do objeto;

6.13. O cronograma físico-financeiro poderá ser ajustado mediante justificativa técnica e autorização da Administração, nos termos da legislação vigente.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(ais) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração – Fiscal do Contrato José Ribeiro da Silva - Engenheiro Civil CRA/BA3000116693BA

7.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

7.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Medição para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. Não produzir os resultados acordados,

8.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do instrumento não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

8.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.5. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.6. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.25.1. O prazo de validade;

8.25.2. A data da emissão;

8.25.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.25.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.25.5. O valor a pagar; e

8.25.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.27. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.33. A retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN será realizada conforme disposto no Decreto Municipal nº 286, de 30 de julho de 2025, que regulamenta a base de cálculo do referido imposto no âmbito do Município de Heliópolis/BA, especificamente para os serviços relacionados à construção civil. O recolhimento seguirá os percentuais e critérios definidos no referido Decreto, devendo o contratado observar rigorosamente as normas estabelecidas para fins de emissão de nota fiscal e recebimento dos valores devidos.

Prazo de pagamento

8.34. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária.

Forma de pagamento

8.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.39. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.40. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.41. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.42. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM EXECUÇÃO INDIRETA**.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitado por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede:

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>:

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores:

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores:

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. Deverá ser apresentado documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou administrador da pessoa jurídica, devidamente válido e legível, apto a comprovar a identidade do responsável legal pela empresa.

9.10.1. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte;

9.10.2. A ausência do documento de identificação do responsável legal **poderá** ensejar a inabilitação da licitante, quando inviabilizar a verificação da legitimidade da representação, nos termos da Tribunal de Contas da União: “A ausência do documento de identificação do responsável legal é motivo suficiente para inabilitação.” (Acórdão 3.273/2013 – Plenário).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

9.10.3. Poderão ser realizadas diligências, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para saneamento de falhas formais que não comprometam a validade jurídica do documento ou a identificação do responsável.

9.10.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso:

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta Nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943:

9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME Nº 116, de 2021), ou de sociedade simples:

9.21. Certidões negativas de falência e concordata, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

9.22. Certidão Específica (com todas as alterações e movimentações da empresa), emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação:

9.23. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação:

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

9.24.5. Dispensar o MEI da apresentação do Balanço Patrimonial. A fundamentação desta tese é a de que os MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, não possuindo Livro Diário ou Livro Caixa e a exigência de Balanço imputaria ônus excessivo ao microempresário. Ademais, estariam os MEIs desobrigados de produzir Balanço Patrimonial, conforme o § 2º do art. 1.179 do Código Civil.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

Qualificação Técnica

9.27. Apresentar prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado (s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, competentes para tanto, necessariamente em nome do licitante. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que o licitante prestou serviços correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação:

9.27.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

9.28. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

9.29. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.30. Apresentação do (s) profissional (is) abaixo indicado (s), devidamente registrado (s) no conselho profissional competente, detentor (es) de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.

9.30.1. Um Engenheiro Civil e elétrico - Serviços compatíveis com o objeto devidamente registrada do CREA:

9.30.2. Um Técnico de Segurança do Trabalho devidamente registrado no órgão competente:

9.30.3. Um Administrador devidamente registrado no órgão competente.

9.31. A natureza da relação do (s) profissional (is) com a licitante deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho: b) Certidão do Conselho Profissional: c) Contrato Social: d) Contrato de Prestação de Serviços: ou e) Termo através do qual o profissional assumirá a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

9.32. O (s) profissional (ais) indicado (s) na forma supra deverá (ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Experiência Comprovada: Atestados que comprovem a execução de obras similares de construção de pavimentação. Os atestados devem ser emitidos por órgãos públicos ou privados e acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

9.34. Comprovação de capacitação técnico-operacional, certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (art. 67, inc. II, parte inicial, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo:

9.34.1. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a complexidade técnica e a relevância financeira do objeto, ficam definidas como parcelas de maior relevância os serviços abaixo relacionados, extraídos da planilha orçamentária da obra:

I – Execução de pavimentação em paralelepípedos com rejuntamento em argamassa;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- II – Assentamento de meio-fio em concreto pré-moldado;
- III – Execução de passeio/calçada em concreto moldado in loco;
- IV – Execução de regularização e compactação de subleito para pavimentação;
- V – Execução de rampas acessíveis e/ou implantação de piso tátil;
- VI – Implantação de sinalização viária vertical.

9.34.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o licitante deverá demonstrar a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância descritas no item anterior, admitida a soma de atestados, desde que compatíveis com o objeto licitado.

9.34.3. As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto foram definidas com base na análise da planilha orçamentária da obra, considerando os grupos de serviços com maior representatividade no valor global da contratação, conforme demonstrado a seguir:

- I – Pavimentação em paralelepípedos – aproximadamente 64,45% do valor global;
- II – Execução de passeios/calçadas em concreto – aproximadamente 11,23% do valor global;
- III – Assentamento de meio-fio em concreto pré-moldado – aproximadamente 8,75% do valor global;
- IV – Serviços de aterro e regularização – aproximadamente 7,29% do valor global;
- V – Execução de acessibilidade (rampas e piso tátil) – aproximadamente 3,86% do valor global;
- VI – Sinalização viária – aproximadamente 1,60% do valor global.

9.34.4. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o licitante deverá demonstrar a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância acima indicadas, admitida a soma de atestados, desde que compatíveis com o objeto da contratação.

9.34.5. A definição das parcelas de maior relevância observou critérios técnicos e econômicos, considerando os serviços de maior complexidade e maior impacto financeiro no valor global da obra, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.35. Certidão de Acervo Operacional (CAO), prevista na Resolução 1.137/2023 do CONFEA. A capacitação técnica operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação da Certidão de Acervo Operacional (CAO), em nome da licitante, mediante apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com características semelhantes e com complexidade tecnológicas e operacionais equivalentes, ou superiores aos serviços ou parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto licitado (cf. Súmulas 24 e 30 do TCSP)⁵, constantes do projeto básico e planilhas orçamentárias, abaixo devidamente relacionados: (Inciso II do art. 67 da Lei 14.133, de 2021).

9.36. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

9.36.1. Os atestados de capacidade técnica operacionais poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.36.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.37. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Outras exigências para fins de habilitação

9.38. Deverá a empresa apresentar:

9.38.1. Cronograma Físico-Financeiro Detalhado: A contratada deve apresentar um cronograma detalhado da obra, com etapas e prazos bem definidos, garantindo que os desembolsos financeiros ocorram conforme a evolução da obra;

9.38.2. Seguro Garantia de Execução do Contrato: A empresa deve apresentar um seguro garantia para assegurar a conclusão da obra, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

9.38.4. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS): A empresa deve apresentar um plano de destinação correta dos resíduos da construção civil, conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002, incluindo estratégias de reaproveitamento e descarte sustentável;

9.38.5. Comprovação de Experiência Prévia: A empresa deve demonstrar experiência anterior em projetos similares, evidenciando sua capacidade técnica e operacional para a execução da obra;

9.38.6. Apresentação de Equipe Técnica Qualificada: É obrigatório que a empresa disponha de uma equipe técnica devidamente qualificada, incluindo profissionais habilitados nas áreas de engenharia e arquitetura, conforme as especificações do projeto;

9.38.7. Fornecimento da Documentação Necessária: Disponibilizar o projeto executivo, memoriais descritivos e demais documentos técnicos essenciais para a execução da obra. Garantir que todas as licenças e autorizações legais estejam em dia antes do início da construção.

10. GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO

10.1. Deverá ser juntado no momento da apresentação da proposta inicial, nos termos do artigo 58, da Lei nº 14.133/21, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de Pré-habilitação, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, conforme Edital, devendo apresentar o comprovante para ser aceito no certame, sob o risco de ser desclassificado.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Com base nas peças técnicas de engenharia que instruem o processo administrativo — incluindo projetos de pavimentação e drenagem, memorial descritivo, planilha de levantamento de quantitativos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro — o valor total estimado para a contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis/BA, é de **R\$ 2.361.689,75 (dois milhões,**



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

11.2. Os recursos financeiros destinados à execução do objeto serão provenientes do Convênio nº 082/2026, firmado com o Estado da Bahia, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, bem como de contrapartida financeira do Município de Heliópolis/BA, conforme previsão constante no Plano de Trabalho e demais documentos vinculados ao instrumento convenial.

11.3. A estimativa foi elaborada com base em referenciais oficiais de preços da construção civil e infraestrutura urbana, especialmente os sistemas SINAPI e ORSE, conforme metodologia adotada nas planilhas orçamentárias, contemplando custos diretos e indiretos, encargos sociais e aplicação do BDI, em conformidade com as boas práticas de engenharia e orientações dos órgãos de controle.

11.4. O valor estimado assegura a viabilidade técnica e financeira da contratação, sendo compatível com o escopo do projeto, com os quantitativos definidos nas peças técnicas e com as condições estabelecidas no Convênio nº 082/2026, garantindo a adequada cobertura dos custos necessários à execução integral da obra.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE DE RECURSO
0614 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	1.025 – Pavimentação e Recuperação de vias urbanas	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos. 17010000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres do Estado

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. Executar fielmente o objeto do contrato, observando as determinações deste Termo, do Projeto Básico e demais documentos que compõem como Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo apensado nos autos do processo.

13.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que, à critério da Prefeitura Municipal de Heliópolis-BA, se façam necessários nas obras e serviços, objeto deste Contrato, até os limites fixados no art. 125 da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021;

13.3. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou à terceira, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

13.4. Assumir inteira e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do objeto deste termo, sejam essas de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade da Prefeitura Municipal de Heliópolis-BA, relativamente a esses encargos, inclusive os que, eventualmente, advirem de prejuízos causados a terceiros;

13.5. Manter no escritório da obra o livro de ocorrência de obras, onde serão anotadas todas as ocorrências havidas na execução dos serviços, livro este que será assinado semanalmente pelo responsável técnico da Contratada e pelo Engenheiro Fiscal da Obras.

13.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições inicialmente pactuadas de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.7. Executar o objeto em estreita observância as planilhas, projetos e composições apresentadas pelo tomador e aprovadas pelo gestor financeiro do contrato de repasse.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Acompanhar, controlar e analisar a execução das obras quanto à eficiência, eficácia e a efetividade na realização dos serviços prestados.

14.2. Observar para que, durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada.

14.3. Indicar os seus representantes responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e controle do objeto deste termo;

14.4. Notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das obras, fixando prazos para as devidas correções;

14.5. Efetuar o pagamento na forma prevista nos autos do processo.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Poderão ser aplicadas, dentre outras, as seguintes sanções:

15.2.1. advertência, quando houver inexecução parcial de menor gravidade;

15.2.2. multa, nos termos definidos no contrato, aplicada sobre o valor da parcela inadimplida ou do contrato;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo previsto em lei;

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos mais graves.

15.3. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

15.4. Constituem, entre outras, hipóteses de penalidades:

15.4.1. Atraso injustificado na execução dos serviços;

15.4.2. Inexecução parcial ou total do objeto;

15.4.3. Descumprimento de obrigações contratuais ou determinações da fiscalização;

15.4.4. Execução em desacordo com os projetos e especificações técnicas;

15.4.5. Paralisação indevida da obra.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

16. SUSTENTABILIDADE

16.1. A execução do objeto deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com a legislação vigente e boas práticas da construção civil.

16.2. A contratada deverá adotar medidas que promovam:

16.2.1. Uso racional de recursos naturais, como água e energia;

16.2.2. Redução de desperdícios de materiais;

16.2.3. Reutilização e reciclagem de resíduos, quando possível;

16.2.4. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil;

16.2.5. Prevenção de impactos ambientais negativos durante a execução da obra.

16.3. Deverão ser observadas, ainda:

16.3.1. Normas ambientais aplicáveis;

16.3.2. Controle de emissão de poeira, ruídos e resíduos;

16.3.3. Proteção do entorno e das áreas adjacentes;

16.3.4. Medidas de segurança e saúde dos trabalhadores.

16.4. Sempre que viável, deverão ser priorizados materiais e soluções construtivas que contribuam para maior durabilidade, eficiência e menor impacto ambiental do empreendimento.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente, especialmente na Lei 14.133/2021, nos princípios da Administração Pública e nas normas aplicáveis à matéria.

17.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins:

17.1.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP;

17.1.2. Os projetos arquitetônicos e complementares;

17.1.3. O memorial descritivo;

17.1.4. A planilha orçamentária e de quantitativos;

17.1.5. O cronograma físico-financeiro;

17.1.6. Demais documentos técnicos do processo administrativo.

17.3. A participação na licitação implica plena ciência e aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

17.4. A contratada será responsável pela fiel execução do objeto, devendo cumprir integralmente as obrigações assumidas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

17.5. O contrato deverá ser executado em conformidade com as condições estabelecidas no Convênio nº 073/2026, firmado com o Estado da Bahia, observando-se os prazos, metas e demais obrigações pactuadas.

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Heliópolis/BA, em 21 de maio de 2026.

Raimundo de Jesus Matos
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA

EDITAL



CONTRATANTE: De um lado, o **MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS, ESTADO DA BAHIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço e Nº de CNPJ Nº 13.393.152/0001-43, com sede na José Sarney, S/N, – Centro – Heliópolis/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Exmo. Sr. José Mendonça Dantas, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade Nº ____ SSP/BA, CPF Nº _____ residente e domiciliado nesta cidade, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o N° **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual N° **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal N° **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o N° _____, RG N° _____, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica Nº CE005/2026PMH, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

[illegible]

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução será por empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo os pagamentos realizados conforme medições da execução física dos serviços, com base na planilha orçamentária integrante do contrato.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

Página 91 de 109



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$..... (..)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer formação possa (m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos:

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas:
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado:
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021:
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência:
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato:
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado:
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de 15 (Quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (Quinze) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art.93, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados:

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência:

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados:

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos:

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Nº 14.133, de 2021:

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade FISCAL E TRABALHISTA, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social:

b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União:

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado:

d) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado:

e) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF: e

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT:

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

demaís previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante:

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre:

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação:

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116):

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único):

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato:

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021:

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante:

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. A contratada deverá se responsabilizar e adotar o cumprimento das legislações ambientais.

9.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato:
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:
- c) Der causa à inexecução total do contrato:
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado:
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato:
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato:
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

1) Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias:

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20 % a 30% do valor do Contrato.

4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art.156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida:

b) As peculiaridades do caso concreto:

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes:

d) Os danos que dela provierem para o Contratante:

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas: e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitida sem lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos:

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos:

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE DE RECURSO
0614 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	1.025 – Pavimentação e Recuperação de vias urbanas	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos. 17010000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres do Estado

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, a Servidora Sr.^a *****, Matrícula Nº ****, inscrita no CPF Nº *****, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial do Município, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro de Cícero Dantas - Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Heliópolis / Bahia, XX de XXXXXXX de XXXX.

Prefeitura Municipal de Heliópolis

CNPJ Nº 13.393.152/0001-43

José Mendonça Dantas

Gestor Municipal

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026
ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS – BAHIA
Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 036/2026.
Objeto:

Prezados Senhores, segue abaixo os preços conforme solicitados:

Após a análise, da documentação da licitação em referência e de seus anexos, propomos executar, sob nossa inteira responsabilidade, o objeto desta Concorrência Eletrônica, conforme descrição abaixo:

- Que o valor Global da Proposta será de: **R\$ (Por extenso)**
- Que nos responsabilizamos pela execução dos serviços e pela fiel observância das especificações técnicas (assinada também por técnico legalmente habilitado):

A nossa Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação da proposta e o Prazo de Execução será de **xx** Meses após Ordem de Serviço (OS).

Declaramos que:

- Aceitamos as condições estipuladas na planilha anexo VIII deste Edital:
- Ter pleno conhecimento de todos os termos e condições do Edital da presente licitação e aceita, sem ressalvas, as condições nele previstas:
- Serão prestados os serviços, de acordo com as especificações constantes no edital:
- Que entre nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais não figuram empregados da Prefeitura Municipal de Heliópolis e que os mesmos estão aptos a participar desta licitação.

(Município sede da empresa), __ de _____ de _____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa
(Cargo/Função)
Doc. de Identidade Nº _____
CPF Nº _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026
ANEXO V
MODELO DE CREDENCIAL

Credencio o Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade Nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o Nº, residente à rua, Nº como meu mandatário, para representar esta empresa, podendo praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente a Concorrência Eletrônica, na forma do Edital.

Oportunamente, declaro que a nossa empresa aceita, sem ressalvas, as condições previstas no Edital.

(Município sede da empresa), __ de ____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa
(Cargo/Função)
Doc. de Identidade Nº _____
CPF Nº _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026
ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE005/2026PMH

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, (x) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

(Município sede da empresa), ____ de ____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa

(Cargo/Função)

Doc. de Identidade Nº _____

CPF Nº _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Eu....., representante da empresa, CNPJ: *****
*****, interessado em participar no Processo Licitatório, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE005/2026PMH, da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS - BAHIA**, DECLARO, sob as penas da Lei, que inexistente impedimento legal contra esta empresa que impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública.

(Município sede da empresa), ____ de ____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa

(Cargo/Função)

Doc. de Identidade Nº _____

CPF Nº _____



Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto no EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº **CE005/2026PMH**, que a empresa *****
*****,
através do Engenheiro/Arquiteto

*****, CREA/XX Nº ****, tomou conhecimento das condições atuais do local onde será executada a obra em epígrafe.



(Município sede da empresa), _____ de _____ de _____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa
(Cargo/Função)
Doc. de Identidade Nº _____
CPF Nº _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026
ANEXO IX
DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto no EDITAL, que a empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Srº (a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA que o Senhor _____, (brasileiro, maior, capaz, engenheiro civil), portador do registro Nº _____ no CREA- _____ é integrante do seu QUADRO PERMANENTE na qualidade de _____, em anexo, situação essa pela qual o mesmo aceita participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº **CE005/2026PMH**, na qualidade de Responsável Técnico.

(Município sede da empresa), ____ de ____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa
(Cargo/Função)
Doc. de Identidade Nº _____
CPF Nº _____

CONCORDO em Participar da Concorrência Eletrônica Nº **CE005/2026PMH**, na qualidade de RESPONSÁVEL TÉCNICO.

(Nome do profissional)
Registro nº _____/D – CREA- _____

Observação: Este documento deverá ser **assinado eletronicamente**, por meio de certificado digital válido (ICP-Brasil) ou outro meio de comprovação de autoria e integridade admitido pela legislação, possibilitando a verificação da sua autenticidade e veracidade.

A ausência de assinatura eletrônica válida poderá ensejar a desconsideração do documento, ressalvada a possibilidade de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026
ANEXO X
DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO TEM VÍNCULO COM O ÓRGÃO
CONTRATANTE

Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto no EDITAL, que a empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Srº (a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA para todos fins que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, bem como atender as demais vedações previstas no artigo 14 da Lei federal 14.133/21.

, ____ de _____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa
(Cargo/Função)
Doc. de Identidade Nº _____
CPF Nº _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA
CNPJ: 13.393.178/0001-91

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE005/2026PMH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026
ANEXO II - APENDICE
PROJETO BÁSICO

EDITAL



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça José Dantas de Souza, nº02, Centro, Heliópolis - Bahia

CNPJ: 13.393.178/0001-91

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão / Entidade Proponente:
MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS

CNPJ:
13.393.178/0001-91

Endereço:
PRAÇA JOSÉ DANTAS DE SOUZA, Nº 2, CENTRO.

Cidade:
HELIÓPOLIS

UF:
BA

CEP:
48.445-000

DDD/ Telefone:
(75) 99931-8308

Esfera Administrativa:
MUNICIPAL

Nome do Responsável:
JOSE MENDONÇA DANTAS

CPF
277.984.375-68

CI / Órgão Expedidor:
147893453 SSP/BA

Cargo:
PREFEITO MUNICIPAL

Função:
CHEFE DO
EXECUTIVO

Matrícula:

Endereço:
RUA JOSÉ ANTÔNIO DO ROSÁRIO, Nº 85, CENTRO, HELIÓPOLIS, BAHIA.

CEP:
48.445-000

2 – OUTROS PARTICIPANTES

Nome:

CNPJ/CPF:

Esfera Administrativa:

Endereço:

CEP:

3 - RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome
JOSÉ RIBEIRO DA SILVA

Título profissional
ENGENHEIRO CIVIL

Número de registro profissional
3000116693

4 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

OBJETO:

Pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis, Bahia.

Período de Vigência

Início
ABRIL/2026

Término
FEV/2027

DETALHAMENTO DO OBJETO:

Pavimentação e drenagem da Rua Alex Bruno Nascimento Andrade, Rua Pedro Francisco, Rua Jacônias Ferreira do Nascimento, Rua Antônio Serafim Correia de Andrade, Av. Felizmina Pereira Souza Santos, Av. Anízio Barbosa de Andrade, Rua Ângelo Reis Bittencourt, Av. João Souza Sobrinho e Rua Aluísio Correia da Silva, no Bairro Melancia, em Heliópolis-BA, contemplando os serviços de execução de pavimento em paralelepípedos, calçada, rampa de acessibilidade, piso tátil e sinalização, totalizando uma área de 17.465,23 m².

JUSTIFICATIVA:

A população das vias a serem pavimentadas enfrenta, há anos, os impactos da ausência de pavimentação, o que provoca a degradação do leito carroçável, especialmente em períodos chuvosos, quando se formam lamaçais e há acúmulo de esgoto, comprometendo a mobilidade, a acessibilidade e a segurança dos usuários. além disso, a inexistência de sistema adequado de drenagem de águas pluviais e de sinalização viária expõe os moradores a riscos sanitários e urbanos, tornando necessária a intervenção para melhoria das condições urbanísticas e da qualidade de vida no Bairro Melancia.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça José Dantas de Souza, nº02, Centro, Heliópolis - Bahia

CNPJ: 13.393.178/0001-91

5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

METAS	ETAPAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
01	01	SERVIÇOS PRELIMINARES	%	0,12	MÊS 04	MÊS 04
	02	SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM DE VIAS	%	2,03	MÊS 04	MÊS 06
	03	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	%	74,54	MÊS 04	MÊS 09
	04	CALÇADA (PASSEIO)	%	21,16	MÊS 04	MÊS 09
	05	SINALIZAÇÃO	%	1,60	MÊS 09	MÊS 09
	06	SERVIÇOS DIVERSOS	%	0,55	MÊS 09	MÊS 09

6 – PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	MUNICÍPIO	CONDER
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
1.0	DESPESA DE CAPITAL	R\$ 2.361.689,75	R\$ 50.674,75	R\$ 2.311.015,00
TOTAL GERAL		R\$ 2.361.689,75	R\$ 50.674,75	R\$ 2.311.015,00

7 - CRONOGRAMA DO CONVÊNIO

CONCEDENTE DO EXERCÍCIO: 2026/2027 PUBLICAÇÃO: 15/04/2026 VIGÊNCIA: 15/02/2027

1-Insira aqui o período do exercício 2-Insira aqui a data da publicação 3-Insira aqui a data da vigência

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1.0	PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DO PROJETO/ ORÇAMENTO	PROCESSO LICITATÓRIO		PRAZO DE APLICAÇÃO DA 1ª PARCELA		PRAZO DE APLICAÇÃO DA 2ª PARCELA
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS		
1.0	PRAZO DE APLICAÇÃO DA 2ª PARCELA	PRAZO DE APLICAÇÃO DA 3ª PARCELA	PRAZO DE APLICAÇÃO DA 3ª PARCELA	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL		
	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 1ª PARCELA		PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 2ª PARCELA	ENCERRAMENTO		

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PROPONENTE

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
01	-	R\$ 16.786,84	-	-	-	R\$ 16.856,99
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS		
01	-	R\$ 17.030,92	-	-		

CONCEDENTE

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
01	-	R\$ 765.561,63	-	-	-	R\$ 768.760,84
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS		
01	-	R\$ 776.692,53	-	-		

TOTAL

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
01	-	R\$ 782.348,47	-	-	-	R\$ 785.617,83



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça José Dantas de Souza, nº02, Centro, Heliópolis - Bahia

CNPJ: 13.393.178/0001-91

META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	
01	-	R\$ 793.723,45	-	-	

9 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, para os efeitos e sob penas da Lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual, que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas nos orçamentos da União e do Estado na forma deste Plano de Trabalho.

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA

10 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

MEMORIAL DESCRITIVO

**Pavimentação em Paralelepípedos no Bairro Melancia e Diversos Logradouros;
no Município de Heliópolis / BA.**

Responsabilidade da contratada:

Locação, Fornecimento de Insumos, Assentamento e Rejuntamento da Pavimentação a Paralelepído, construção de calçadas, sinalização vertical e limpeza das ruas pavimentadas.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

JUSTIFICATIVA

OBJETIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Heliópolis – Ba, MARÇO/2026



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O referido PROJETO a ser realizado com recursos do Governo do Estado, tem como objetivo proporcionar melhores condições de vida, mudanças essenciais e inadiáveis à população do município de Heliópolis - BA, com a execução dos serviços de pavimentação de diversas vias públicas na sede do município.

2. JUSTIFICATIVA

Nas Localidades, existem vias sem pavimentação e complementos de vias já pavimentadas em sua grande parte, que servem de acesso aos moradores para suas próprias residências e dentro de suas respectivas localidades. A dificuldade de locomoção dos moradores ocasionada pela má qualidade do piso natural que dependendo do período do ano, se torna intransitável como acúmulo de água, lixo e o crescimento de vegetação rasteira, justifica assim a urbanização dessas áreas degradadas, proporcionando mais conforto e segurança à pessoas e veículos que circulam pelo local.

3. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Este Memorial Descritivo tem por objetivo complementar o desenho relativo ao projeto da **Pavimentação em Paralelepípedos no Bairro Melancia e Diversos Logradouros; no Município de Heliópolis / BA.**

4. PROJETO

Alterações na obra (desconformidade com o projeto) só serão permitidas por meio de aviso prévio ao engenheiro responsável pelo projeto e ao fiscal da obra, qualquer item executado diverso ao projetado sem autorização incluindo defeitos (substituição, reparos ou mesmo refazer o serviço) acarretará em custos adicionais que serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora do processo licitatório.

A execução de todos os serviços deverá atender as determinações de projeto, recomendações dos fabricantes, normas da ABNT e da Segurança no Trânsito e no Trabalho, levando-se em conta o cumprimento do cronograma e programação dos trabalhos preestabelecidos.



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

Para fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento das obras a CONTRATADA deverá manter na obra pessoal técnico habilitado e obriga-se a prestar toda assistência técnica e administrativa, com a finalidade de imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais.

Para as obras e serviços a CONTRATADA fornecerá e conservará no canteiro de obras, os equipamentos mecânicos e ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos, todos os materiais necessários e mão-de-obra adequada à natureza dos serviços de modo a assegurar a formação de equipes homogêneas e idôneas, compostas de número suficiente de operários, mestres e encarregados, assegurando, assim, o progresso satisfatório da obra.

No canteiro de obras deverá ser mantido pela CONTRATADA um livro de ocorrências por ela fornecido, onde a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA farão anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão de obra, início e término de cada etapa da obra, etc.

Deve haver sempre no local da obra, quando da ausência do responsável por seu andamento, um substituto com poderes suficientes para representá-lo na administração da mesma e nas relações com a Fiscalização. A indicação desse preposto deve ser feita à Fiscalização e por ela aprovada.

5. INSTALAÇÃO DA OBRA

Ficam a cargo exclusivo da Construtora todas as providências, documentação e despesas correspondentes às instalações provisórias da obra, compreendendo o maquinário e ferramentas necessárias à execução dos serviços contratados.

6. LOCAÇÕES:

Este serviço consiste na marcação topográfica dos trechos a serem executados, locando todos os elementos necessários à execução, constantes no projeto. Deverá prever a utilização de equipamentos topográficos ou outros equipamentos adequados para uma perfeita marcação dos projetos e greides, bem como para a locação e execução dos serviços de acordo com as locações e os níveis estabelecidos nos projetos.



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

7. DRENAGEM SUPERFICIAL

7.1 INTRODUÇÃO

A área em estudo é destinada a atender a população carente.

Este trabalho tem por objetivo apresentar a nível de projeto básico, o sistema de drenagem de águas pluviais superficial, disciplinando-as e conduzindo-as até os pontos de deságue, de uma forma ordenada disciplinando as águas para evitar erosões.

A adoção da drenagem superficial ao invés de profunda além de ser menos onerosa, beneficia maior quantidade de pessoas atendidas com pavimento. Conforme mostra o dimensionamento do escoamento por esta via, a capacidade dela supera a vazão escoada.

7.2 CONCEPÇÃO DO SISTEMA

Do que foi acima descrito, nasceu a concepção de projeto, qual seja:

- a) Fazer fluir o deflúvio, tanto quanto possível, pela superfície
- b) Dominar o seu escoamento, qualquer que seja a grandeza do filete hídrico, conduzindo-o em estrutura (de dissipação, se necessário), para o coletor de cota mais baixa, sucessivamente;
- c) Captar as águas através de calhas, descidas de água até o córrego lateral conforme indicado em planta
- d) Orientar as declividades transversais da rua e estacionamentos de forma a melhor direcionar o fluxo da água.

7.3 ELEMENTOS DE CÁLCULO

Os parâmetros, expressões e procedimentos utilizados, estão em consonância com a metodologia devidamente consagrada para esta especialidade.

Método Utilizado

Os deflúvios foram avaliados pelo Método Racional, o qual considera que a vazão máxima, proveniente de uma chuva de intensidade uniforme, ocorre quando toda a bacia passa a contribuir para a seção em estudo, e que ainda neste momento permaneça chovendo.



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

A sua expressão é:

$$Q = cd \text{ C.I.A. (l/s)}$$

Onde:

Q = vazão em l/s (em cada seção)

cd = coeficiente de dispersão (para bacias maiores que 50 Hac)

C = coeficiente de escoamento superficial=0.60

I = intensidade da chuva (l/s xha)

A = área contribuinte (Ha).

Parâmetros do Projeto

Tempo de concentração

Foi considerado como o tempo necessário de precipitação para que toda bacia passe a contribuir para a seção em estudo.

Para se obter a vazão de pico nesta seção faz-se, TC = tempo de duração da precipitação.

Compõe-se de duas parcelas:

01 - Tempo de entrada

02 - Tempo de Escoamento

Tempo de Entrada - foi adotado em função dos seguintes parâmetros:

- a) Declividade entre o divisor de água e a primeira área de entrada;
- b) Superfície por onde se escoará a água, até atingir o sistema;

É usual tomar-se para estimativa de tempo de entrada, 10 min

Tempo de Escoamento - tempo que uma partícula de água leva para atingir a seção em estudo da bacia, partindo do ponto mais distante.



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

Pela expressão de George Ribeiro, temos:

$$TS = \frac{16 \times L}{(1,50 - 0,2PI) (100Im)^{0,04}}$$

Onde:

TS = tempo de escoamento

(min) L = distância máxima

em Km

PI = percentagem da área com cobertura vegetal (adotamos PI =

20%) Im = declividade da distância máxima (m/m)

Assim, $T_c = T_s + 10$

(min) T_c adotado = 12

min

Período de retorno

O tempo de recorrência, em anos, (T_r) de uma precipitação de determinada intensidade é o tempo em que esta precipitação é igualada ou superada pelo menos uma vez. Em drenagem urbana convencionou-se adotar $T_r = 5$ anos para áreas urbanas.

Coefficiente de escoamento superficial (C)

É a relação entre a parcela de água que escoar pela superfície da bacia (vazão máxima na seção em estudo) durante a T_c e a intensidade da precipitação.

Adotamos a expressão de Honer:

$$C = 0,364 \log T_c + 0,0042p_2 - 0,145$$

Onde:

T_c = tempo de concentração

p_2 = percentagem da área que será impermeabilizada ($p_2 = 80\%$)



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

Pluviometria

Fórmula geral para determinação de I.

A principal forma de caracterização de chuvas intensas é por meio da equação de intensidade, duração e frequência da precipitação, representada por:

$$I_m = \frac{K T^a}{(t+b)^c}$$

Foi adotado o software da PLÚVIO 2.1 para obtermos a intensidade média de precipitação em mm/h

T=Período de retorno em anos=5 anos

t=Duração da precipitação em minutos=10 min

PARÂMETROS RELATIVOS À LOCALIDADE:

anexo K= 5.957,451

a=0,227

b=46,724

c=1,056

Logo: $I_m = 120,71 \text{ mm/h}$ $I_s = 335,31 \text{ L/s x Ha}$

Sendo $T_r = 10$ anos e considerando que $0,36 \text{ mm/h x Ha} = 1.00 \text{ L/s x Ha}$,

7.4 DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

Cálculo da capacidade superficial das ruas.

Cálculo da capacidade de escoamento superficial de cada trecho das vias.

Foram empregadas a fórmula de KUTTER, por ele próprio simplificada, e a equação da continuidade:

$$V = C \sqrt{R_h \times I} \text{ (m/s)} \text{ e } C = \frac{100}{\left(1 + \frac{R_h}{\sqrt{R_h}}\right)}$$



Prefeitura Municipal de Heliópolis

CNPJ: 13.393.178/0001-91

Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba

(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

$$Q = s \times V \text{ (l/s)}$$

$$Q = \text{vazão (l/s)}$$

I = declividade do trecho da via (m/m)

S = seção molhada de uma sarjeta (m²)

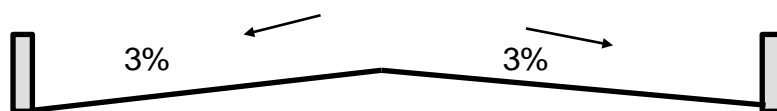
Rh = raio hidráulico (m)

m = coeficiente de rugosidade (KUTTER)

- Para via pavimentada = 0,35

- Para via não pavimentada = 1,0

Admitiu-se para o cálculo da capacidade das ruas com seção transversal de L=1.00 m de largura molhada e declividade transversal para um lado de 3%.



Considerou-se ainda, para as ruas, meio-fio em concreto e pavimento em paralelepípedo.

Para todas as ruas a capacidade de escoamento da via é superior a vazão a escoar e as velocidades de escoamento estão dentro dos limites da velocidade admissível (0,5 m/s até 4,5m/s).

Foram tomados os parâmetros e coeficientes já vistos, determinadas as seções através da expressão de MANNING e verificada a capacidade pela equação da continuidade.

$$V = \frac{R_h^{2/3} \times I^{1/2}}{n}$$

$$Q = S \times V$$

Para o coeficiente de rugosidade “n”, foram considerados os seguintes valores:

- Paralelepípedo: n = 0,014

Quanto à velocidade, foram considerados os limites.

Dimensões das calhas -Sarjetas





Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

8. TERRAPLENAGEM E REGULARIZAÇÃO DE SUBLEITO

Os serviços de terraplenagem, serão executados compreendendo a todo movimento de terra em corte e aterro com altura média de 20cm, até deixar o greide sem saliência e reentrâncias, ficando aptos a receber o colchão de areia.

9. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE MEIOS-FIOS

Caberá a contratada o fornecimento e assentamento de meios-fios, onde, deverá abrir uma vala ao longo do bordo do sub-leito preparado, de acordo com o projeto, conforme alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas. Uma vez concluída a escavação da vala, o fundo da mesma deverá ser regularizado e apiloado. Os recalques produzidos pelo apiloamento serão corrigidos através da colocação de uma camada do próprio material escavado, devidamente apiloada, em operações contínuas, até chegar ao nível desejado.

Acompanhando o alinhamento previsto no projeto, as guias serão colocadas dentro das valas, de modo que a face que não apresente falhas nem depressões seja colocada para cima.

Os meios-fios deverão ter suas juntas tomadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

O material de sobras deverá ser retirado na mesma, ao lado do meio-fio já assentado e devidamente apiloado, logo que fique concluída a colocação das referidas peças.

O alinhamento e perfil das guias deverão ser verificados antes do início do calçamento. Os desvios não poderão ser superiores a 20mm, em relação ao alinhamento e perfil projetados. As guias (meios-fios), depois de assentadas, niveladas e rejuntadas serão aterradas e escoradas com material de boa qualidade, de preferência piçarra.

As guias de contorno (meio fio) deverão ser em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura),



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

deverão obedecer às especificações gerais do material usada para confecção dos paralelepípedos.

10. PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO COLCHÃO DE AREIA

O colchão de área deverá ser executado pela Contratada, na altura mínima de 20,00 cm para recebimento do Paralelepípedo sob a superfície depois de executado o aterro. O colchão de Areia será executado simplesmente para assentamento das pedras e não deverá ser executado com a função de conformar geometricamente nem de elevar o greide da via.

PAVIMENTAÇÃO

Logo após concluir todo serviço de terraplenagem, regularização, assentamento de meios-fios e colchão de areia, A contratada fará a locação dos serviços de base da base de areia e determinados os pontos de níveis (cotas) nas linhas d'água e eixo da rua, dando início os serviços de assentamento de paralelepípedo, normalmente ao eixo da pista e obedecendo ao abaulamento estabelecido no projeto.

As juntas de cada fiada deverão ser alternadas com relação às duas fiadas vizinhas, de modo que cada junta fique defronte a paralelepípedos adjacentes, dentro do seu terço médio. Os paralelepípedos, durante a execução dos serviços, deverão, de preferência, serem depositados à margem da pista. Na impossibilidade dessa solução ser adotada, os mesmos poderão ser colocados sobre o subleito já preparado, desde que seja feita a sua distribuição em fileiras longitudinais interrompidas a cada 2,5cm, para a localização das linhas de referência para o assentamento.

As linhas de referência para o assentamento consistem na cravação de ponteiros de aço, ao longo do eixo da pista, afastados entre si, não mais de 10m.

Com o auxílio de régua e nível de pedreiro, ou nível de mangueira, marcase nestas ponteiros uma cota tal que, referida ao nível do meio-fio, da seção transversal correspondente ao abaulamento ou superelevação estabelecida pelo projeto. Em seguida distende-se fortemente um cordel pelas marcas das ponteiros



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

às guias, normalmente ao eixo da pista. Entre o eixo e a guia (meio-fio) outros cordéis transversais com espalhamento não superior a 2,50m (através de ponteiros auxiliares).

Assentamento em trechos retos: concluída a rede de cordéis, principia-se o assentamento de primeira fileira, normal ao eixo. As linhas seguintes serão executadas através dos processos normalmente utilizados para tal serviço. Os 02 (dois) últimos paralelepípedos antes de encostar no meio-fio, serão assentados com maior dimensão (comprimento) paralela ao eixo longitudinal do pavimento, formando a linha d'água para o escoamento de águas pluviais. Todos os detalhes construtivos de tais serviços serão detalhados no projeto.

O espaçamento entre os paralelepípedos, em qualquer situação, não deverá ser superior a 2,00cm.

Os detalhes construtivos para a execução da pavimentação com paralelepípedos em alargamento para estacionamentos, curvas, cruzamentos esconsos e entroncamentos retos serão detalhados no projeto.

REJUNTAMENTO:

A empresa contratada, deverá executar o rejuntamento dos paralelepípedos, logo que seja terminado o seu assentamento. O intervalo entre uma e outra operação fica a critério da fiscalização que, entretanto, deverá acompanhar de perto o assentamento, principalmente, em regiões chuvosas ou sujeitas a outras causas que possam danificar o calçamento já assentado, porém, ainda não fixado e protegido pelo rejuntamento.

O procedimento se é feito, espalhando-se inicialmente uma camada de argamassa com cimento e areia grossa no traço 1:3 sobre o pavimento por meio de vassouras adequadas, força-se à penetração desse material até preencher as juntas dos paralelepípedos.

11. REMOÇÃO DAS CALÇADAS EXISTENTES

As calçadas existentes serão inteiramente removidas, com a finalidade de adequação ao projeto, principalmente na questão dos desníveis, para que haja



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

acessibilidade no perímetro das ruas. Este serviço fica a encargo do contratada, inclusive com a destinação final dos resíduos gerados.

12. EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA)

Características: Concreto fck = 20 Mpa, traço 1:2,7:3 (cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400L, com espessura média de 6,0cm.

Sarrafo de madeira não aparelhada 2,5 x 10 cm, Maçaranduba, Angelim ou equivalente da região Peça de madeira nativa/regional 2,5 x 7,0 cm (sarrafo para forma)

Execução: Sobre a camada granular devidamente nivelada e regularizada, montam-se as fôrmas que servem para conter e dar forma ao concreto a ser lançado;

Finalizada a etapa anterior é feito o lançamento, espalhamento, sarrafeamento e desempenho do concreto;

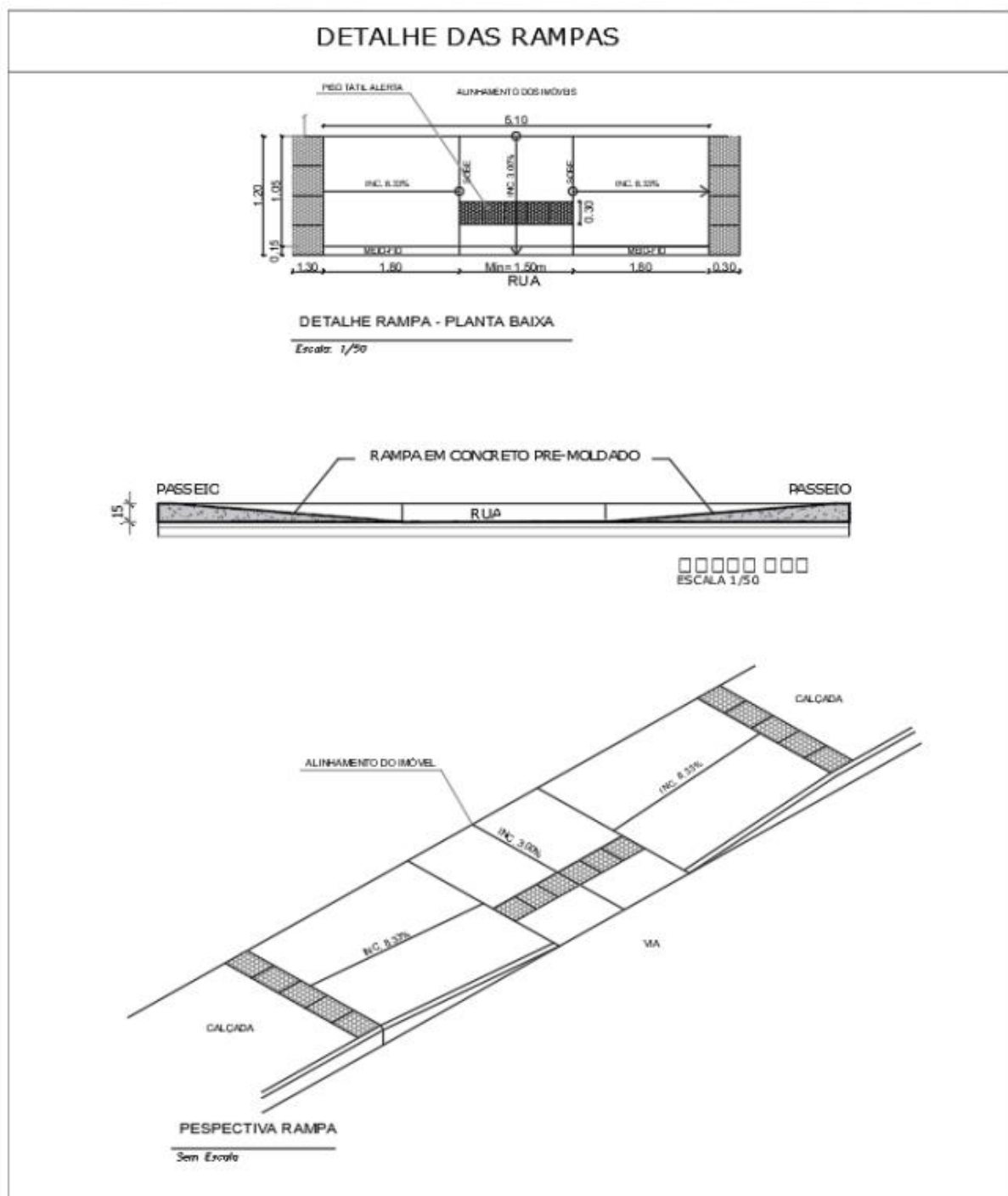
Para aumentar a rugosidade do pavimento, fazer uma textura superficial por meio de vassouras, aplicadas transversalmente ao eixo da pista com o concreto ainda fresco. Por último, são feitas as juntas de dilatação. A execução de juntas ocorre a cada 2m.

RAMPA DE ACESSIBILIDADE

Serão executados rebaixamentos em formato retangular, nas calçadas para acesso de Pessoas com Necessidades Especiais à faixa de pedestres, conforme indicado em projeto. Os rebaixamentos deverão ser construídos na direção do fluxo da travessia de pedestres com largura mínima de 1,50m com um rebaixamento menor que 3% no sentido da via pública, e inclinações laterais igual 1,80m de cada lado com uma inclinação de 8,33%.. As rampas laterais de acesso ao rebaixamento deverão ter inclinação máxima de 8,33%. Deverá ser instalado piso tátil (de alerta e direcional) com lajotas de concreto, nas dimensões de 0,30x0,30m, espessura de 2,5 cm, embutidas em mesmo nível sobre o piso de concreto, conforme especificação em projeto e NBR 9050/2015.



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com



Piso Tátil:

Serão executados a instalação do revestimento de piso tátil de alerta, de concreto, nas cabeceiras das rampas, visto que, a composição utilizada só prevê nas áreas centrais da referidas rampas. O piso tátil de alerta de concreto deverá



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

ter as dimensões de 30,0 x 30,0 x 2,5 cm (largura x comprimento x espessura), na cor natural. Para o assentamento do piso tátil será utilizado argamassa cimento e areia. Após o assentamento e a secagem da argamassa deverá ser espalhada uma camada de areia peneirada para travamento lateral do piso.

13. PINTURA DE MEIO FIO

Consiste na execução de uma pintura com tinta à base de “CAL” sobre o meio fio. A pintura do meio fio deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado. Os serviços de pintura serão medidos por m linear assentado meio fio.

14. SERVIÇOS FINAIS

SINALIZAÇÃO VERTICAL

A sinalização vertical é um subitem da sinalização viária, que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas.

A sinalização vertical tem a finalidade de fornecer informações que permitam aos usuários das vias adotarem comportamentos adequados, de modo a aumentar a segurança, ordenar os fluxos de tráfego e orientar os usuários da via, como também, a identificação de logradouros,

A sinalização vertical é classificada segundo sua função, que pode ser de:

- Regular as obrigações, limitações, proibições ou restrições que governam o uso da via;
- Advertir os condutores sobre condições com potencial de risco existentes na via ou nas suas proximidades, tais como escolas e passagens de pedestres;
- Indicar direções, localizações, pontos de interesse turístico ou de serviços e transmitir mensagens educativas, dentre outras, de maneira a ajudar o condutor em seu deslocamento.



Prefeitura Municipal de Heliópolis
CNPJ: 13.393.178/0001-91
Praça José Dantas de Souza - Centro - Heliópolis / Ba
(75) 3593-2180 / licitacao.heliopolis@gmail.com

Os sinais possuem formas padronizadas, associadas ao tipo de mensagem que pretendem transmitir (regulamentação, advertência ou indicação).

PLACA DE INAUGURAÇÃO DA OBRA

A CONTRATADA, deverá fornecer e instalar uma placa em alumínio ou bronze em um marco inaugural com **modelo e execução do MUNICÍPIO**, em local a ser definido pela FISCALIZAÇÃO, com dizeres em alto relevo, nas dimensões mínimas de 0,80x0,60m e padrões definidos em concordância com os modelos utilizados pelo Governo do Estado.

LIMPEZA DE RUAS

É de responsabilidade da contratada, a execução da limpeza geral das ruas pavimentadas, retirando todo o entulho gerado durante a execução da obra para entregá-la em pleno funcionamento.

Heliópolis – BA, março/2026

.JOSÉ RIBEIRO DA SILVA
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra
PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

SINAPI - 09/2025 - Bahia
ORSE - 09/2025 - Sergipe

B.D.I.

21,35%

Encargos Sociais

Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 2.759,52	0,12 %
1.1	51	ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m²	6,00	R\$ 379,00	R\$ 459,92	R\$ 2.759,52	0,12 %
2			SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM DE VIAS					R\$ 47.908,01	2,03 %
2.1	100576	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	m²	12.508,62	R\$ 3,16	R\$ 3,83	R\$ 47.908,01	2,03 %
3			SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO					R\$ 1.760.335,22	74,54 %
3.1	2605	ORSE	Locação de serviços de pavimentação	m²	12.508,62	R\$ 1,43	R\$ 1,74	R\$ 21.765,00	0,92 %
3.2	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	4.130,51	R\$ 41,23	R\$ 50,03	R\$ 206.649,42	8,75 %
3.3	101169	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	12.508,62	R\$ 100,27	R\$ 121,68	R\$ 1.522.048,88	64,45 %
3.4	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	4.130,51	R\$ 1,97	R\$ 2,39	R\$ 9.871,92	0,42 %
4			CALÇADA (PASSEIO)					R\$ 499.714,84	21,16 %
4.1	16	ORSE	Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	m²	598,45	R\$ 27,09	R\$ 32,87	R\$ 19.671,05	0,83 %
4.2	77	ORSE	Aterro de caixão de edificação, com fornec. de areia, adensada com água	m³	583,98	R\$ 175,32	R\$ 212,75	R\$ 124.241,75	5,26 %
4.3	94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	239,64	R\$ 911,74	R\$ 1.106,40	R\$ 265.137,70	11,23 %



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra
PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO
MELÂNIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

SINAPI - 09/2025 - Bahia
ORSE - 09/2025 - Sergipe

B.D.I.

21,35%

Encargos Sociais

Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

4.4	12789	ORSE	Rampa padrão (retangular) para acesso de deficientes em passeio público, em concreto simples Fck=25MPa, desempolado, 02 demãos e piso tátil de alerta/direcional. Rev 01_07/2025	un	64,00	R\$ 1.087,54	R\$ 1.319,73	R\$ 84.462,72	3,58 %
4.5	9417	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor natural, p/deficientesvisuais, dimensões 30x30cm, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	40,32	R\$ 126,75	R\$ 153,81	R\$ 6.201,62	0,28 %
5			SINALIZAÇÃO					R\$ 37.689,32	1,60 %
5.1	4650	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dnit, largura=0,75m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50, inclusive mão de obra - Rev 01/2023	un	14,00	R\$ 627,64	R\$ 761,64	R\$ 10.662,96	0,45 %
5.2	4648	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dnit diam. = 0,75m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50, inclusive mão de obra - Rev 01/2023	un	17,00	R\$ 620,55	R\$ 753,04	R\$ 12.801,68	0,54 %
5.3	4526	ORSE	Poste de ferro galv. Ø 2", h = 2,50m com 2 placas de 20x35cm em chapa esmaltada para identificação de logradouros	un	18,00	R\$ 651,22	R\$ 790,26	R\$ 14.224,68	0,60 %
6			SERVIÇOS DIVERSOS					R\$ 13.282,84	0,56 %
6.1	3167	ORSE	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,60 x 0,80 m	un	1,00	R\$ 2.022,58	R\$ 2.454,40	R\$ 2.454,40	0,10 %
6.2	6191	ORSE	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	m²	17.465,23	R\$ 0,51	R\$ 0,62	R\$ 10.828,44	0,46 %

Total sem BDI	R\$ 1.946.151,92
Total do BDI	R\$ 415.537,83
Total Geral	R\$ 2.361.689,75

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	51	ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	Mobilização / Instalações	m²	1,0000000	379,00	379,00	
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	2,0000000	3,86	7,72	
Composição Auxiliar	10551	ORSE	Encargos Complementares - Carpinteiro	Provisórios	h	1,0000000	3,81	3,81	
Insumo	1569	ORSE	Madeira mista serrada (barrote) 6 x 6cm - 0,0036 m3/m (angelim, louro)	Material	m	4,0000000	6,69	26,76	
Insumo	6995	ORSE	Madeira mista serrada (sarrafo) 2,2 x 5,5cm - 0,00121 m³/m	Material	m	1,0000000	3,62	3,62	
Insumo	00001213/SINAPI	ORSE	Carpinteiro de formas (horista)	Mão de Obra	h	1,0000000	20,44	20,44	
Insumo	00004813/SINAPI	ORSE	Placa de obra (para construçao civil) em chapa galvanizada *n. 22*, adesivada, de *2,4 x 1,2* m (sem postes para fixacao)	Material	m²	1,0000000	285,00	285,00	
Insumo	00005075/SINAPI	ORSE	Prego de aço polido com cabeca 18 x 30 (2 3/4 x 10)	Material	kg	0,1500000	16,63	2,49	
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	2,0000000	14,58	29,16	
MO sem LS =>					49,60	LS =>	0,00	MO com LS =>	49,60
Valor do BDI =>					80,91			Valor com BDI =>	459,91

2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100576	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF 09/2024	Aterros, Bases, Sub bases e Imprimações	m²	1,0000000	3,16	3,16	
Composição Auxiliar	5901	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0010702	322,97	0,34	
Composição Auxiliar	5903	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0075450	79,82	0,60	
Composição Auxiliar	5932	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHP DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0003025	280,61	0,08	
Composição Auxiliar	5934	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHI DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0083127	122,00	1,01	
Composição Auxiliar	73436	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - CHP DIURNO. AF 02/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0025195	177,08	0,44	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0086152	24,37	0,20	
Composição Auxiliar	93244	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - CHI DIURNO. AF 02/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0060957	81,13	0,49	
MO sem LS =>					1,06	LS =>	0,00	MO com LS =>	1,06
Valor do BDI =>					0,67			Valor com BDI =>	3,83



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	2605	ORSE	Locação de serviços de pavimentação	Pavimentação em Paralelepípedo ou	m²	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	48	ORSE	Auxiliar topografia - SICRO h	Mão de Obra	h	0,0360000	21,66	0,77
Insumo	70	ORSE	Topógrafo - SICRO h	Mão de Obra	h	0,0180000	36,76	0,66
				MO sem LS =>	1,43	LS =>	0,00	MO com LS =>
				Valor do BDI =>	0,30			Valor com BDI =>
3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF 01/2024	Guias e sarjetas	M	1,0000000	41,23	41,23
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2296000	33,52	7,69
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2296000	24,37	5,59
Composição Auxiliar	88629	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF 08/2019	Argamassas	m³	0,0018000	764,21	1,37
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,0066000	139,89	0,92
Insumo	00004059	SINAPI	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	Material	M	1,0050000	25,54	25,66
				MO sem LS =>	9,41	LS =>	0,00	MO com LS =>
				Valor do BDI =>	8,80			Valor com BDI =>
3.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	101169	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020	Pavimentações Diversas - Paralelepípedos e Pedras	m²	1,0000000	100,27	100,27
Composição Auxiliar	5684	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - CHP DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0031000	174,02	0,53
Composição Auxiliar	5685	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - CHI DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,1309000	79,56	10,41
Composição Auxiliar	88260	SINAPI	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,4021000	33,34	13,40
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,4021000	24,37	9,79
Composição Auxiliar	88628	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 08/2019	Argamassas	m³	0,0204000	698,78	14,25
Insumo	00000367	SINAPI	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,1140000	141,71	16,15
Insumo	00004385	SINAPI	PARALELEPIPEDO GRANITICO OU BASALTICO, PARA PAVIMENTACAO, SEM FRETE (VARIACAO REGIONAL DE PECAS POR M2)	Material	MIL	0,0330000	1.083,06	35,74
				MO sem LS =>	22,83	LS =>	0,00	MO com LS =>
				Valor do BDI =>	21,40			Valor com BDI =>



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

3.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF 05/2021	Pintura para Pisos e para Sinalização Horizontal e Vertical	M	1,0000000	1,97	1,97		
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0370000	35,18	1,30		
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0160000	24,37	0,38		
Insumo	00011161	SINAPI	CAL HIDRATADA PARA PINTURA	Material	KG	0,1060000	2,77	0,29		
					MO sem LS =>	1,14	LS =>	0,00	MO com LS =>	1,14
					Valor do BDI =>	0,42			Valor com BDI =>	2,39

4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	16	ORSE	Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	Demolições / Remoções	m²	1,0000000	27,09	27,09		
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	1,3000000	3,86	5,01		
Composição Auxiliar	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,1300000	3,73	0,48		
Insumo	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,1300000	20,44	2,65		
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	1,3000000	14,58	18,95		
					MO sem LS =>	21,60	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,60
					Valor do BDI =>	5,78			Valor com BDI =>	32,87

4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	77	ORSE	Aterro de caixão de edificação, com fornec. de areia, adensada com água	Aterros / Reaterros / Compactações	m³	1,0000000	175,32	175,32		
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	3,0000000	3,86	11,58		
Insumo	00000366/SINAPI	ORSE	Areia fina - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	Material	m³	1,2000000	100,00	120,00		
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	3,0000000	14,58	43,74		
					MO sem LS =>	43,74	LS =>	0,00	MO com LS =>	43,74
					Valor do BDI =>	37,43			Valor com BDI =>	212,75

4.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL. NÃO ARMADO. AF 08/2022	Passeios de Concreto	m³	1,0000000	911,74	911,74
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,6268000	33,07	53,79
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,4149000	33,52	47,42
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,0417000	24,37	74,12
Composição Auxiliar	94964	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 05/2021	Produção de Concreto	m³	1,2315000	574,70	707,74
Insumo	00002692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0,0213000	6,71	0,14



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	00004509	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	3,1250000	4,88	15,25
Insumo	00004517	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	2,5000000	3,36	8,40
Insumo	00005068	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Material	KG	0,2994000	16,32	4,88
				MO sem LS =>	235,20	LS =>	0,00	MO com LS => 235,20
				Valor do BDI =>	194,65			Valor com BDI => 1.106,39

4.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	12789	ORSE	Rampa padrão (retangular) para acesso de deficientes em passeio público, em concreto simples Fck=25MPa, despolado, 02 demãos e piso tátil de alerta/direcional. Rev 01_07/2025	Pisos : Cimentados, em Concreto Simples, tipo Tech-Stone e de Alta Resistência	un	1,0000000	1.087,54	1.087,54
Composição Auxiliar	2497	ORSE	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	Escavação Manual em Área Urbana	m³	1,2240000	55,32	67,71
Composição Auxiliar	2620	ORSE	Meio-fio pré-moldado de concreto simples (0,12 x 0,30 x 1,00m), sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa de cimento e areia traço 1:3	Meios-Fios e Guias	m	3,6000000	43,78	157,60
Composição Auxiliar	3644	ORSE	Acabamento de superfície de piso de concreto com despolamento manual	Pavimentações Externas	m²	7,6500000	17,03	130,27
Composição Auxiliar	7324	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base	Azulejos e Cerâmicas	m²	1,1250000	154,68	174,01
Composição Auxiliar	77	ORSE	Aterro de caixão de edificação, com fornec. de areia, adensada com água	Aterros / Reaterros / Compactações	m³	0,4080000	175,32	71,53
Composição Auxiliar	9399	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=25 mpa, lançado e adensado	Concreto Simples	m³	0,7650000	635,85	486,42
				MO sem LS =>	344,16	LS =>	0,00	MO com LS => 344,16
				Valor do BDI =>	232,18			Valor com BDI => 1.319,72

4.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	9417	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor natural, p/deficientesvisuais, dimensões 30x30cm, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base	Azulejos e Cerâmicas	m²	1,0000000	126,75	126,75
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	1,2000000	3,86	4,63
Composição Auxiliar	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,5000000	3,73	1,86
Insumo	2540	ORSE	Rejunte colorido flexível para revestimentos cerâmicos kg	Material	kg	0,5200000	3,50	1,82
Insumo	2684	ORSE	Argamassa industrializada Votomassa AC-II, ou similar kg	Material	kg	4,0000000	1,73	6,92
Insumo	9759	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor natural, dim 30x30 cm - para deficiente visual	Material	m²	1,0500000	79,82	83,81
Insumo	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,5000000	20,44	10,22
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	1,2000000	14,58	17,49
				MO sem LS =>	27,71	LS =>	0,00	MO com LS => 27,71
				Valor do BDI =>	27,06			Valor com BDI => 153,81

5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
-----	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Composição	4650	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dnit, largura=0,75m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50, inclusive mão de obra - Rev 01/2023	Sinalização Vertical	un	1,0000000	627,64	627,64	
Insumo	4284	ORSE	Placa octogonal padrão dnit, diam= 0,75m un	Material	un	1,0000000	627,64	627,64	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	134,00			Valor com BDI =>	761,64

5.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	4648	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dnit diam. = 0,75m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50, inclusivemão de obra - Rev 01/2023	Sinalização Vertical	un	1,0000000	620,55	620,55	
Insumo	4286	ORSE	Placa circular padrão dnit diâmetro 0,75m Placa circular padrão dnit diâmetro ,75m un	Material	un	1,0000000	620,55	620,55	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	132,48			Valor com BDI =>	753,03

5.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	4526	ORSE	Poste de ferro galv. Ø 2", h = 2,50m com 2 placas de 20x35cm em chapa esmaltada para identificação de loqradouros	Sinalização Vertical	un	1,0000000	651,22	651,22	
Composição Auxiliar	799	ORSE	Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,20m	Postes Tubulares de Ferro Galvanizado	un	1,0000000	454,62	454,62	
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	0,2000000	3,86	0,77	
Composição Auxiliar	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,2000000	3,73	0,74	
Insumo	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,2000000	20,44	4,08	
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,2000000	14,58	2,91	
Insumo	00013521/SINAPI	ORSE	Placa de aço esmaltada para identificacao de rua, *45 cm x20* cm	Material	un	2,0000000	94,05	188,10	
MO sem LS =>					108,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	108,00
Valor do BDI =>					139,03			Valor com BDI =>	790,25

6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	3167	ORSE	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,60 x 0,80 m	Conversão InfoWOrca	un	1,0000000	2.022,58	2.022,58	
Composição Auxiliar	1903	ORSE	Argamassa cimento e areia traço t-1 (1:3) - 1 saco cimento 50kg / 3 padiolas areia dim. 0.35 x 0.45 x 0.23 m - Confeccção mecânica e transporte	Argamassas	m³	0,0400000	534,47	21,37	
Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	0,6000000	3,86	2,31	
Auxiliar	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,6000000	3,73	2,23	
Composição	2614	ORSE	Placa de inauguração em alumínio fundido medindo 0,60 x 0,80m	Material	un	1,0000000	1.975,67	1.975,67	
Auxiliar	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,6000000	20,44	12,26	
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,6000000	14,58	8,74	
				MO sem LS =>	23,33	LS =>	0,00	MO com LS =>	23,33
				Valor do BDI =>	431,82			Valor com BDI =>	2.454,40

6.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
-----	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Composição	6191	ORSE	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	Conversão InfoWOrca	m²	1,0000000	0,51	0,51
Composição	5073	ORSE	Transporte local com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada	Transportes	tkm	0,0626000	0,28	0,01
Auxiliar			(conservação) densidade=1,5t/m³					
Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	0,0278000	3,86	0,10
Auxiliar								
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,0278000	14,58	0,40
MO sem LS =>					0,40	LS =>	0,00	MO com LS => 0,40
Valor do BDI =>					0,10			Valor com BDI => 0,61

Composições Auxiliares

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88629	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF 08/2019	Argamassas	m³	1,0000000	764,21	764,21
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	8,5700000	24,37	208,85
Auxiliar								
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,0700000	139,89	149,68
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	482,9600000	0,84	405,68
MO sem LS =>					132,74	LS =>	0,00	MO com LS => 132,74
Valor do BDI =>					163,15			Valor com BDI => 927,36

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88628	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 08/2019	Argamassas	m³	1,0000000	698,78	698,78
Composição	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,4200000	40,92	139,94
Auxiliar								
Composição	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF 10/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,8000000	2,18	1,74
Auxiliar								
Composição	88831	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF 10/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	2,6200000	0,43	1,12
Auxiliar								
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,0700000	139,89	149,68
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	483,7000000	0,84	406,30
MO sem LS =>					113,33	LS =>	0,00	MO com LS => 113,33
Valor do BDI =>					149,18			Valor com BDI => 847,96

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	3644	ORSE	Acabamento de superfície de piso de concreto com despolamento manual	Pavimentações Externas	m²	1,0000000	17,03	17,03
Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	0,4000000	3,86	1,54
Auxiliar								
Composição	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,4000000	3,73	1,49
Auxiliar								
Insumo	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,4000000	20,44	8,17
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,4000000	14,58	5,83
MO sem LS =>					14,00	LS =>	0,00	MO com LS => 14,00



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Valor do BDI => 3,63 Valor com BDI => 20,66

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	1903	ORSE	Argamassa cimento e areia traço t-1 (1:3) - 1 saco cimento 50kg / 3 padiolas areia dim. 0.35 x 0.45 x 0.23 m - Confeccão mecânica e transporte	Argamassas	m³	1,0000000	534,47	534,47
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	4,0000000	3,86	15,44
Insumo	00000370/SINAPI	ORSE	Areia media - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	Material	m³	1,0800000	100,00	108,00
Insumo	00001379/SINAPI	ORSE	Cimento portland composto cp ii-32	Material	kg	452,2000000	0,78	352,71
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	4,0000000	14,58	58,32
				MO sem LS =>	58,32	LS =>	0,00	MO com LS => 58,32
				Valor do BDI =>	114,10			Valor com BDI => 648,57

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88831	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF 10/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	0,43	0,43
Composição Auxiliar	88826	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - DEPRECIACÃO. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,35	0,35
Composição Auxiliar	88827	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - JUROS. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,08	0,08
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS => 0,00
				Valor do BDI =>	0,09			Valor com BDI => 0,52

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF 10/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	2,18	2,18
Composição Auxiliar	88826	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - DEPRECIACÃO. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,35	0,35
Composição Auxiliar	88827	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - JUROS. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,08	0,08
Composição Auxiliar	88828	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - MANUTENCÃO. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,39	0,39
Composição Auxiliar	88829	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - MATERIAIS NA OPERACÃO. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	1,36	1,36
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS => 0,00
				Valor do BDI =>	0,46			Valor com BDI => 2,64

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
--	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Composição	88826	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - DEPRECIACÃO. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,35	0,35	
Insumo	00010535	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380 V POTENCIA 2 CV. SEM CARREGADOR	Equipamento	UN	0,0000640	5.615,00	0,35	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,07			Valor com BDI =>	0,42

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88827	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - JUROS. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00010535	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380 V POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	Equipamento	UN	0,0000148	5.615,00	0,08	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,01			Valor com BDI =>	0,09

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88828	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - MANUTENÇÃO. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,39	0,39	
Insumo	00010535	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380 V POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	Equipamento	UN	0,0000700	5.615,00	0,39	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,08			Valor com BDI =>	0,47

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88829	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 10/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	1,36	1,36	
Insumo	00002705	SINAPI	ENERGIA ELETRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	Material	KW/H	1,2500000	1,09	1,36	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,29			Valor com BDI =>	1,65

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88260	SINAPI	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	33,34	33,34
Composição Auxiliar	95328	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CALCETEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,27	0,27
Insumo	00004759	SINAPI	CALCETEIRO (HORISTA)	Parâmetros	H	1,0000000	24,10	24,10
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Mão de Obra	H	1,0000000	4,52	4,52
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	0,85	0,85
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,78	0,78
Insumo				Equipamento	H	1,0000000		



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	00043489	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,31	1,31	
				MO sem LS =>	24,37	LS =>	0,00	MO com LS =>	24,37
				Valor do BDI =>	7,11			Valor com BDI =>	40,45

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5903	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	79,82	79,82	
Composição Auxiliar	88282	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	35,05	35,05	
Composição Auxiliar	91396	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - DEPRECIAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	29,03	29,03	
Composição Auxiliar	91397	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	11,22	11,22	
Composição Auxiliar	91398	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - IMPOSTOS E SEGUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	4,52	4,52	
				MO sem LS =>	27,27	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,27
				Valor do BDI =>	17,04			Valor com BDI =>	96,86

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5901	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	322,97	322,97
Composição Auxiliar	53831	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	191,67	191,67
Composição Auxiliar	5763	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - MANUTENÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	51,48	51,48
Composição Auxiliar	88282	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	35,05	35,05
Composição Auxiliar	91396	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - DEPRECIAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	29,03	29,03



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Composição Auxiliar	91397	SINAPI	CAMINHAO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	11,22	11,22	
Composição Auxiliar	91398	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - IMPOSTOS E SEGUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	4,52	4,52	
				MO sem LS =>	27,27	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,27
				Valor do BDI =>	68,95			Valor com BDI =>	391,92

				VALOR COM BDI		VALOR COM BDI		VALOR COM BDI	
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91396	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - DEPRECIAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	29,03	29,03	
Insumo	00037736	SINAPI	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Material	UN	0,0000551	85.950,00	4,73	
Insumo	00037758	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI. NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento	UN	0,0000343	708.565,85	24,30	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	6,19			Valor com BDI =>	35,22

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91398	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - IMPOSTOS E SEGUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	4,52	4,52	
Insumo	00037736	SINAPI	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Material	UN	0,0000058	85.950,00	0,49	
Insumo	00037758	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI. NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento	UN	0,0000057	708.565,85	4,03	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,96			Valor com BDI =>	5,48

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91397	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	11,22	11,22



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	00037736	SINAPI	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORÇA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Material	UN	0,0000144	85.950,00	1,23
Insumo	00037758	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI. NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento	UN	0,0000141	708.565,85	9,99

MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>	2,39			Valor com BDI =>	13,61

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5763	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - MANUTENÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	51,48	51,48
Insumo	00037736	SINAPI	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORÇA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Material	UN	0,0000689	85.950,00	5,92
Insumo	00037758	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI. NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento	UN	0,0000643	708.565,85	45,56

MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>	10,99			Valor com BDI =>	62,47

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	53831	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	191,67	191,67
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	Material	L	32,1600000	5,96	191,67

MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>	40,92			Valor com BDI =>	232,59

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	33,07	33,07
Composição Auxiliar	95330	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE FÔRMAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,27	0,27
Insumo	00001213	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS	Mão de Obra	H	1,0000000	24,05	24,05
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	4,52	4,52
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	0,85	0,85
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043459	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,44	0,44
Insumo	00043483	SINAPI	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,43	1,43



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

MO sem LS => 24,32 LS => 0,00 MO com LS => 24,32
Valor do BDI => 7,06 Valor com BDI => 40,13

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	94964	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 05/2021	Produção de Concreto	m³	1,0000000	574,70	574,70
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,5333000	24,37	61,73
Composição Auxiliar	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,6046000	40,92	65,66
Composição Auxiliar	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF 10/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,8259000	2,18	1,80
Composição Auxiliar	88831	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF 10/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,7787000	0,43	0,33
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,7558000	139,89	105,72
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	322,9777000	0,84	271,30
Insumo	00004721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	0,5872000	116,09	68,16

MO sem LS => 92,41 LS => 0,00 MO com LS => 92,41
Valor do BDI => 122,69 Valor com BDI => 697,39

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95328	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CALCETEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,27	0,27
Insumo	00004759	SINAPI	CALCETEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0115400	24,10	0,27

MO sem LS => 0,27 LS => 0,00 MO com LS => 0,27
Valor do BDI => 0,05 Valor com BDI => 0,32

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95330	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE FÔRMAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,27	0,27
Insumo	00001213	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS	Mão de Obra	H	0,0115400	24,05	0,27

MO sem LS => 0,27 LS => 0,00 MO com LS => 0,27
Valor do BDI => 0,05 Valor com BDI => 0,32

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95347	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE CAMINHÃO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,13	0,13
Insumo	00004093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO	Mão de Obra	H	0,0050900	27,14	0,13

MO sem LS => 0,13 LS => 0,00 MO com LS => 0,13
Valor do BDI => 0,02 Valor com BDI => 0,15



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (73) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95389	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,27	0,27	
Insumo	00037666	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR	Mão de Obra	H	0,0083100	32,87	0,27	
				MO sem LS =>	0,27	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,27
				Valor do BDI =>	0,05			Valor com BDI =>	0,32
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95363	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE MOTONIVELADORA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,41	0,41	
Insumo	00004239	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	Mão de Obra	H	0,0083100	50,52	0,41	
				MO sem LS =>	0,41	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,41
				Valor do BDI =>	0,08			Valor com BDI =>	0,49
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95366	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,27	0,27	
Insumo	00004238	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	Mão de Obra	H	0,0083100	33,45	0,27	
				MO sem LS =>	0,27	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,27
				Valor do BDI =>	0,05			Valor com BDI =>	0,32
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95371	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,50	0,50	
Insumo	00004750	SINAPI	PEDREIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0212000	24,05	0,50	
				MO sem LS =>	0,50	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,50
				Valor do BDI =>	0,10			Valor com BDI =>	0,60
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95372	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PINTOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,35	0,35	
Insumo	00004783	SINAPI	PINTOR	Mão de Obra	H	0,0147600	24,05	0,35	
				MO sem LS =>	0,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,35
				Valor do BDI =>	0,07			Valor com BDI =>	0,42
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95378	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,32	0,32	
Insumo	00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	Mão de Obra	H	0,0212000	15,17	0,32	
				MO sem LS =>	0,32	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,32
				Valor do BDI =>	0,06			Valor com BDI =>	0,38
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	124	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=13,5 mpa (b1/b2), sem lançamento e adensamento	Concreto Simples	m³	1,0000000	520,66	520,66	



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	6,0000000	3,86	23,16
Auxiliar								
Insumo	00000367/SINAPI	ORSE	Areia grossa - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida,sem transporte)	Material	m³	0,9430000	101,30	95,52
Insumo	00001379/SINAPI	ORSE	Cimento portland composto cp ii-32	Material	kg	255,0000000	0,78	198,90
Insumo	00004718/SINAPI	ORSE	Pedra britada n. 2 (19 a 38 mm) posto pedreira/fornecedor, sem frete	Material	m³	0,6270000	138,48	86,82
Insumo	00004721/SINAPI	ORSE	Pedra britada n. 1 (9,5 a 19 mm) posto pedreira/fornecedor,sem frete	Material	m³	0,2090000	137,75	28,78
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	6,0000000	14,58	87,48
				MO sem LS =>	87,48	LS =>	0,00	MO com LS => 87,48
				Valor do BDI =>	111,16			Valor com BDI => 631,82

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=13,5 mpa, lançado e adensado	Alvenarias de Pedra e Concretos	m³	1,0000000	572,26	572,26
Composição	124	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=13,5 mpa (b1/b2), sem lançamento e adensamento	Concreto Simples	m³	1,0000000	520,66	520,66
Auxiliar								
Composição	7692	ORSE	Lançamento de concreto simples fabricado na obra, inclusive adensamento e acabamento em peças da superestrutura	Concreto Simples	m³	1,0000000	51,60	51,60
Auxiliar								
				MO sem LS =>	129,46	LS =>	0,00	MO com LS => 129,46
				Valor do BDI =>	122,17			Valor com BDI => 694,43

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	126	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=15 mpa, lançado e adensado	Concreto Simples	m³	1,0000000	598,86	598,86
Composição	125	ORSE	Concreto simples fck= 15 MPA (b1/b2), fabricado na obra, sem lançamento e adensamento	Concreto Simples	m³	1,0000000	547,26	547,26
Auxiliar								
Composição	7692	ORSE	Lançamento de concreto simples fabricado na obra, inclusive adensamento e acabamento em peças da superestrutura	Concreto Simples	m³	1,0000000	51,60	51,60
Auxiliar								
				MO sem LS =>	129,46	LS =>	0,00	MO com LS => 129,46
				Valor do BDI =>	127,85			Valor com BDI => 726,71

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	9399	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=25 mpa, lançado e adensado	Concreto Simples	m³	1,0000000	635,85	635,85
Composição	7692	ORSE	Lançamento de concreto simples fabricado na obra, inclusive adensamento e acabamento em peças da superestrutura	Concreto Simples	m³	1,0000000	51,60	51,60
Auxiliar								
Composição	9398	ORSE	Concreto simples fck= 25 MPA (b1/b2), fabricado na obra, sem lançamento e adensamento	Concreto Simples	m³	1,0000000	584,25	584,25
Auxiliar								
				MO sem LS =>	129,46	LS =>	0,00	MO com LS => 129,46
				Valor do BDI =>	135,75			Valor com BDI => 771,60

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	125	ORSE	Concreto simples fck= 15 MPA (b1/b2), fabricado na obra, sem lançamento e adensamento	Concreto Simples	m³	1,0000000	547,26	547,26
Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	6,0000000	3,86	23,16
Auxiliar								
Insumo	00000367/SINAPI	ORSE	Areia grossa - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida,sem transporte)	Material	m³	0,9130000	101,30	92,48
Insumo	00001379/SINAPI	ORSE	Cimento portland composto cp ii-32	Material	kg	293,0000000	0,78	228,54
Insumo	00004718/SINAPI	ORSE	Pedra britada n. 2 (19 a 38 mm) posto pedreira/fornecedor, sem frete	Material	m³	0,6270000	138,48	86,82
Insumo	00004721/SINAPI	ORSE	Pedra britada n. 1 (9,5 a 19 mm) posto pedreira/fornecedor,sem frete	Material	m³	0,2090000	137,75	28,78



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra		h	6,00000000	14,58	87,48
				MO sem LS =>	87,48	LS =>	0,00	MO com LS =>	87,48
				Valor do BDI =>	116,84			Valor com BDI =>	664,10

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	9398	ORSE	Concreto simples fck= 25 MPA (b1/b2), fabricado na obra, sem lançamento e adensamento	Concreto Simples	m³	1,00000000	584,25	584,25	
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	6,00000000	3,86	23,16	
Insumo	00000367/SINAPI	ORSE	Areia grossa - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida,sem transporte)	Material	m³	0,59000000	101,30	59,76	
Insumo	00001379/SINAPI	ORSE	Cimento portland composto cp ii-32	Material	kg	390,00000000	0,78	304,20	
Insumo	00004718/SINAPI	ORSE	Pedra britada n. 2 (19 a 38 mm) posto pedra/fornecedor, sem frete	Material	m³	0,39700000	138,48	54,97	
Insumo	00004721/SINAPI	ORSE	Pedra britada n. 1 (9,5 a 19 mm) posto pedra/fornecedor,sem frete	Material	m³	0,39700000	137,75	54,68	
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	6,00000000	14,58	87,48	
				MO sem LS =>	87,48	LS =>	0,00	MO com LS =>	87,48
				Valor do BDI =>	124,73			Valor com BDI =>	708,98

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	10555	ORSE	Encargos Complementares - Armador	Provisórios	h	1,00000000	3,70	3,70	
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	Material	un	0,10180000	14,00	1,42	
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	Material	un	0,00150000	193,04	0,28	
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	0,00080000	6,00	0,00	
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	Material	un	0,06540000	4,50	0,29	
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	0,00450000	12,54	0,05	
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	Material	un	0,00450000	205,00	0,92	
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	0,00040000	300,00	0,12	
Insumo	10585	ORSE	Arco de serra	Material	un	0,00020000	19,95	0,00	
Insumo	10586	ORSE	Torquesa	Material	un	0,00020000	39,00	0,00	
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	Material	un	0,00450000	4,81	0,02	
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	0,00180000	18,00	0,03	
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	0,10180000	5,00	0,50	
Insumo	00012892/SINAPI	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	Material	par	0,00230000	10,87	0,02	
Insumo	00012893/SINAPI	ORSE	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	Material	par	0,00080000	73,93	0,05	
Insumo	00012894/SINAPI	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	0,00020000	20,11	0,00	
Insumo	00012895/SINAPI	ORSE	Capacete de segurança aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	0,00060000	13,50	0,00	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,78			Valor com BDI =>	4,48

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	10551	ORSE	Encargos Complementares - Carpinteiro	Provisórios	h	1,00000000	3,81	3,81
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	Material	un	0,10180000	14,00	1,42
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	Material	un	0,00150000	193,04	0,28
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	0,00070000	6,00	0,00
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	Material	un	0,06540000	4,50	0,29



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	0,0045000	12,54	0,05	
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	Material	un	0,0045000	205,00	0,92	
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	0,0004000	300,00	0,12	
Insumo	10577	ORSE	Serrote 40cm	Material	un	0,0001000	36,00	0,00	
Insumo	10578	ORSE	Formão grande	Material	un	0,0002000	21,30	0,00	
Insumo	10579	ORSE	Chave de fenda chata 30 cm	Material	un	0,0002000	26,89	0,00	
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	Material	un	0,0045000	4,81	0,02	
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	0,0018000	18,00	0,03	
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	0,1018000	5,00	0,50	
Insumo	11244	ORSE	Martelo com unha	Material	un	0,0002000	39,10	0,00	
Insumo	11248	ORSE	Furadeira e Parafusadeira eletrica Bosch ou Similar profissional	Equipamento	un	0,0001000	246,00	0,02	
Insumo	11249	ORSE	Serra circular eletrica portatil	Equipamento	un	0,0001000	979,65	0,09	
Insumo	00012892/SINAPI	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	Material	par	0,0023000	10,87	0,02	
Insumo	00012893/SINAPI	ORSE	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	Material	par	0,0007000	73,93	0,05	
Insumo	00012894/SINAPI	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	0,0002000	20,11	0,00	
Insumo	00012895/SINAPI	ORSE	Capacete de seguranca aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	0,0006000	13,50	0,00	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,81			Valor com BDI =>	4,62

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	1,0000000	3,73	3,73
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	Material	un	0,1018000	14,00	1,42
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	Material	un	0,0015000	193,04	0,28
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	0,0008000	6,00	0,00
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	Material	un	0,0654000	4,50	0,29
Insumo	4174	ORSE	Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar	Material	un	0,0005000	12,90	0,00
Insumo	4722	ORSE	Colher de pedreiro	Material	un	0,0004000	18,80	0,00
Insumo	10282	ORSE	Regua de alumínio c/ 2,00m (para pedreiro)	Material	un	0,0002000	44,00	0,00
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	0,0045000	12,54	0,05
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	Material	un	0,0045000	205,00	0,92
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	0,0004000	300,00	0,12
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	Material	un	0,0045000	4,81	0,02
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	0,0018000	18,00	0,03
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	0,1018000	5,00	0,50
Insumo	10789	ORSE	Nível de bolha de madeira	Material	un	0,0002000	15,40	0,00
Insumo	10790	ORSE	Prumo de face	Material	un	0,0001000	25,95	0,00
Insumo	11243	ORSE	Martelo sem unha	Material	un	0,0001000	28,00	0,00
Insumo	11245	ORSE	Desempoladeira de madeira 12x22	Material	un	0,0007000	11,60	0,00
Insumo	11246	ORSE	Escala métrica de bambú	Material	Un	0,0007000	10,22	0,00
Insumo	11247	ORSE	Serra mármore Serra marmore	Material	un	0,0001000	319,90	0,03
Insumo	11264	ORSE	Marreta de 1/2 kg com cabo	Material	un	0,0002000	13,52	0,00
Insumo	11265	ORSE	Martelo de borracha com cabo	Material	un	0,0004000	18,75	0,00
Insumo	00012892/SINAPI	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	Material	par	0,0023000	10,87	0,02



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	00012893/SINAPI	ORSE	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	Material	par	0,0008000	73,93	0,05	
Insumo	00012894/SINAPI	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	0,0002000	20,11	0,00	
Insumo	00012895/SINAPI	ORSE	Capacete de segurança aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	0,0006000	13,50	0,00	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,79			Valor com BDI =>	4,52

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	1,0000000	3,86	3,86	
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	Material	un	0,1018000	14,00	1,42	
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	Material	un	0,0015000	193,04	0,28	
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	0,0008000	6,00	0,00	
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	Material	un	0,0941000	4,50	0,42	
Insumo	4728	ORSE	Talhadeira chata 10" Talhadeira chara 10"	Material	un	0,0003000	18,58	0,00	
Insumo	4729	ORSE	Marreta 1 kg com cabo	Material	un	0,0001000	37,80	0,00	
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	0,0045000	12,54	0,05	
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	Material	un	0,0045000	205,00	0,92	
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	0,0004000	300,00	0,12	
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	Material	un	0,0045000	4,81	0,02	
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	0,0018000	18,00	0,03	
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	0,1018000	5,00	0,50	
Insumo	10788	ORSE	Pá quadrada	Material	un	0,0002000	36,90	0,00	
Insumo	00002711/SINAPI	ORSE	Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara	Material	un	0,0002000	185,23	0,03	
Insumo	00012892/SINAPI	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	Material	par	0,0023000	10,87	0,02	
Insumo	00012893/SINAPI	ORSE	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	Material	par	0,0008000	73,93	0,05	
Insumo	00012894/SINAPI	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliéster, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	0,0002000	20,11	0,00	
Insumo	00012895/SINAPI	ORSE	Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	0,0006000	13,50	0,00	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,82			Valor com BDI =>	4,68

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	2497	ORSE	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1.50m	Escavação Manual em Área Urbana	m³	1,0000000	55,32	55,32	
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	3,0000000	3,86	11,58	
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	3,0000000	14,58	43,74	
				MO sem LS =>	43,74	LS =>	0,00	MO com LS =>	43,74
				Valor do BDI =>	11,81			Valor com BDI =>	67,13

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	7692	ORSE	Lançamento de concreto simples fabricado na obra, inclusive adensamento e acabamento em peças da superestrutura	Concreto Simples	m³	1,0000000	51,60	51,60
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	1,6200000	3,86	6,25



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Composição	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,3600000	3,73	1,34
Auxiliar								
Composição	10551	ORSE	Encargos Complementares - Carpinteiro	Provisórios	h	0,3600000	3,81	1,37
Auxiliar								
Composição	10555	ORSE	Encargos Complementares - Armador	Provisórios	h	0,1800000	3,70	0,66
Auxiliar								
Insumo	00000378/SINAPI	ORSE	Armador (horista)	Mão de Obra	h	0,1800000	20,44	3,67
Insumo	00001213/SINAPI	ORSE	Carpinteiro de formas (horista)	Mão de Obra	h	0,3600000	20,44	7,35
Insumo	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,3600000	20,44	7,35
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	1,6200000	14,58	23,61
				MO sem LS =>	41,98	LS =>	0,00	MO com LS => 41,98
				Valor do BDI =>	11,01			Valor com BDI => 62,61

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5934	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHI DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	122,00	122,00
Composição	88300	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	58,71	58,71
Auxiliar								
Composição	89228	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - DEPRECIAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	46,80	46,80
Auxiliar								
Composição	89229	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais	H	1,0000000	16,49	16,49
Auxiliar								
				MO sem LS =>	50,93	LS =>	0,00	MO com LS => 50,93
				Valor do BDI =>	26,04			Valor com BDI => 148,04

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5932	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHP DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	280,61	280,61
Composição	53849	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	83,38	83,38
Auxiliar								
Composição	5779	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - MANUTENÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	75,23	75,23
Auxiliar								
Composição	88300	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	58,71	58,71
Auxiliar								
Composição	89228	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - DEPRECIAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	46,80	46,80
Auxiliar								
Composição	89229	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais	H	1,0000000	16,49	16,49
Auxiliar								
				MO sem LS =>	50,93	LS =>	0,00	MO com LS => 50,93
				Valor do BDI =>	59,91			Valor com BDI => 340,52



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89228	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - DEPRECIAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,00000000	46,80	46,80	
Insumo	00004090	SINAPI	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13843 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M	Equipamento	UN	0,0000400	1.170.000,00	46,80	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	9.99			Valor com BDI =>	56.79

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89229	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais	H	1,00000000	16,49	16,49	
Insumo	00004090	SINAPI	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13843 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3.7 M	Equipamento	UN	0,0000141	1.170.000,00	16,49	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	3.52			Valor com BDI =>	20,01

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5779	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - MANUTENÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,00000000	75,23	75,23	
Insumo	00004090	SINAPI	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13843 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M	Equipamento	UN	0,0000643	1.170.000,00	75,23	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	16,06			Valor com BDI =>	91,29

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	53849	SINAPI	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,00000000	83,38	83,38	
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	Material	L	13,99000000	5,96	83,38	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	17,80			Valor com BDI =>	101,18

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88282	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	35,05	35,05
Composição Auxiliar	95347	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE CAMINHÃO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,00000000	0,13	0,13
Insumo	00004093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO	Mão de Obra	H	1,00000000	27,14	27,14
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,00000000	4,52	4,52
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,00000000	0,85	0,85
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,00000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,00000000	0,08	0,08
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,00000000	0,01	0,01



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 - CNPJ: 13.393.178/0001-91 - Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,89	0,89	
				MO sem LS =>	27,27	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,27
				Valor do BDI =>	7,48			Valor com BDI =>	42,53

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	2620	ORSE	Meio-fio pré-moldado de concreto simples (0,12 x 0,30 x 1,00m), sobre base deconcreto simples e rejuntado com argamassa de cimento e areia traço 1:3	Meios-Fios e Guias	m	1,0000000	43,78	43,78	
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	0,3600000	3,86	1,38	
Composição Auxiliar	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,1800000	3,73	0,67	
Composição Auxiliar	126	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=15 mpa, lançado e adensado	Concreto Simples	m³	0,0070000	598,86	4,19	
Composição Auxiliar	1903	ORSE	Argamassa cimento e areia traço t-1 (1:3) - 1 saco cimento 50kg / 3 padiolas areia dim. 0.35 x 0.45 x 0.23 m - Confecção mecânica e transporte	Argamassas	m³	0,0010000	534,47	0,53	
Insumo	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,1800000	20,44	3,67	
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,3600000	14,58	5,24	
Insumo	1611	ORSE	Meio fio pré-moldado concreto (0,12 x 0,30 x 1,00m)	Material	m	1,0000000	28,10	28,10	
				MO sem LS =>	9,86	LS =>	0,00	MO com LS =>	9,86
				Valor do BDI =>	9,34			Valor com BDI =>	53,12

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	40,92	40,92	
Composição Auxiliar	95389	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,27	0,27	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	4,52	4,52	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	0,85	0,85	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,43	1,43	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00037666	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR	Mão de Obra	H	1,0000000	32,87	32,87	
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,01	0,01	
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,89	0,89	
				MO sem LS =>	33,14	LS =>	0,00	MO com LS =>	33,14
				Valor do BDI =>	8,73			Valor com BDI =>	49,65

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88300	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	58,71	58,71
Composição Auxiliar	95363	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE MOTONIVELADORA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,41	0,41
Insumo	00004239	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	Mão de Obra	H	1,0000000	50,52	50,52
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	4,52	4,52
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	0,85	0,85



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,89	0,89
MO sem LS =>				50,93	LS =>	0,00	MO com LS =>	50,93
Valor do BDI =>				12,53			Valor com BDI =>	71,24

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	41,50	41,50
Composição Auxiliar	95366	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,27	0,27
Insumo	00004238	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	Mão de Obra	H	1,0000000	33,45	33,45
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	4,52	4,52
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	0,85	0,85
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,89	0,89
MO sem LS =>				33,72	LS =>	0,00	MO com LS =>	33,72
Valor do BDI =>				8,86			Valor com BDI =>	50,36

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	33,52	33,52
Composição Auxiliar	95371	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,50	0,50
Insumo	00004750	SINAPI	PEDREIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	24,05	24,05
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	4,52	4,52
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	0,85	0,85
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,78	0,78
Insumo	00043489	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,31	1,31
MO sem LS =>				24,55	LS =>	0,00	MO com LS =>	24,55
Valor do BDI =>				7,15			Valor com BDI =>	40,67

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	35,18	35,18
Composição Auxiliar	95372	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PINTOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,35	0,35
Insumo	00004783	SINAPI	PINTOR	Mão de Obra	H	1,0000000	24,05	24,05



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 - CNPJ: 13.393.178/0001-91 - Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	4,52	4,52
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	0,85	0,85
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043466	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	2,05	2,05
Insumo	00043490	SINAPI	EPI - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,85	1,85

MO sem LS =>	24,40	LS =>	0,00	MO com LS =>	24,40
Valor do BDI =>	7,51			Valor com BDI =>	42,69

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	7324	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base	Azulejos e Cerâmicas	m²	1,0000000	154,68	154,68		
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	1,2000000	3,86	4,63		
Composição Auxiliar	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,5000000	3,73	1,86		
Insumo	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,5000000	20,44	10,22		
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	1,2000000	14,58	17,49		
Insumo	2540	ORSE	Rejunte colorido flexível para revestimentos cerâmicos kg	Material	kg	0,5200000	3,50	1,82		
Insumo	2684	ORSE	Argamassa industrializada Votomassa AC-II, ou similar kg	Material	kg	4,0000000	1,73	6,92		
Insumo	6897	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, dim 25x25 cm, para deficiente visual	Material	m²	1,0500000	106,42	111,74		
					MO sem LS =>	27,71	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,71
					Valor do BDI =>	33,02			Valor com BDI =>	187,70

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	799	ORSE	Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,20m	Postes Tubulares de Ferro Galvanizado	un	1,0000000	454,62	454,62		
Composição Auxiliar	95	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=13,5 mpa, lançado e adensado	Alvenarias de Pedra e Concretos para Fundações	m³	0,2800000	572,26	160,23		
Composição Auxiliar	2497	ORSE	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	Escavação Manual em Área Urbana	m³	0,2800000	55,32	15,48		
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	1,5000000	3,86	5,79		
Composição Auxiliar	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	1,5000000	3,73	5,59		
Insumo	2313	ORSE	Tubo de aço galvanizado leve c/ costura c/ rosca BSP Ø = 60,30mm (2"), e = 2,65mm, l = 6000mm NBR 5580 m	Material	barra	3,2000000	67,19	215,00		
Insumo	00004750/SINAPI	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	1,5000000	20,44	30,66		
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	1,5000000	14,58	21,87		
					MO sem LS =>	101,01	LS =>	0,00	MO com LS =>	101,01
					Valor do BDI =>	97,06			Valor com BDI =>	551,68

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
--	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Composição	5685	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - CHI DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	79,56	79,56	
Composição Auxiliar	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	41,50	41,50	
Composição Auxiliar	89210	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - DEPRECIACÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	30,01	30,01	
Composição Auxiliar	89211	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	8,05	8,05	
				MO sem LS =>	33,72	LS =>	0,00	MO com LS =>	33,72
				Valor do BDI =>	16.98			Valor com BDI =>	96.54

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5684	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - CHP DIURNO. AF 06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	174,02	174,02	
Composição Auxiliar	53788	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	56,91	56,91	
Composição Auxiliar	5674	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - MANUTENÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	37,55	37,55	
Composição Auxiliar	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	41,50	41,50	
Composição Auxiliar	89210	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - DEPRECIACÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	30,01	30,01	
Composição Auxiliar	89211	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	8,05	8,05	
				MO sem LS =>	33,72	LS =>	0,00	MO com LS =>	33,72
				Valor do BDI =>	37,15			Valor com BDI =>	211,17

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89210	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - DEPRECIACÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	30,01	30,01	
Insumo	00010646	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO DE UM CILINDRO, ACO LISO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MAXIMO 8,1 T, IMPACTO DINAMICO 16,15/9,5 T, LARGURA TRABALHO 1.68 M	Equipamento	UN	0,0000533	563.074,07	30,01	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	6,40			Valor com BDI =>	36,41

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
--	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Composição	89211	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	8,05	8,05	
Insumo	00010646	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO DE UM CILINDRO, ACO LISO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MAXIMO 8,1 T, IMPACTO DINAMICO 16,15/9,5 T, LARGURA TRABALHO 1.68 M	Equipamento	UN	0,0000143	563.074,07	8,05	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	1,71			Valor com BDI =>	9,76

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5674	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - MANUTENÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	37,55	37,55	
Insumo	00010646	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO DE UM CILINDRO, ACO LISO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MAXIMO 8,1 T, IMPACTO DINAMICO 16,15/9,5 T, LARGURA TRABALHO 1.68 M	Equipamento	UN	0,0000667	563.074,07	37,55	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	8,01			Valor com BDI =>	45,56

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	53788	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	56,91	56,91	
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	Material	L	9,5500000	5,96	56,91	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	12.15			Valor com BDI =>	69.06

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	93244	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - CHI DIURNO. AF 02/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	81,13	81,13	
Composição Auxiliar	73309	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - DEPRECIACÃO. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	31,20	31,20	
Composição Auxiliar	73313	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - JUROS. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	8,43	8,43	
Composição Auxiliar	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	41,50	41,50	
				MO sem LS =>	33,72	LS =>	0,00	MO com LS =>	33,72
				Valor do BDI =>	17,32			Valor com BDI =>	98,45

Composição	73436	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - CHP DIURNO. AF 02/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	177,08	177,08
------------	-------	--------	---	--	-----	-----------	--------	--------



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

Composição Auxiliar	5089 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - MANUTENÇÃO. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	39,04	39,04
Composição Auxiliar	73309 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - DEPRECIACÃO. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	31,20	31,20
Composição Auxiliar	73313 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - JUROS. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	8,43	8,43
Composição Auxiliar	73315 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - MATERIAIS NA OPERACÃO. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	56,91	56,91
Composição Auxiliar	88303 SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	41,50	41,50

MO sem LS => 33,72 LS => 0,00 MO com LS => 33,72
Valor do BDI => 37,80 Valor com BDI => 214,88

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	73309	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - DEPRECIACÃO. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	31,20	31,20	
Insumo	00014513	SINAPI	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4/8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000533	585.426,24	31,20	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	6,66			Valor com BDI =>	37,86

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	73313	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - JUROS. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	8,43	8,43	
Insumo	00014513	SINAPI	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4/8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000144	585.426,24	8,43	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	1,79			Valor com BDI =>	10,22

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5089	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - MANUTENÇÃO. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	39,04	39,04	
Insumo	00014513	SINAPI	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4/8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000667	585.426,24	39,04	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	8,33			Valor com BDI =>	47,37



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 – CNPJ: 13.393.178/0001-91 – Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

B.D.I.
#REF! 21,35%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo com as
bases.

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	73315	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PÉ DE CARNEIRO PARA SOLOS, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 7,4 / 8,8 T, LARGURA DE TRABALHO 1.68 M - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 02/2016	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	56,91	56,91	
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	Material	L	9,5500000	5,96	56,91	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	12,15			Valor com BDI =>	69,06

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	24,37	24,37	
Composição	95378	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,32	0,32	
Auxiliar			COMPLEMENTARES) - HORISTA	Parâmetros					
Insumo	00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	Mão de Obra	H	1,0000000	15,17	15,17	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	4,52	4,52	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	0,85	0,85	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,43	1,43	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00043467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,61	0,61	
Insumo	00043491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,39	1,39	
				MO sem LS =>	15,49	LS =>	0,00	MO com LS =>	15,49
				Valor do BDI =>	5,20			Valor com BDI =>	29,57

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5073	ORSE	Transporte local com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada (conservação) densidade=1,5t/m³	Transportes	tkm	1,0000000	0,28	0,28	
Composição Auxiliar	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	0,0020000	3,86	0,00	
Insumo	2450	ORSE	Caminhão basc. 15,0t/10,0m3 (m. benz lk 1418 -170,0kw ou equivalente)	Equipamento	h	0,0039526	66,39	0,26	
Insumo	00006111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,0019763	14,58	0,02	
				MO sem LS =>	0,02	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,02
				Valor do BDI =>	0,05			Valor com BDI =>	0,33

Total sem BDI	R\$ 1.946.151,92
Total do BDI	R\$ 415.537,83
Total Geral	R\$ 2.361.689,75

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS
DO BAIRRO MELÂNCIA
MUNICÍPIO: HELIÓPOLIS - BA

Bancos

SINAPI - 09/2025 - Bahia
ORSE - 09/2025 - Sergipe

B.D.I.

21,35%

Encargos Sociais

Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as bases.

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR (R\$)	% ITEM	MÊS					
				1	2	3	4	5	6
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	2.759,52	0,12%	100,00%					
				2.759,52	-	-	-	-	-
2	SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM DE VIAS	47.908,01	2,03%	45,00%	30,00%	25,00%			
				21.558,61	14.372,40	11.977,00	-	-	-
3	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	1.760.335,22	74,54%	18,00%	18,00%	18,00%	18,00%	18,00%	10,00%
				316.860,34	316.860,34	316.860,34	316.860,34	316.860,34	176.033,51
4	CALÇADA (PASSEIO)	499.714,84	21,16%	10,00%	12,00%	13,00%	15,00%	15,00%	35,00%
				49.971,48	59.965,78	64.962,93	74.957,23	74.957,23	174.900,20
5	SINALIZAÇÃO	37.689,32	1,60%						100,00%
				-	-	-	-	-	37.689,32
6	SERVIÇOS DIVERSOS	13.282,84	0,56%						100,00%
				-	-	-	-	-	13.282,84
TOTAL SIMPLES		2.361.689,75	100,00%	391.149,95	391.198,52	393.800,27	391.817,57	391.817,57	401.905,87
				16,56%	16,56%	16,67%	16,59%	16,59%	17,02%
TOTAL ACUMULADO		2.361.689,75	100,00%	391.149,95	782.348,47	1.176.148,74	1.567.966,31	1.959.783,88	2.361.689,75
				16,56%	33,13%	49,80%	66,39%	82,98%	100,00%

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra	Bancos	B.D.I.
PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA - HELIÓPOLIS - BA	SINAPI - 09/2025 - Bahia ORSE - 09/2025 - Sergipe	21,35%

COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS)

A - ÍTENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO DA OBRA		% sobre CD
A - Administração Central		4,01%
B - Riscos		0,56%
C - Seguros e Garantias		0,40%
SUBTOTAL 1 (A)		4,97%
B - LUCRO		% sobre CD
D - Lucro operacional		7,30%
SUBTOTAL 2 (B)		7,30%
C - CUSTO FINANCEIRO		% sobre CD
E - Custos Financeiros (CF)		1,11%
SUBTOTAL 3 (C)		1,11%
D - TRIBUTOS		% sobre CD
F - PIS		0,65%
G - COFINS		3,00%
H - ISSQN		2,50%
I - INSS (Desoneração)		0,00%
SUBTOTAL 4 (D)		6,15%
		% sobre CD
BDI TOTAL (TCU)		21,35%

CD = Custo Direto

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$

A = Somatoria das despesas indiretas, exceto tributos e despesas financeiras

C = Taxa das despesas financeiras

B = Taxa de lucro

D = Taxa da incidência dos impostos

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS

Declaro que os custos unitários adotados atendem ao regime de contribuição

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra

Bancos

B.D.I.

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E
DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO
BAIRRO MELÂNCIA - HELIÓPOLIS - BA

SINAPI - 09/2025 - Bahia
ORSE - 09/2025 - Sergipe

21,35%

ENCARGOS SOCIAIS

BAHIA

VIGÊNCIA A PARTIR DE 12/2022

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,97%	Não incide	17,97%	Não incide
B2	Feriados	3,97%	Não incide	3,97%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,66%	0,87%	0,66%
B4	13º Salário	11,02%	8,33%	11,02%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,05%	Não incide	2,05%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	11,21%	8,47%	11,21%	8,47%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	48,04%	18,18%	48,04%	18,18%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,47%	4,13%	5,47%	4,13%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	2,95%	2,23%	2,95%	2,23%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,13%	2,37%	3,13%	2,37%
C5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%	0,46%	0,35%
C	Total	12,14%	9,18%	12,14%	9,18%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,07%	3,05%	17,68%	6,69%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46%	0,35%	0,49%	0,37%
D	Total	8,53%	3,40%	18,17%	7,06%
TOTAL(A+B+C+D)		85,51%	47,56%	115,15%	71,22%

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO**

Praça José Dantas de Souza, 02, Centro – CEP: 48445-000 Heliópolis-Bahia
Fone: (75) 3593-2180 E-mail: gabinete@heliopolis.ba.gov.br

DECLARAÇÃO DE PREVISÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente e com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que os recursos orçamentários previstos, a título de contrapartida, do convênio nº 082/2026, cujo o objeto é ***Pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no município de Heliópolis, Bahia***, no valor de **R\$ 50.674,75** (cinquenta mil seiscientos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) estão disponíveis na rubrica orçamentária **17.451.003.1.025 - PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS**, elemento de despesa **4.4.90.51.00** e Fonte **1.500**.

Heliópolis, 30 de abril de 2026.

José Mendonça Dantas
Prefeito



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Heliópolis

Quinta-feira • 30 de Abril de 2026 • Ano XIII • Nº 2972

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Sumário

Atos Administrativos 02 a 03



Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

Atos Administrativos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE- SEDEMA
CNPJ/MF: 13.393.178/0001-91



LICENÇA AMBIENTAL LICENÇA DE INSTALAÇÃO - Nº 002/2026

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE – SEDEMA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelos artigos 2º e 6º da Resolução CONAMA nº 237/97 e pelo art. 159 da Lei Estadual nº 10.431/2006, regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 14.024/2012, alterado pelo Decreto nº 1582/2014, pela Lei Complementar Federal nº 140/2011, pela Resolução CEPRAM nº 4.327/2013, atualizada pela 4.420/2015 e pela 4.579/2018, considerando a Lei Municipal nº 533 de 12 de junho de 2024, tendo em vista o que consta no processo LI/002/2026, com Pareceres Técnicos favoráveis ao pleito,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença de Instalação**, válida pelo prazo de 02 (dois) anos, à **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**, portadora do CNPJ de nº 13.393.178/0001-91, sediada na Praça José Dantas de Souza, CEP: 48.445-000, para obra de implantação de **Pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial de vias no Bairro Melancia, no município de Heliópolis, Bahia, a ser executada com recursos provindos do Convênio 082/2026 celebrado entre o Governo do Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER**, mediante o cumprimento das condicionantes constantes no verso desse ato.

Art. 2º - O empreendimento deverá cumprir as seguintes condicionantes:

- I. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS** deverá obedecer aos critérios ambientais exigidos de sinalização, de segurança, de proteção Ambiental, à vida e ao meio ambiente;
- II. A **EMPRESA EXECUTORA** deverá apresentar junto a SEDEMA o **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRSCC** antes de iniciar a Obra.
- III. A **EMPRESA EXECUTORA** deverá realizar ações mitigadoras previstas no **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRSCC** para minimizar os impactos ambientais que porventura forem gerados de acordo com a resolução **CONAMA – 307/2002**;
- IV. Fornecer e fiscalizar o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual – EPI, durante todo o período de trabalho;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIOPOLIS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE- SEDEMA
CNPJ/MF: 13.393.178/0001-91



- V. O descumprimento de quaisquer das condicionantes acima implicará no cancelamento do presente ato administrativo;
- VI. Fica sob responsabilidade da **EMPRESA EXECUTORA** todos os procedimentos legais para a regularização ambiental para execução da obra;
- VII. Fica sob responsabilidade da **EMPRESA EXECUTORA** a comprovação da legalidade da matéria prima utilizada antes da execução da obra.

Art. 3º. Qualquer alteração nas atividades deverá ser informada previamente à SEDEMA.

Art. 4º A SEDEMA poderá exigir novos padrões, decorrentes de mudanças substanciais na legislação e/ou na tecnologia disponível.

Art. 5º. Esta Licença Ambiental não substituirá o Alvará e nem outros documentos que se façam necessários e entrará em vigor na data da sua publicação.

Heliópolis- Ba, 30 de abril de 2026.

JOSÉ ANDRADE GUERRA
Secretário Municipal de Des. Econômico e Meio Ambiente - SEDEMA
Decreto de nomeação nº 95/2025



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra
PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
HELIÓPOLIS - BAHIA

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Bahia
ORSE - 09/2025 - Sergipe

B.D.I.
21,35%

Encargos
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos
insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

MEMORIAL DE CALCULO

Rua Alex Bruno Nascimento Andrade (PERFIL 02)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO MEIO-FIO x 1,20m	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS (MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	VOLUME ÁREA X 0,06m	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	m²	COMPRIMENTO X 02	QUANT	ÁREA				Área central das Rampas	Piso Tatil	(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)	UN	UN	UN	PAVIM. + RAMPAS + PASSEIO			
E0 - E7+9.47	149,47	6,00	896,82	298,94	358,73	281,73	16,90	6,00	32,16	9,45	3,78	40,84	2,00	2,00	2,00	1.255,55	104,32

Rua Pedro Francisco (PERFIL 03)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS	VOLUME	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	m	m	m²	COMPRIMENTO X 02	MEIO-FIO x 1,20m	(MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	ÁREA X 0,06m	QUANT	ÁREA	Área central das Rampas	Piso Tátil	(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)	UN	UN	UN	PAVIM. + RAMPAS + PASSEIO	
E0 - E8+3.88	163,88	7,00	1.147,16	327,76	393,31	311,99	18,72	6,00	32,16	9,45	3,78	45,38	2,00	2,00	2,00	1.540,47	31,18

Rua Jacônias Ferreira do Nascimento (PERFIL 06)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO MEIO-FIO x 1,20m	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS (MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	VOLUME ÁREA X 0,06m	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	QUANT	ÁREA		Área central das Rampas				Piso Tátil									
									(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)	UN	UN	UN			PAVIM. + RAMPAS + PASSEIO		
E0 - E8+15.00	175,00	6,00	1.050,00	350,00	420,00	335,34	20,12	6,00	32,16	9,45	3,78	48,88	2,00	2,00	2,00	1.470,00	60,75

Rua Antônio Serafim Correia de Andrade (PERFIL 07)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO MEIO-FIO x 1,20m	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS (MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	VOLUME ÁREA X 0,06m	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	m	m	m²	COMPRIMENTO X 02				QUANT	ÁREA	Área central das Rampas	Piso Tátil	(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)			UN	UN	
E0 - E9+5.24	185,24	6,00	1.111,44	370,48	444,58	356,84	21,41	6,00	32,16	9,45	3,78	52,11	2,00	2,00	2,00	1.556,02	136,99



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra
PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
HELIÓPOLIS - BAHIA

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Bahia
ORSE - 09/2025 - Sergipe

B.D.I.
21,35%

Encargos
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

MEMORIAL DE CALCULO

Av. Felizmina Pereira Souza Santos (PERFIL 09)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO MEIO-FIO x 1,20m	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS	VOLUME	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	m²	COMPRIMENTO X 02	(MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	ÁREA X 0,06m		QUANT		ÁREA	Área central das Rampas	Piso Tátil	(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)	UN			UN	UN	
E0 - E9+14,69	194,69	6,00	1.168,14	389,38	467,26	376,69	22,60	6,00	32,16	9,45	3,78	55,09	2,00	2,00	2,00	1.635,40	74,05

Av. Anízio Barboza de Andrade (PERFIL 10)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO MEIO-FIO x 1,20m	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS	VOLUME	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	m	m	m²	COMPRIMENTO X 02	(MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	ÁREA X 0,06m	QUANT	ÁREA	Área central das Rampas	Piso Tátil	(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)	UN	UN	UN	PAVIM. + RAMPAS + PASSEIO		
E0 - E26+17,47	537,47	5,50	2.956,09	(537,47x02)=77,67* * Interseções de vias	1.196,72	961,37	57,68	16,00	85,76	25,20	10,08	140,43	-	2,00	2,00	4.152,81	101,16
				997,27													

Rua Ângelo dos Reis Bittencourt (PERFIL 17)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO MEIO-FIO x 1,20m	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS	VOLUME	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	m	m	m²	COMPRIMENTO X 02				QUANT	ÁREA	Área central das Rampas	Piso Tatil						
												(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)			UN	UN	
E0 - E10+12,9	212,93	7,00	1.490,51	425,86	511,03	414,99	24,90	6,00	32,16	9,45	3,78	60,83	2,00	2,00	2,00	2.001,54	55,52

Av. João Souza Sobrinho (PERFIL 21)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO MEIO-FIO x 1,20m	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS	VOLUME	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	m	m	m²	COMPRIMENTO X 02	(MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	ÁREA X 0,06m	QUANT	ÁREA	Área central das Rampas	Piso Tátil	(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)	UN	UN	UN	PAVIM. + RAMPAS + PASSEIO		
E0 - E11+4,00	224,00	5,00	1.120,00	448,00	537,60	438,24	26,29	6,00	32,16	9,45	3,78	64,32	2,00	2,00	2,00	1.657,60	13,84



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Obra
PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA
HELIÓPOLIS - BAHIA

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Bahia
ORSE - 09/2025 - Sergipe

B.D.I.
21,35%

Encargos
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos
insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

MEMORIAL DE CALCULO

Rua Aluísio Correia da Silva (PERFIL 22)

ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO	VOLUME	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²				OCTOGONAL		CIRCULAR				
							ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS										
	m	m	m²	COMPRIMENTO X 02	MEIO-FIO x 1,20m	(MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	ÁREA X 0,06m	QUANT	ÁREA	Área central das Rampas	Piso Tátil	(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)	UN	UN	UN	PAVIM. + RAMPAS + PASSEIO	
E0 - E13+1,41	261,41	6,00	1.568,46	522,82	627,38	516,80	31,01	6,00	32,16	9,45	3,78	76,10	-	1,00	2,00	2.195,84	20,64

RESUMO GERAL

RESUMO	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	PASSEIO			RAMPAS				ATERRO PASSEIO m³	PLACAS SINAL. VERTICAL		PLACA IDENT. LOGRADOURO	ÁREA TOTAL DE LIMPEZA FINAL m²	DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS (m²)
			PAVIMENTAÇÃO REGULARIZAÇÃO LOCAÇÃO		ÁREA TOTAL DO PASSEIO	ÁREA DO CONCRETO - ÁREA DAS RAMPAS	VOLUME	Concreto 5,10mx1,05m=5,36m² Centro Rampas 1,05x1,50=1,575m² Piso Tátil p/ Rampa = 1,05x0,30x02=0,63m²					OCTOGONAL	CIRCULAR			
	(MEIO-FIO X 1,05m) - RAMPAS	ÁREA X 0,06m		QUANT				ÁREA	Área central das Rampas	Piso Tátil							
											(PASSEIO+Laterais RAMPAS) X (MÉDIA DE 15cm)	UN			UN	UN	
TOTAIS	2.104,09		12.508,62	4.130,51	4.956,61	3.994,00	239,64	64,00	343,04	100,80	40,32	583,98	14,00	17,00	18,00	17.465,23	598,45

José Ribeiro da Silva
Engenheiro Civil
CREA: 3000116693BA



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DATA	MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	PROCESSO Nº
10 de abril de 2026	HELIÓPOLIS - BA	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO MELÂNCIA MUNICÍPIO	SEI 001.10302.2021.0006171-42

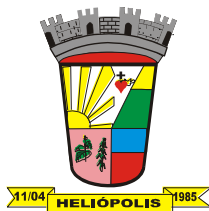
Rua Alex Bruno Nascimento Andrade – PERFIL 02



Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Foto 02: Estaca E7+9.47 sentido E7.



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Rua Pedro Francisco – PERFIL 03



Foto 03: Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Foto 04: Estaca E8+3.88 sentido E8.



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Rua Jacônias Ferreira do Nascimento – PERFIL 06



Latitude: -10.679766
Longitude: -38.285626
Elevação: 309.23±20.44 m
Precisão: 80.65 m
Tempo: 10-04-2026 10:01:40
Nota: PERFIL 06 - RUA JACÔNIAS FERREIRA DO NASCIMENTO

Foto 05: Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Latitude: -10.680286
Longitude: -38.284317
Elevação: 304.31±6.87 m
Precisão: 14.01 m
Tempo: 10-04-2026 10:00:08
Nota: PERFIL 06 - RUA JACÔNIAS FERREIRA DO NASCIMENTO

Foto 06: Estaca E8+15.00 sentido E8.



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Rua Antônio Serafim Correia de Andrade – PERFIL 07



Foto 07: Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Foto 08: Estaca E9+5.24 sentido a E9



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Av. Felizmina Pereira Souza Santos – PERFIL 09



Latitude: -10.680193
Longitude: -38.286258
Elevação: 312.79±7.27 m
Precisão: 11.20 m
Tempo: 10-04-2026 10:06:52
Nota: PERFIL 09 - AV FELIZMINA PEREIRA SOUZA SANTOS

Foto 09: Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Latitude: -10.680968
Longitude: -38.284803
Elevação: 309.61±7.92 m
Precisão: 26.56 m
Tempo: 10-04-2026 10:05:38
Nota: PERFIL 09 - AV FELIZMINA PEREIRA SOUZA SANTOS

Foto 10: Estaca E9+14.69 sentido E9.



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIOPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Rua Ângelo Reis Bittencourt - PERFIL 17



Foto 11: Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Foto 12: Estaca E10+12.93 sentido E10



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIOPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Av. João Souza Sobrinho – PERFIL 21



Foto 13: Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Foto 14: Estaca E11+4.00 sentido E11.



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Av. Anísio Barbosa de Andrade – PERFIL 10



Foto 15: Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Foto 16: Estaca E26+17.47 sentido E26



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis – Bahia
CEP: 48.445-000 CNPJ: 13.393.178/0001-91 Tel. (75) 3593-2180
GABINETE DO PREFEITO

Rua Aluísio Correia de Andrade – PERFIL 22



Latitude: -10.681115
Longitude: -38.287112
Elevação: 317.81±8.06 m
Precisão: 8.45 m
Tempo: 10-04-2026 09:39:09
Nota: PERFIL 22 - RUA ALUÍSIO CORREIA DE ANDRADE

Foto 17: Foto 01: Estaca E0 sentido E1.



Latitude: -10.682901
Longitude: -38.288607
Elevação: 324.40±7.13 m
Precisão: 30.50 m
Tempo: 10-04-2026 09:43:21
Nota: PERFIL 22 - RUA ALUÍSIO CORREIA DE ANDRADE

Foto 18: Estaca E13+1.41 sentido E13.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA -
CONDER

NÚCLEO ADMINISTRATIVO - CONDER/DIPRE/PROJUR/NA

**TERMO DE CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 082/2026
QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA -
CONDER E O MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS, BAHIA.**

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER**, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, neste ato, representada pelo seu Diretor Presidente, **José Gonçalves Trindade**, inscrito no CPF sob o nº 287.078.345-00, e pela Diretora de Equipamentos e Qualificação Urbanística, **Larissa Dantas de Melo Britto**, inscrita no CPF sob o nº 785.659.365-20, residentes e domiciliados nesta Capital, e o **MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS/BA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Praça José Dantas de Souza, nº 02, Centro, CEP: 48.445-000, Município de Heliópolis, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 13.393.178/0001-91, neste ato representado pelo **Prefeito José Mendonça Dantas**, inscrito no CPF sob o nº 277.984.375-68, portador(a) da Carteira de Identidade nº 147893453, expedida pela SSP/BA, a seguir denominados em conjunto como **PARTÍCIPIES** e, separadamente, como **CONCEDENTE** e **CONVENENTE**, respectivamente, tendo em vista o constante do processo administrativo SEI nº 043.4110.2026.0002682-95, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se aos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONDER, e suas alterações, além da Resolução TCE/BA nº 144/13 e suas alterações, no que couber, mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a cooperação técnica e financeira entre a **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE** para **PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE VIAS NO BAIRRO MELANCIA, NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS, BAHIA**, conforme Plano de Trabalho que passa a integrar o presente, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução deste convênio estão fixados no valor total de **R\$**

2.311.015,00 (dois milhões, trezentos e onze mil e quinze reais), custeados pela **CONCEDENTE** através da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; **Unidade Gestora:** 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; **Ação:** 15.451.419.7794 - Revitalização de Mercado e Feira Livre; **Natureza da Despesa:** 4.4.40.42.000 - Auxílios; **Destinação de Recurso:** 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro.

Parágrafo Primeiro – Os recursos de que trata a presente cláusula destinam-se exclusivamente à realização do disposto na cláusula primeira, sendo vedado o seu emprego, ainda que transitoriamente, em outras despesas ou quaisquer atividades que não estejam plenamente vinculadas ao perfeito atendimento do objeto deste Convênio.

Parágrafo Segundo – É vedada a utilização dos recursos do presente Convênio para pagamento de despesas referentes à pessoal da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, a qualquer título e sob qualquer forma, diretamente ou através de terceiros, bem como em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

Parágrafo Terceiro – É vedada a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

Parágrafo Quarto – O **CONVENIENTE** responsabilizar-se-á pelo cumprimento dos objetivos, metas e cronograma de execução constantes no Plano de Trabalho, conforme projeto apresentado à **CONCEDENTE**, cabendo-lhe o gerenciamento dos recursos financeiros, indissociavelmente vinculados ao objeto deste Convênio.

Parágrafo Quinto – As despesas essenciais à execução do objeto conveniado que excederem ao valor previsto nesta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do **CONVENIENTE**, que proverá os recursos necessários à sua cobertura, através de contrapartida, a ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo Sexto – Os recursos previstos nesta cláusula serão utilizados em estrita conformidade com o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação dos recursos financeiros a cargo da **CONCEDENTE**, previstos na Cláusula Segunda, dar-se-á de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, observando as vedações dispostas no art. 73, inciso VI, letra “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Parágrafo Primeiro – A publicação do Convênio, a ser realizada na forma da Cláusula Décima Quarta deste instrumento, autoriza o **CONVENIENTE** a lançar o procedimento licitatório, nos moldes do quanto disposto nas Leis Estadual nº 14.634/2023 ou Federal nº 14.133/2021, para contratação do objeto pactuado.

Parágrafo Segundo – Em situações excepcionais, mediante justificativa devidamente fundamentada, poderá a **CONCEDENTE** aceitar licitação realizada antes da assinatura do convênio, desde que homologada em prazo não superior aos 06 (seis) meses que antecedem a publicação do Convênio, observadas as seguintes condições:

I - que fique demonstrado que a contratação é mais vantajosa para o conveniente, se comparada com a realização de uma nova licitação;

II - que a licitação tenha seguido as regras estabelecidas nas Lei Federal nº 14.133/2021, ou na Lei Estadual nº 14.634/2023, inclusive quanto à obrigatoriedade da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurassem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas;

III - que o projeto básico, no caso de obras de engenharia, tenha sido elaborado de acordo com

o que preceituam os normativos legais aplicáveis à espécie;

IV - que a empresa vencedora da licitação venha mantendo, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V – que seja atestada, pelo responsável técnico do **CONVENENTE**:

a) a compatibilidade do objeto da licitação com o objeto do Convênio, caracterizado no Plano de Trabalho;

b) a viabilidade técnica e financeira da proposta vencedora do certame em relação ao objeto conveniado.

Parágrafo Terceiro – Os documentos referentes ao Certame Licitatório e ao Contrato celebrado devem ser apresentados pelo **CONVENENTE** à **CONCEDENTE**, imediatamente após a conclusão da licitação, juntamente com a declaração que atende ao disposto na Lei Estadual ou Leis Federais de Licitações.

Parágrafo Quarto – A liberação de cada parcela está obrigatoriamente adstrita:

I – ao cronograma de desembolso, desde que cumpridas todas as atividades nele previstas para as fases e/ou etapas correspondentes;

II - Sendo a liberação dos recursos programada para ser efetuada em três ou mais parcelas, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à aprovação da prestação de contas da primeira parcela e à apresentação da prestação de contas da segunda parcela, bem como a liberação da quarta parcela ficará condicionada à aprovação da prestação de contas da segunda e à apresentação da prestação de contas da terceira parcela, e assim sucessivamente.

III – Sendo a liberação dos recursos programada para ser efetuada em até 02 (duas) parcelas, a prestação de contas será exigida no final do convênio, de forma global.

CLÁUSULA QUARTA – DA OBSERVÂNCIA À REGULARIDADE DOS GASTOS E DESPESAS REALIZADAS POR FORÇA DO CONVÊNIO

Considerando o quanto disposto na legislação de regência, além das demais condições estabelecidas na Cláusula Sexta, é de observância obrigatória por parte do **CONVENENTE**.

Parágrafo Primeiro – O **CONVENENTE** movimentará os recursos previstos na cláusula segunda em conta bancária específica, vinculada ao Convênio, sendo vedado efetuar saques ou pagamentos em espécie a terceiros não identificados no processo de execução do Convênio.

Parágrafo Segundo – Na aplicação dos recursos, para a execução de obras, serviços e compras visando à realização do objeto do Convênio, deverão ser observados os princípios da legalidade, economicidade e da eficiência, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual nº 14.634/2023, devendo as contratações submeterem-se a processo licitatório, sob pena de apuração da responsabilidade do **CONVENENTE**.

Parágrafo Terceiro – Os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

Parágrafo Quarto – As receitas financeiras, auferidas na forma do parágrafo terceiro, serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio, e poderão ser aplicadas exclusivamente no seu objeto, desde que haja solicitação motivada, com concordância e prévia anuência da **CONCEDENTE**, devendo, em qualquer caso, constar demonstrativo específico que integrará as

prestações de contas.

Parágrafo Quinto – Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela **CONCEDENTE**.

Parágrafo Sexto – O **CONVENENTE** se obriga à observância das normas tributárias, sendo solidariamente responsável com o fornecedor por eventual ausência e/ou erros nas retenções obrigatórias e recolhimentos realizados.

CLÁUSULA QUINTA – DA POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DOS REPASSES FINANCEIROS

O repasse dos recursos ficará automaticamente suspenso, e retidos os valores respectivos, até o saneamento da irregularidade, caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste Convênio, especialmente:

- a) quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela **CONCEDENTE** ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;
- b) quando o **CONVENENTE** deixar de observar a compatibilidade da planilha do processo licitatório e/ou do contrato de execução do objeto com a planilha aprovada no convênio;
- c) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e/ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do **CONVENENTE** relativamente a outras cláusulas do Convênio;
- d) quando o **CONVENENTE** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela **CONCEDENTE** ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração.
- e) Quando o **CONVENENTE**, na forma do quanto descrito na Cláusula Oitava do presente instrumento, não prestar contas da parcela anteriormente aplicada, ou houver pendências na prestação.

Parágrafo Único – A inobservância das condições estabelecidas nesta Cláusula é passível de ensejar a rescisão do Convênio, independentemente de sua formalização, bem como a inscrição do **CONVENENTE** no SICON, além da adoção do procedimento de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste Convênio, os **PARTICIPANTES** se comprometem a:

I – CONCEDENTE:

- a) acompanhar sistematicamente o Convênio, inclusive mediante requerimento, a qualquer tempo, de documentação apta a demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e, quando necessário, proceder alterações através de termos aditivos, antes do término do Convênio;
- b) atualizar o cronograma de desembolso quando houver atualização do plano de aplicação ou insuficiência de recursos;

- c) transferir ao **CONVENENTE** os recursos estipulados na Cláusula Segunda referentes à sua participação financeira;
- d) designar um dos funcionários pertencentes a equipe da Coordenação de Convênios da SUCONV, integrante do quadro da Diretoria de Equipamentos e Qualificação Urbanística da CONDER, para supervisionar e avaliar a realização do objeto deste Convênio o qual, diretamente ou por meio de auxiliar de fiscalização, fará as visitas e inspeções necessárias, e emitindo e/ou validando os competentes relatórios.
- e) analisar a prestação de contas apresentada pelo **CONVENENTE**;
- f) apresentar, ao final de cada etapa e/ou fase prevista no Plano de Trabalho, relatório acerca do estágio de sua execução, atestando, em sendo o caso, o seu cumprimento para a liberação das parcelas correspondentes as etapas e/ou fases de execução seguintes;
- g) quando o convênio for programado para repasse em até duas parcelas, o setor responsável por sua fiscalização, tendo conhecimento de qualquer irregularidade na aplicação dos recursos, poderá a qualquer momento, mediante justificativa fundamentada, requerer a inscrição do conveniente no SICON;
- h) Nos convênios cuja programação de repasse for de três ou mais parcelas, a partir do repasse da segunda parcela, transcorridos 60 (sessenta) dias do pagamento sem que seja apresentada e aprovada prestação de contas da parcela anterior, a **CONCEDENTE** deverá registrar o **CONVENENTE** no SICON. O prazo começará a ser contado na data do último pagamento da respectiva parcela;
- i) quando o objeto do Convênio for a execução de obras ou benfeitorias em imóvel, emitir documento de avaliação técnica sobre a regularidade documental da propriedade, bem como a viabilidade técnica e financeira da implantação da obra ou de suas benfeitorias na área respectiva, em consonância com o projeto básico.
- j) manter controle atualizado sobre os recursos liberados e as prestações de contas.

II – CONVENENTE

- a) encaminhar o procedimento licitatório junto à **CONCEDENTE**, bem como apresentar a Declaração de Conformidade do Processo, antes de iniciar qualquer atividade do Convênio;
- b) depositar em conta específica, vinculada ao Convênio, o valor correspondente a sua contrapartida, quando houver, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho;
- c) encaminhar ao **CONCEDENTE**, antes do início das atividades constantes no Plano de Trabalho, a ART de fiscalização de obra, emitida em nome do técnico responsável pelo acompanhamento do convênio, indicado no Formulário de Projeto, ou outro de mesma habilitação, procedendo da mesma forma quando necessária a substituição do técnico.;
- d) realizar medição dos serviços e apresentar relatório de execução físico - financeiro, informando o percentual realizado do objeto e a sua compatibilidade com montante financeiro dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos, ficando vedada a realização de medições, empenhos, liquidações e pagamentos fora da vigência do Convênio;
- e) prestar contas das parcelas recebidas, na forma e nos prazos estabelecidos na Cláusula Oitava do presente instrumento.
- f) aplicar os recursos previstos na Cláusula Segunda, bem assim os rendimentos financeiros auferidos, quando previamente autorizados pela **CONCEDENTE**, exclusivamente na execução do objeto deste Convênio;
- g) fazer constar na divulgação, através de quaisquer meios de comunicação, inclusive impressos, cartazes, painéis, faixas etc. a logomarca da **CONCEDENTE**;

- h) contratar obras, serviços e compras para a execução do objeto deste Convênio, somente mediante processo licitatório e/ou contratação direta, nas hipóteses e determinações da Lei Estadual nº 14.634/2023 ou da Lei Federal nº 14.133/2021;
- i) assumir, por sua conta e risco, as despesas referentes às taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes a atrasos nos pagamentos, sendo vedada a utilização de recursos do Convênio para tal finalidade;
- j) assumir, sob sua única e exclusiva responsabilidade, os encargos tributários, trabalhistas e previdenciários de todo o pessoal envolvido na execução do objeto deste Convênio, que não terão qualquer vínculo empregatício ou relação de trabalho com a **CONCEDENTE**.
- k) requerer, quando cabível, a autorização da **CONCEDENTE** para alteração do plano de aplicação, que deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo;
- l) restituir ao **CONCEDENTE** o valor repassado e/ou aquele cuja aplicação não tenha sido aprovada pelo **CONCEDENTE**, acrescido de eventuais rendimentos de aplicação financeira, tendo por marco a data de sua conclusão ou extinção, quando: não for executado o objeto do Convênio ou não for atestada a sua funcionalidade; não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas; os recursos forem utilizados irregularmente ou em finalidade não estabelecida neste Convênio;
- m) movimentar os recursos em conta bancária exclusiva do Convênio, realizando-as na forma estabelecida no art. 214-E, alínea f, 8, do RILC-CONDER;
- n) apresentar documentação atualizada, exigida pelo RILC, quando da celebração do Convênio;
- o) comprovar a correta aplicação dos recursos mediante apresentação dos documentos idôneos para a comprovação dos gastos;
- p) apresentar Termo de Declaração contendo as informações atualizadas do gestor responsável pela entidade **CONVENIENTE**, na forma e pelo prazo estabelecido no inciso IX do artigo 6º da Resolução nº 144/2013 do TCE;
- q) apresentar, no caso de obras ou benfeitorias, até o final da execução do Convênio, a certidão de regularidade da posse e da propriedade do imóvel, documento expedido pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no caso de ocupação de área de comunidade indígena, e nos casos de imóvel tombado, documento de autorização emitido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e/ou pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC, conforme o caso;
- r) transferir, para sua titularidade e/ou do beneficiário final, os contratos relacionados aos serviços de água, esgotamento e energia junto às respectivas concessionárias, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da formalização do Termo de Recebimento Provisório;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A **CONCEDENTE** exercerá as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste Convênio, pelo que indica, desde já, o (a) técnico(a) Sr(a). **Aleise Dantas Borges**, lotado (a) na Diretoria de Equipamentos e Qualificação Urbanística, sob matrícula nº **92086934**, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos repassados, a fim de verificar sua correta utilização, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas, e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio.

Parágrafo Primeiro – Fica assegurado à **CONCEDENTE** o livre acesso de seus técnicos credenciados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este Convênio, quando em missão fiscalizadora e/ou de auditoria.

Parágrafo Segundo – O acompanhamento e a fiscalização do Convênio, exercidos pela **CONCEDENTE**, não importa em substituição, tampouco excluem ou reduzem, a responsabilidade do **CONVENENTE** de acompanhar e supervisionar a execução e as ações desenvolvidas para execução do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE** deverá encaminhar à **CONCEDENTE** prestação de contas de todos os recursos recebidos, sendo esta parcial e/ou total, devendo sempre vir acompanhada dos documentos exigidos pela legislação de regência, conforme regras estipuladas abaixo:

I - A Prestação de contas parcial refere-se a cada uma das parcelas do recurso liberado, exceto a última, e será exigida quando a liberação dos valores ocorrer em 03 (três) parcelas ou mais, sendo a aprovação da prestação de contas da 1ª parcela condição indispensável à liberação da 3ª, a aprovação da prestação de contas da 2ª parcela, condição indispensável à liberação da 4ª e assim sucessivamente, devendo cada uma delas ocorrer dentro de 30 (trinta) dias do prazo final da aplicação de cada parcela ou do término da vigência estabelecido pelo respectivo convênio.

II – A Prestação de Contas total refere-se à prestação a ser efetuada no final do convênio de forma global, exigida para todos os tipos de liberação, que será analisada e avaliada na unidade técnica responsável da **CONCEDENTE**, formalizada por meio de relatório de cumprimento do objeto do convênio e dos documentos elencados no Art. 214-L, §2º, do RILC-CONDER, bem como no quanto disposto nos artigos 4º, 5º e 8º da Resolução TCE/BA nº 144/13 e suas alterações, no que couber.

Parágrafo Primeiro – Quando a liberação de recursos for efetuada em até duas parcelas, a prestação de contas será exigida dentro de 30 (trinta) dias do final da vigência do convênio, de forma global.

Parágrafo Segundo - A prestação de contas deverá ser instruída, dentre outros elementos, com relatório de execução físico-financeiro, atestado e assinado por profissional devidamente habilitado e identificado, e deverá informar o percentual de realização do objeto do Convênio, sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e planilha conveniada, a funcionalidade e qualidade da obra, além do atendimento aos fins propostos.

Parágrafo Terceiro – Quando o objeto contemplar a aquisição de máquinas ou equipamentos, o relatório de execução físico-financeira deverá mencionar se foram instalados e se estão em efetivo funcionamento e, no que couber, a sua destinação após a conclusão do objeto.

Parágrafo Quarto – Quando o objeto incluir a execução de obras e serviços de engenharia, o relatório de execução físico-financeiro deverá informar se o seu recebimento é provisório ou definitivo, apresentando as certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, bem como o documento hábil expedido pelo poder público municipal, liberando a obra para uso e utilização para os fins autorizados, quando cabível, além de especificar a propriedade do imóvel produzido e/ou requalificado com os recursos conveniados.

Parágrafo Quinto - O demonstrativo das origens e aplicações dos recursos incluirá, além dos recursos estaduais repassados, os rendimentos decorrentes da aplicação no mercado financeiro e os recursos previstos de contrapartida do **CONVENENTE**, assim como as aplicações dos recursos totais e os saldos porventura devolvidos.

Parágrafo Sexto - Constatada irregularidade na apresentação da prestação de contas, a **CONCEDENTE** notificará o **CONVENENTE** para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sanar as irregularidades ou cumprir a obrigação, suspendendo-se, quando se tratar de prestação de contas parcial, a liberação dos recursos até que sejam sanadas as pendências.

Parágrafo Sétimo – Transcorrido o prazo fixado na notificação sem que tenha sido

apresentada ou saneada a prestação de contas respectiva, o **CONVENENTE** será registrado no Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos - SICON.

Parágrafo Oitavo – Após consumada a inscrição no SICON, na forma como indicado no parágrafo anterior, deverá o **CONVENENTE** ser notificado da efetivação do registro e instado a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, sob pena de que, findo o prazo indicado sem saneamento, seja instaurada a Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Nono – Requer a instauração da Tomada de Contas Especial as seguintes ocorrências:

- a) rescisão do convênio, na hipótese estabelecida no Art. 214-K do RILC-CONDER;
- b) omissão no dever de prestar contas;
- c) não aprovação da prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pelo conveniente, em decorrência de:
 - 1. não execução total do objeto pactuado;
 - 2. atingimento parcial dos objetivos ajustados;
 - 3. desvio de finalidade;
 - 4. impugnação de despesas;
 - 5. não cumprimento dos recursos da contrapartida;
 - 6. não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados;
- d) não restituição de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos em aplicação financeira, à concedente ou ao Tesouro Estadual;
- e) ocorrência de desfalques ou desvio de dinheiro, bens e valores públicos;
- f) prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo, desarrazoado ou antieconômico, de que resulte dano ao erário ou ao patrimônio público.

Parágrafo Décimo - A aprovação da prestação de contas fica condicionada à verificação da regularidade dos documentos apresentados, conforme previsto nos parágrafos desta cláusula, bem assim à certificação do cumprimento da etapa(s) e/ou fase(s) de execução correspondente, mediante parecer circunstanciado do servidor responsável pela fiscalização do Convênio indicado na alínea “d” do inciso I da Cláusula Sexta, contendo o percentual de realização do objeto do Convênio, sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e planilha conveniada, a funcionalidade e qualidade da obra, além do atendimento aos fins propostos.

Parágrafo Décimo Primeiro - A prestação de contas de que trata esta cláusula não exime o **CONVENENTE** de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração Estadual, nos termos da legislação específica vigente.

Parágrafo Décimo Segundo – Somente após a aprovação da prestação de contas final apresentada pelo **CONVENENTE** é que será dada a quitação da boa e regular execução do objeto deste Convênio, com emissão do respectivo Termo de Encerramento, a ser formalizado e publicado por Portaria da Diretoria responsável pela gestão do Convênio junto à **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

É vedada a alteração do objeto do Convênio, salvo para a sua ampliação, ou redução ou

exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou da sua funcionalidade. A demanda deve ser promovida através de termo aditivo, com respectivo Plano de Trabalho, após comprovada a execução das etapas e/ou fases de execução anteriores, com a devida aprovação da prestação de contas, conforme disposto no art. 6º, inciso I, da Resolução TCE/BA nº 144/2013 e suas alterações.

Parágrafo Único – Fica assegurado à **CONCEDENTE** a prerrogativa de prorrogar de ofício a vigência deste Convênio, sempre que der causa a atraso na liberação dos recursos, ou na publicação de aditivos solicitados tempestivamente, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

A extinção do Convênio se dará mediante o cumprimento do seu objeto ou nas demais hipóteses previstas nos parágrafos seguintes.

Parágrafo Primeiro – O Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação escrita, contendo as razões de relevante interesse que ensejaram sua necessidade e conveniência, hipótese em que o **CONVENENTE** fica obrigado a restituir integralmente os recursos recebidos e não aplicados no objeto do Convênio, ou aplicados sem funcionalidade, conforme parecer da **CONCEDENTE**, acrescidos do valor correspondente às aplicações financeiras, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O descumprimento de qualquer das cláusulas do Convênio é causa para sua rescisão, independentemente de sua formalização, especialmente quando verificadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) falta de apresentação de prestação de contas de qualquer parcela, conforme prazos estabelecidos;
- c) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com as autorizações legais;

Parágrafo Terceiro – A extinção do Convênio por quaisquer das irregularidades referidas, também ensejará a restituição em 30 (trinta) dias dos recursos financeiros ainda não aplicados na execução do objeto, bem como seus rendimentos, nos termos do parecer emitido pelo **CONCEDENTE**, sem prejuízo da necessária prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL

O **CONVENENTE** se responsabiliza por todo pessoal utilizado na execução do objeto deste Convênio, que não terá relação jurídica de qualquer natureza com a **CONCEDENTE**.

Parágrafo Único – A inadimplência da entidade **CONVENENTE** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONDER a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de **15 (quinze) meses**, contados da data de publicação deste Termo, podendo ser prorrogado, mediante a formalização de aditivo, desde que aprovado novo Plano de Trabalho.

Parágrafo Único – Findo o prazo de vigência previsto nesta cláusula, o **CONVENENTE** disporá de 30 (trinta) dias para apresentação e mais 30 (trinta) dias para aprovação da Prestação de Contas Final.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO DOS BENS

Os bens adquiridos com vistas à realização do objeto conveniado, conforme previsto na cláusula primeira, não poderão ser alienados, locados, emprestados ou oferecidos como garantia, ou cedidos a terceiros sem prévia e expressa autorização da **CONCEDENTE**.

Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas em outras cláusulas deste Convênio, o **CONVENENTE** deverá apresentar relatórios semestrais acerca da utilização dos bens adquiridos, seu local de instalação e estado de funcionamento durante todo o prazo do Convênio.

Parágrafo Segundo – A **CONCEDENTE**, por meio do servidor responsável pela fiscalização do Convênio, a ser indicado conforme alínea “d” do inciso I da Cláusula Sexta, emitirá pareceres acerca dos relatórios previstos no Parágrafo Primeiro desta Cláusula e, constatando o seu mau uso ou desvio de finalidade, estes serão revertidos ao patrimônio do Estado da Bahia, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa da entidade e de seus dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A **CONCEDENTE** providenciará a publicação do extrato deste Convênio no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta suceder no prazo de vinte dias a contar daquela data, o que ocorrer primeiro, conforme dispõe o Art. 214-F do RILC-CONDER.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO

O **CONVENENTE** se compromete a apresentar, no prazo máximo de **170 (cento e setenta)** dias corridos, a seguinte documentação:

a) Projeto Técnico.

Parágrafo Primeiro - A concessão da possibilidade de apresentação de documento(s) em momento posterior à formalização do convênio implica em condição suspensiva temporária do ajuste, impossibilitando o repasse de qualquer parcela, cujo prosseguimento estará condicionado à apresentação tempestiva da documentação faltante por parte do conveniente, bem como à respectiva análise e aprovação pela concedente.

Parágrafo Segundo - Uma vez tempestivamente entregue a documentação por parte do conveniente, a concedente passará a analisar o quanto apresentado e, caso identifique a insuficiência dos elementos ali constantes, poderá diligenciar junto ao conveniente, uma única vez, para que este apresente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, os esclarecimentos e/ou documentos necessários para saneamento do feito.

Parágrafo Terceiro - A ausência de manifestação do conveniente em quaisquer dos prazos estabelecidos nesse parágrafo ou a manutenção da conclusão de insuficiência na documentação apresentada, após devolutiva da diligência descrita no inciso III, implicará no não atendimento da obrigação pactuada, no reconhecimento da desistência no prosseguimento do ajuste por parte do conveniente e, como consequência, na imediata extinção do Termo de Convênio pela ausência de elemento essencial à sua constituição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Capital do Estado da Bahia, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Larissa Dantas de Melo Britto
Diretora de Equip. Qualif. Urbanística / CONDER

José Gonçalves Trindade
Diretor Presidente / CONDER

José Mendonça Dantas
Prefeito/Conveniente



Documento assinado eletronicamente por **Daisy Kelly de Sousa Borges, Chefe da Procuradoria**, em 14/04/2026, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MENDONÇA DANTAS, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Carlos Rosado Nascimento, Testemunha**, em 14/04/2026, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Dantas de Melo Britto, Diretora**, em 14/04/2026, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilton Sergio Castro de Magalhaes Bitte, Testemunha**, em 14/04/2026, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Gonçalves Trindade, Presidente**, em 14/04/2026, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00137835845** e o código CRC **92565B35**.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA -
CONDER
SUPERINTENDÊNCIA DE INTERVENÇÕES EM EQUIPAMENTOS URBANOS -
CONDER/DIURB/SUEQUI

PLANO DE TRABALHO - CV Nº 082/2026

1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão / Entidade Proponente			CNPJ	
MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS			13.393.178/0001-91	
Endereço				
PRAÇA JOSÉ DANTAS DE SOUZA, Nº 2, CENTRO.				
Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone	E.A.
HELIÓPOLIS	BA	48.445-000	(75) 99931-8308	MUNICIPAL
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça Pagamento	
Nome do Responsável			CPF	
JOSÉ MENDONÇA DANTAS			277.984.375-68	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
147893453 SSP/BA	PREFEITO MUNICIPAL	CHEFE DO EXECUTIVO		
Endereço			CEP	
RUA JOSÉ ANTÔNIO DO ROSÁRIO, Nº 85, CENTRO, HELIÓPOLIS, BAHIA.			48.445-000	

2 - OUTROS PARTICIPANTES

Nome	CNPJ	E.A.
Endereço		

3 - RESPONSÁVEL TÉCNICO

* A indicação do responsável técnico ocorrerá após a aprovação do projeto, objeto do convênio

4 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE VIAS NO BAIRRO MELANCIA, NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS, BAHIA.	Período de Vigência	
	Início	Término
	ABR/2026	JUL/2027

DETALHAMENTO DO OBJETO:

PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA ALEX BRUNO NASCIMENTO ANDRADE, RUA PEDRO FRANCISCO, RUA JACÔNIAS FERREIRA DO NASCIMENTO, RUA ANTÔNIO SERAFIM CORREIA DE ANDRADE, AV. FELIZMINA PEREIRA SOUZA SANTOS, AV. ANÍZIO BARBOSA DE ANDRADE, RUA ÂNGELO REIS BITTENCOURT, AV. JOÃO SOUZA SOBRINHO E RUA ALUÍSIO CORREIA DA SILVA, NO BAIRRO MELANCIA, EM HELIÓPOLIS - BA, CONTEMPLANDO OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, CALÇADA, RAMPA DE ACESSIBILIDADE, PISO TÁTIL E SINALIZAÇÃO, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 17.465,23 M2.

JUSTIFICATIVA:

A POPULAÇÃO DAS VIAS A SEREM PAVIMENTADAS ENFRENTA, HÁ ANOS, OS IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO, O QUE PROVOCA A DEGRADAÇÃO DO LEITO CARROÇÁVEL, ESPECIALMENTE EM PERÍODOS CHUVOSOS, QUANDO SE FORMAM LAMAÇAIS E HÁ ACÚMULO DE ESGOTO, COMPROMETENDO A MOBILIDADE, A ACESSIBILIDADE E A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS. ALÉM DISSO, A INEXISTÊNCIA DE SISTEMA ADEQUADO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EXPÕE OS MORADORES A RISCOS SANITÁRIOS E URBANOS, TORNANDO NECESSÁRIA A INTERVENÇÃO PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES URBANÍSTICAS E DA QUALIDADE DE VIDA NO BAIRRO MELANCIA.

5 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

* O desembolso do cronograma de execução será detalhado após aprovação do projeto, objeto do convênio

6 - PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONVENIENTE	CONDER
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
	DESPESA DE CAPITAL	R\$ 2.311.015,00	-	R\$ 2.311.015,00
	TOTAL GERAL	R\$ 2.311.015,00	-	R\$ 2.311.015,00

7 - CRONOGRAMA DO CONVÊNIO**CONCEDENTE EXERCÍCIO (2026/2027)**

META	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
1.0	PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DO PROJETO/ ORÇAMENTO					
META	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
1.0	PROCESSO LICITATÓRIO		PRAZO DE APLICAÇÃO DA 1ª PARCELA		PRAZO DE APLICAÇÃO DA 2ª PARCELA	PRAZO DE APLICAÇÃO DA 2ª PARCELA
						PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 1ª PARCELA
META	13º Mês	14º Mês	15º Mês			
1.0	PRAZO DE APLICAÇÃO DA 3ª	PRAZO DE APLICAÇÃO DA 3ª PARCELA	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL			

	PARCELA	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 2ª PARCELA	ENCERRAMENTO	
--	---------	--	--------------	--

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1.0	-	-	-	-	-	-
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
1.0	R\$ 771.203,36	-	-	-	R\$ 771.457,86	-
META	13º MÊS	14º MÊS	15º MÊS			
1.0	R\$ 768.353,78	-	-			

* Observação: O repasse da 1ª parcela está condicionada à aprovação do projeto.

9 - DECLARAÇÃO
Na qualidade de representante legal do proponente declaro, para fins de prova junto a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, para os efeitos e sob penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual, que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas nos orçamentos da União e do Estado na forma deste Plano de Trabalho.

10 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MENDONÇA DANTAS, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Dantas de Melo Britto, Diretora**, em 14/04/2026, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Gonçalves Trindade, Presidente**, em 14/04/2026, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00137836002** e o código CRC **3C347097**.

COITE; Município: Conceição do Coité - BA; Objeto: a doação, 1 Tanque pipa de 4.000 litros de água, para o Município de Conceição do Coité; data da assinatura: 04/09/2025.

TERMO ADITIVO COLABORAÇÃO DE PRAZO

Nº 036/2022.5 **Convenientes:** CAR/SDR/ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO NOSSA SENHORA APARECIDA; Município: Paripiranga-BA; Prazo: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias contados após o dia 14/02/2026. Assinatura: 13/04/2026; Processo SEI nº 03573692026000012866

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO PRAZO

Nº 0398/2022.5 **Convenientes:** CAR/SDR/PREFEITURA MUNICIPAL DE MORTUGABA; Município: Mortugaba-BA; Prazo: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias contados após o dia 23/05/2026. Assinatura: 13/04/2026; Processo SEI nº 03573812026000780914
Nº 0546/2021.9 **Convenientes:** CAR/SDR/ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS TRABALHADORES RURAIS DE SORAYA; Município: Serra Preta-BA; Prazo: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias contados após o dia 10/06/2026. Assinatura: 14/04/2026; Processo SEI nº 035125162026000545784

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO PRAZO - RET RAT

Nº 0156/2024.2 **Convenientes:** CAR/SDR/COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL; Município: Itabuna-BA; Publicado no D.O.E em 14/04/2026; Onde se lê 156/24.2 leia-se 015/24.2

Termo de Aditivo de Prazo

Nº CV-0008/2025.1 **Convenientes:** CAR/SDR/PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JANIO QUADROS; Município: Presidente Jânio Quadros-BA; Prazo: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias contados após o dia 15/04/2026. Assinatura: 14/04/2026; Processo SEI nº 03573922026000283329.

Termo de Aditivo de Valor

Nº CV-0042/2026.1 **Convenientes:** CAR/SDR/CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO VELHO CHICO - CDS VELHO CHICO; Município: Bom Jesus da Lapa-BA; é por este aditado em R\$ 300.000,00. Assinatura: 14/04/2026; Processo SEI nº 035160682026000806526

RESUMO DE CONVÊNIO

Nº 0059/2026 **Convenientes:** CAR/SDR/PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS; Município: Maracás; Objeto: Apoiar a realização da 24ª Exposição Agropecuária de Maracás, a ser realizada na sede do município de Maracás/BA, através do PROGRAMA Apoio à Eventos da Agricultura Familiar. Fontes: REST. RECURSOS OPERAÇÃO DE CREDITO - 15010135000000000000; Valor: R\$ 76.890,00; Prazo: 90 dias. Assinatura: 14/04/2026; Processo SEI nº: 03573922026000708435

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER

RESUMO DO CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 021/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0004694-36. CONCEDENTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE TERRA NOVA - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.824.511/0001-70, sediada na Rua Dr. Flávio Godofredo Pacheco Pereira, nº 02, Bairro Caipe, Município de Terra Nova, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Construção de Campo Sintético e Reforma da Praça do Terreiro, no Município de Terra Nova - Bahia. **VALOR: R\$ 1.482.076,71** (um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, setenta e seis reais e setenta e um centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.101 - APG, Unidade Gestora: 0004 - SGT, Ação: 15.451.419.1158 - Implantação de Equipamento Urbano e Comunitário, 15.451.419.5183 - Requalificação de Equipamento Urbano e Comunitário, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.00 - Auxílio, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.0. O impacto estimado para 2026 é de R\$ R\$661.665,97, e haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$820.410,74. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 15 (quinze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 022/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0003217-90. CONCEDENTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE ARATUÍPE - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.796.073/0001-83, sediada na Rua Dr. João Martins, nº 01, Centro, Município de Aratuípe, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação com Drenagem Superficial em diversas

Ruas do Município de Aratuípe -Bahia. **VALOR: R\$ 5.756.657,09** (cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e nove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 2.926.989,77 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 2.829.667,32. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 21 (vinte e um) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 023/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0003456-21. CONCEDENTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE BARRO PRETO - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 14.147.458/0001-82, sediada na Praça Antônio Osório Batista, nº 06, Centro, Município de Barro Preto, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo no Bairro Fábio Pitanga, no Município de Barro Preto - Bahia. **VALOR: R\$ 820.640,27** (oitocentos e vinte mil, seiscentos e quarenta reais e vinte e sete centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 820.640,27. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 15 (quinze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 024/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0003202-11. CONCEDENTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE ARATUÍPE - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.796.073/0001-83, sediada na Rua Dr. João Martins, nº 01, Centro, Município de Aratuípe, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação Asfáltica Sobre Paralelepípedo com Drenagem Superficial de Vias na Sede, do Município de Aratuípe - Bahia. **VALOR: R\$ 1.233.263,50** (um milhão, duzentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 1.233.263,50. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 13 (treze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 025/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0003031-12. CONCEDENTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 14.215.818/0001-36, sediada na Praça Dr. Antônio Carlos Magalhães, 19 - Centro, no Município de Coronel João Sá, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em CBUQ sobre Paralelepípedo e Drenagem Superficial em Vias, do Município de Coronel João Sá - Bahia. **VALOR: R\$ 10.362.785,44** (dez milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 7.839.075,55 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 2.523.709,89. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 21 (vinte e um) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 026/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002025-11. CONCEDENTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE BARRO PRETO - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 14.147.458/0001-82, sediada na Praça Antônio Osório Batista, nº 06, Centro, Município de Barro Preto, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação Paralelepípedo da Rua José Domingos Rocha (Rua do Curtume), no Bairro Fábio Pitanga, no Município de Barro Preto - Bahia. **VALOR: R\$ 339.581,06** (trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e oitenta e um reais e seis centavos), sendo R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) a serem custeados pela **CONCEDENTE**, através da seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 339.581,06, e o valor de R\$ 89.581,06 (oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e um reais e seis



centavos), a serem custeados, a título de contrapartida, pelo **CONVENENTE**, através da seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária:; Fonte: 150000000000; Projeto/Atividade: 2.047- Construção e Pavimentação de Vias Públicas; Elemento de Despesa: 4.4.9.0.51.00.00 - Obras e Instalações, o impacto orçamentário/financeiro estimado para a despesa no mesmo exercício será de R\$ 89.581, representa 15,05 % da referida Dotação Orçamentária. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 13 (treze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 029/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0005377-09. CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE BONITO - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 16.245.375/0001-51, sediada na Praça Benedito Mina, SN, Centro, Município de Bonito, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Construção da Praça do Café, no Município de Bonito - Bahia. **VALOR: R\$ 2.353.081,13** (dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil, oitenta e um reais e treze centavos.). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1158 - Construção de Equipamento Urbano e Comunitário, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 1.536.278,94 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 816.802,19. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 21 (vinte e um) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 030/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0005404-16. CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.982.640/0001-96, sediada na Praça Henrique Pereira Donato, 90 - Centro, no Município de Guanambi, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Construção do Sistema Complementar de Escoamento do Riacho Belém, do Município de Guanambi - Bahia. **VALOR: R\$ 2.235.100,00** (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil e cem reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 17.512.420.7466 - Implantação de Sistema de Manejo de Águas Pluviais em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 1.490.067,00 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 745.033,00. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 17 (dezesete) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 030/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0005404-16. CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.982.640/0001-96, sediada na Praça Henrique Pereira Donato, 90 - Centro, no Município de Guanambi, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Construção do Sistema Complementar de Escoamento do Riacho Belém, do Município de Guanambi - Bahia. **VALOR: R\$ 2.235.100,00** (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil e cem reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 17.512.420.7466 - Implantação de Sistema de Manejo de Águas Pluviais em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 1.490.067,00 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 745.033,00. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 17 (dezesete) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 032/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0006053-99. CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE IGAPORÃ - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.811.484/0001-09, sediada na Praça Bernardo de Brito, nº 430, Centro, Município de Igaporã, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Obra de Macrodrenagem, no Município de Igaporã - Bahia. **VALOR: R\$ 5.230.952,35** (cinco milhões, duzentos e trinta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 17.512.420.7466 - Implantação de Sistema de Manejo de Águas Pluviais em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 2.880.441,44 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 2.350.510,91. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 19 (dezenove) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 033/2026. PROCESSO: SEI Nº**

043.4110.2026.0005364-86. **CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE ICHÚ - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.906.151/0001-55, sediada na Rua Av. Roque Ferreira da Silva, nº 11 - Cruzeiro, , Município de Ichú, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Revitalização da Praça da Matriz, no Município de Ichu - Bahia. **VALOR: R\$ 1.840.683,85** (um milhão, oitocentos e quarenta mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.5183 - Requalificação de Equipamento Urbano e Comunitário, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 896.026,34 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 944.657,51. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 21 (vinte e um) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 039/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002037-54. CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE BRUMADO - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 14.105.704/0001-33, sediada na Praça Coronel Zeca Leite, nº 415, Centro, Município de Brumado, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação Asfáltica com Drenagem Superficial da Avenida Agnelo, no Município de Brumado - Bahia. **VALOR: R\$ 6.335.269,62** (seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 4.459.242,85 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 1.876.026,77. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 15 (quinze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 041/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002093-61. CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE CARDEAL DA SILVA - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 14.126.254/0001-65, sediada na Praça Divina Pastora, SN, Centro, Município de Cardeal da Silva, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Piso Intertravado com Sistema de Drenagem Superficial no Bairro Nova Pastora, no Município de Cardeal da Silva - Bahia. **VALOR: R\$ 3.894.714,67** (três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 1.947.357,33 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 1.947.357,34. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 21 (vinte e um) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 046/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002099-57. CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE ALCobaça - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.761.721/0001-66, sediada na Praça São Bernardo, nº 330, Centro, Município de Alcobaça, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação Asfáltica em diversas Ruas no Povoado, Distrito e Sede do Município de Alcobaça - Bahia. **VALOR: R\$ 4.426.252,28** (quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. O impacto estimado para 2026 é de R\$ 1.551.857,67 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 2.874.394,61. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 15 (quinze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA**: 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 049/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0003096-68. CONCEDENTE**: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE JAGUAQUARA - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.910.211/0001-03, sediada na Praça J.J. Seabra, 172, Município de Jaguaquara, Bahia. **OBJETO**: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial nos Bairros Malvina II, Bela Vista, Nova Jaguaquara, Muritiba e Palmeira, no Município de Jaguaquara -

Bahia. **VALOR: R\$ 5.601.559,00** (cinco milhões, seiscentos e um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 2.998.199,18 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 2.603.359,82. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 21 (vinte e um) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 040/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002129-15. CONCEDENTE:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 32.697.583/0001-48, sediada na Praça São José, nº 88, Centro, Município de Nova Ibiá, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Construção de Praça do Eventos, no Município de Nova Ibiá - Bahia. **VALOR: R\$ 1.587.172,22** (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e vinte e dois centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1158 - Construção de Equipamento Urbano e Comunitário, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 887.930,81 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 699.241,41. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 15 (quinze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 055/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002135-55. CONCEDENTE:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE CARDEAL DA SILVA - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 14.126.254/0001-65, sediada na Praça Divina Pastora, S/N, no Município de Cardeal da Silva, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Macrodrenagem em Vias na Sede do Município de Cardeal da Silva - Bahia. **VALOR: R\$ 7.971.109,21** (sete milhões, novecentos e setenta e um mil, cento e nove reais e vinte e um centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 17.512.420.7466 - Implantação de Sistema de Manejo de Águas Pluviais em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 5.584.682,05 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 2.386.427,16. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 18 (dezoito) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 092/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0005402-46. CONCEDENTE:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE JAGUAQUARA - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.910.211/0001-03, sediada na Praça Dr. JJ Seabra, S N5, Sede, Município de Jaguaquara, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo de Vias, no Distrito Stella Câmara Dubois, no Município de Jaguaquara - Bahia. **VALOR: R\$ 5.563.671,24** (cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 2.967.662,25 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 2.596.008,99. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 15 (quinze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 093/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0005396-63. CONCEDENTE:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE JAGUAQUARA - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.910.211/0001-03, sediada na Praça Dr. JJ Seabra, S N5, Sede, Município de Jaguaquara, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Requalificação da Praça Joaquim Nery, no Município de Jaguaquara - Bahia. **VALOR: R\$ 816.333,38** (oitocentos e dezesseis mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.5183 - Requalificação de Equipamento Urbano e Comunitário; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$

408.166,69 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 408.166,69. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 15 (quinze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 082/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002682-95. CONCEDENTE:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 13.393.178/0001-91, sediada na Praça José Dantas de Souza, nº 02, Centro, Município de Heliópolis, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedos com Drenagem Superficial de Vias no Bairro Melancia, no Município de Heliópolis - Bahia. **VALOR: R\$ 2.311.015,00** (dois milhões, trezentos e onze mil e quinze reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.7794 - Revitalização de Mercado e Feira Livre; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 1.599.571,13 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 1.599.571,12. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 15 (quinze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 091/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002092-81. CONCEDENTE:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DABAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 32.697.583/0001-48, sediada na Praça São José, nº 88, Centro, Município de Nova Ibiá, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Construção de Praça do Evangélico, No Município de Nova Ibiá - Bahia. **VALOR: R\$ 356.387,70** (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, **Unidade Gestora:** 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, **Ação:** 15.451.419.1158 - Construção de Equipamento Urbano e Comunitário, **Natureza da Despesa:** 4.4.40.42.000 - Auxílios, **Destinação de Recurso:** 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 356.387,70. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 14 (quatorze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 094/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002092-81. CONCEDENTE:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 32.697.583/0001-48, sediada na Praça São José, nº 88, Centro, Município de Nova Ibiá, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Construção do Portal da Entrada, No Município de Nova Ibiá - Bahia. **VALOR: R\$ 425.143,11** (quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta e três reais e onze centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1158 - Construção de Equipamento Urbano e Comunitário, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 425.143,11. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

RESUMO DO **CONVÊNIO DE FINALIDADE PÚBLICA Nº 077/2026. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2026.0002057-06. CONCEDENTE:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, Salvador- Bahia. **CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE ARACATU - BAHIA, CNPJ/MF sob o nº 14.105.712/0001-80, sediada na Rua Libero Maia, nº 37, Centro, Município de Aracatu, Bahia. **OBJETO:** Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação Asfáltica CBUQ em Vias Públicas, no Município de Aracatu - Bahia. **VALOR: R\$ 5.160.722,91** (cinco milhões, cento e sessenta mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora, Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas, Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios, Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro. o impacto estimado para 2026 é de R\$ 1.935.271,08 e Haverá impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2027 no valor de R\$ 3.225.451,83. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 17 (dezessete) meses. **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2026.

CNPJ 13.595.251/0001-08
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em conformidade com o art. 7º do Estatuto e Regimento Interno da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER fica convocado o Senhor Acionista



para reunião da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se por teleconferência, no dia 17 de abril de 2026, às 10:30h, com a seguinte ordem do dia:

1. Apreciação do Parecer relativo à Prestação de Contas e Demonstrações Financeiras da CONDER, referentes ao exercício de 2025;
2. O que ocorrer.

José Gonçalves Trindade
Diretor-Presidente
CONDER

Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A – URBIS (em liquidação)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA S/A - URBIS, EM LIQUIDAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CNPJ Nº 15.171.101/0001-00/NIRE 29.300.012.874

O Liquidante da HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA S/A - URBIS "EM LIQUIDAÇÃO", Dr. Rogério dos Santos Costa, na forma do disposto no art. 213 da Lei Federal 6.404/76, convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 24 de abril de 2026, às 16:horas, que se realizará de maneira virtual, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1- Exame e votação do Relatório de Administração, Parecer do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Demonstrações Contábeis/Notas Explicativas com base NBC TG 900/2021, referente ao exercício findo em 31/12/2025;
- 2 - O que ocorrer.

Salvador, 13 de abril de 2026.
ROGÉRIO DOS SANTOS COSTA
Liquidante

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº: 704/2026

A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º- Designar os (as) servidores (as) abaixo para compor a Comissão Executiva Permanente, encarregada de administrar a aplicação dos recursos liberados através do Fundo de Assistência Educacional - FAED, da Unidade Escolar jurisdicionada ao NTE indicado:

NTE 10 - Juazeiro

MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	MEMBROS DA COMISSÃO	FUNÇÃO	CADASTROS
Sento Sé	Colégio Estadual de Tempo Integral Sete de Setembro	Presidente: José Renato de Almeida Silva Tesoureiro: Veraldino Nunes de Azevedo Filho Encarregado: Ana Nery Muniz da Silva	Diretor Professor Professor	11.239.169-6 11.367.108-1 11.367.204-5

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Salvador, 14 de abril de 2026
- **LUCIANA MENEZES SILVA** - Secretária da Educação em exercício

Despacho Nº 51648883 DE 14 de Abril de 2026

Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC

Objeto: Remoção por Motivo de Saúde

Despacho: Indeferida com base em laudo expedido pela Junta Médica Oficial do Estado.

Matrícula	Nome	Data Laudo
11411078	PAULO HENRIQUE CARDOSO MEDRADO	13.04.2026

LUCIANA MENEZES SILVA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Portaria Nº 01050362 de 14 de Abril de 2026

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO EM EXERCÍCIO do(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 116 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SEC, o tempo de serviço prestado à Administração Pública:

Matrícula	Nome	Cargo	Órgão	Poder/Esfera	Data Início	Data Fim
92147039	RAMON ROCHA RIBEIRO	Professor	ESTADUAL/BA	Executivo/Estado	24.05.2024	31.12.2024

Finalidade:
AVERBAÇÃO TEMPO ESTADUAL/BA, REGENTE DE CLASSE.

LUCIANA MENEZES SILVA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Portaria Nº 01050359 de 14 de Abril de 2026

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO EM EXERCÍCIO do(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 116 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SEC, o tempo de serviço prestado à Administração Pública:

Matrícula	Nome	Cargo	Órgão	Poder/Esfera	Data Início	Data Fim
92147039	RAMON ROCHA RIBEIRO	Professor	ESTADUAL/BA	Executivo/Estado	02.09.2019	13.05.2024

Finalidade:
AVERBAÇÃO TEMPO ESTADUAL/BA, REGENTE DE CLASSE.

LUCIANA MENEZES SILVA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Portaria Nº 01050365 de 14 de Abril de 2026

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO EM EXERCÍCIO do(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 9º da Emenda Constitucional nº 7, de 18 de janeiro de 1999, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SEC, o tempo de serviço prestado à Administração Pública:

Matrícula	Nome	Cargo	Órgão	Poder/Esfera	Data Início	Data Fim
92147039	RAMON ROCHA RIBEIRO	Professor	MUNICIPAL	Executivo/Municipal	13.01.2025	31.03.2025

Finalidade:
AVERBAÇÃO TEMPO MUNICIPAL, TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

LUCIANA MENEZES SILVA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Portaria Nº 01051702 de 14 de Abril de 2026

O(A) Superintendente do(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC, no uso de suas atribuições, **resolve** readaptar por prazo determinado, nos termos do(a) art. 43 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Matrícula	Nome Servidor	Cargo	Data Início	Data Fim
11373970	ADEMIR NUNES FERREIRA	Professor	13.03.2026	08.09.2026

EMILY LAURENTINO PINHEIRO DOS SANTOS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Portaria Nº 01051690 de 14 de Abril de 2026

O(A) Superintendente do(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC, no uso de suas atribuições, **resolve** readaptar por prazo determinado, nos termos do(a) art. 43 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Matrícula	Nome Servidor	Cargo	Data Início	Data Fim
11369343	GLECE KATIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	Professor	14.04.2026	08.04.2027

EMILY LAURENTINO PINHEIRO DOS SANTOS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Portaria Nº 01051802 de 14 de Abril de 2026

O(A) Superintendente do(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC, no uso de suas atribuições, **resolve** readaptar por prazo determinado, nos termos do(a) art. 43 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Matrícula	Nome Servidor	Cargo	Data Início	Data Fim
11456031	MARCOS PETER TEIXEIRA SOARES	Professor	09.03.2026	04.09.2026

EMILY LAURENTINO PINHEIRO DOS SANTOS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Portaria Nº 01051494 de 14 de Abril de 2026

O(A) Superintendente do(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC, no uso de suas atribuições, **resolve** readaptar por prazo determinado, nos termos do(a) art. 43 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):